

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)

LUCAS FRANCISCO NETO

UMA “NOVA BAHIA”:
A HISTÓRIA DO BAIRRO ADALBERTO SIMÃO NADER EM GUARAPARI
(1970-1990)

VITÓRIA
2020

LUCAS FRANCISCO NETO

UMA “NOVA BAHIA”:
A HISTÓRIA DO BAIRRO ADALBERTO SIMÃO NADER EM GUARAPARI
(1970-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto.

Coorientador: Prof. Dr. Sergio Luiz Marlow

VITÓRIA
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

N469n NETO, LUCAS FRANCISCO, 1989-
Uma Nova Bahia : A História do Bairro Adalberto Simão
Nader em Guarapari (1970-1990) / LUCAS FRANCISCO
NETO. - 2020.
129 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Dadalto.
Coorientador: Sérgio Luiz Marlow.
Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. migrações. 2. Guarapari. 3. história oral. 4. indiciário. I.
Dadalto, Maria Cristina. II. Marlow, Sérgio Luiz. III.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

Ao Espírito Ancestral
conhecido por tantos nomes,
a quem eu escolhi chamar de Deus.

A minha mãe,
Esposa, filho e enteados,
pela companhia persistente e confiante.

Aos Frades Pregadores – Dominicanos,
pelo papel fundamental na minha formação
humana e intelectual.

A Guarapari
“país calmoso e hereditário”
onde me tornei quem sou,
meu primeiro amor e impulso das minhas
pesquisas.

AGRADECIMENTOS

Ação de Graças a Deus que escolhi cultuar como entidade criadora de todas as coisas que me permitiu chegar até aqui. Agradecimentos a Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (FAPES)¹ que, com a concessão de bolsa de estudos tornou viável o presente trabalho. Agradeço infinitamente a professora Maria Cristina Dadalto que com sua maneira especial de conduzir me guiou não só na realização da pesquisa, mas que soube me conduzir no processo de descoberta de uma nova maneira de produzir conhecimento. Ao professor Sergio Luiz Marlow que com intervenções sempre muito precisas me ajudou a trilhar os caminhos para uma pesquisa autêntica e responsável. Agradeço a minha mãe que moldou meu caráter e me fez descobrir o amor pelo conhecimento como bem maior que se pode adquirir. Agradeço a minha esposa que chegou à minha vida durante a realização dessa pesquisa e soube dividir comigo as dificuldades e as incertezas me amparando quando necessário. Agradeço aos narradores e informantes por terem me recebido de coração tão aberto. Por fim agradeço aos queridos professores Luiz Cláudio e Robson pelas contribuições realizadas no exame de qualificação que me deram novo fôlego, a eles acrescento os professores Sebastião Pimentel e Viviane Mozine que gentilmente aceitaram fazer parte da banca.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

*E agora me digam se eu tenho direito
se sou cidadão, ou por Deus não fui feito?
Eu venho de longe, eu sou do sertão,
Sou Pedro, sou Paulo, Maria e João.
Eu sou brasileiro, mas sou estrangeiro,
Lutei pela Pátria e ganhei cativo!
Eu sou a Nação. Eu também sou irmão.
Sou Povo de Deus e não tenho porção.
Eu venho da fome da seca da dor.
Eu sou do trabalho e não tenho valor!
Eu faço a cidade e não moro; me arranjo!
Plantei e colhi, mas não como; sou anjo...
Eu venho da terra sem distribuição!
Eu sou do cansaço sem compensação!
Eu venho de longe, eu sou do sertão:
Sou Pedro, sou Paulo, eu sou a Nação.
Eu faço a cidade, mas sou estrangeiro
Lutei pela Pátria e ganhei cativo.*

Fr. Mingas (Domingos dos Santos – OP)

RESUMO

O Bairro Adalberto Simão Nader em Guarapari/ES identificado como uma “Nova Bahia” por ser representado como o local de destino preferencial de um vasto grupo de migrantes oriundos do estado da Bahia. Objetivando registrar a história oral do surgimento do bairro, para partindo de sua história compreender a representação do bairro como local de residência dos baianos o que revelou a existência de uma relação conflituosa entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS, 2000). Utilizamos como paradigma de pesquisa o indiciário de Carlo Ginzburg (1989), A metodologia utilizada foi a da história oral uma vez que seus procedimentos privilegiam o sujeito, o diálogo e a criação textual que surge dele (MEYHI, 2018). O bairro foi constituído em 1986 a partir da transferência da população de uma ocupação então existente no campo de aviação da cidade. Na ocupação residiam pessoas vindas de outra ocupação que durou pouco, era o povo do “Morro do Céu (1976)” e outros que ao longo do tempo foram sendo trazidos pela prefeitura ou foram chegando por conta própria. A representação mencionada, silenciou, a história de seu surgimento pautada pela luta por moradia e melhores condições, dando lugar a uma versão oficial que evidenciava apenas a origem de alguns de seus moradores e a uma suposta criminalidade excessiva e marginalidade natural existente.

Palavras-chave: migrações, Guarapari, Adalberto Simão Nader, história oral.

RESUMEN

Bairro Adalberto Simão Nader en Guarapari / ES identificado como una "Nova Bahia", ya que se representa como el destino preferido para un vasto grupo de migrantes del estado de Bahía. Con el objetivo de registrar la historia oral del surgimiento del vecindario, a partir de su historia para comprender la representación del vecindario como el lugar de residencia de los bahianos, lo que reveló la existencia de una relación conflictiva entre los establecidos y los extraños (ELIS, 2000). Utilizamos el indiciarismo de Carlo Ginzburg (1989) como paradigma de investigación. La metodología utilizada fue la de la historia oral, ya que sus procedimientos privilegian el tema, el diálogo y la creación textual que emerge de él (MEYHI, 2018). El vecindario fue creado en 1986 a partir de la transferencia de la población de una ocupación que existía en el aeródromo de la ciudad. En la ocupación vivían personas que venían de otra ocupación que fue de corta duración, fueron las personas de "Morro do Céu (1976)" y otras que con el tiempo fueron traídas por el ayuntamiento o que llegaron por su cuenta. La representación mencionada, silenciada, la historia de su surgimiento guiada por la lucha por la vivienda y las mejores condiciones, dando lugar a una versión oficial que evidenciaba solo el origen de algunos de sus residentes y una presunta criminalidad excesiva y marginalidad natural existente.

Palabras clave: migraciones, Guarapari, Adalberto Simão Nader, história oral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inauguração da Escola do Bairro, em 1990	15
Figura 2 – Bairro Adalberto Simão Nader	18
Figura 3 – Márcio José Siqueira Pinheiro.....	30
Figura 4 – José Raimundo Dantas, o "amigo do povo"	31
Figura 5 – Eduardo José Ribeiro.....	31
Figura 6 – Nair Marculino de Souza	32
Figura 7 – Marli Almeida	34
Figura 8 – Gilmar Alves da Silva	35
Figura 9 – Marco Antônio Nader Borges	35
Figura 11 – Vista da Cidade, em primeiro plano o Siribeira Clube. Observa-se ainda a pequena quantidade de prédios existentes. Foto da década de 1960.	38
Figura 12 – Taxa de Crescimento Geométrico da População – em % – 1940 a 2004	40
Figura 13 – Vista Panorâmica do Aeródromo de Guarapari.....	44
Figura 14 – Gráfico da Evolução Populacional de Guarapari, de 1970 até a população estimada para 2016.	49
Figura 15 – Celi Alves da Silva.....	54
Figura 16 – Registro do Inquérito Policial de 1979 para apurar a “invasão” do Aeródromo de Guarapari.....	54
Figura 17 – Celi Alves da Silva e os filhos, o primeiro sentado da direita para a esquerda é Gilmar Alves da Silva, nossa testemunha. Foto tirada em 1988, na residência da família no bairro Adalberto Simão Nader.	79
Figura 18 – Vista da parte interna do bairro. A frente o lugar conhecido pelos moradores como “baixada”.....	104
Figura 19 – Trecho do livro de tombos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapari.	105
Figura 20 – Adalberto Simão Nader	109
Figura 21 – Vista parcial do bairro Adalberto Simão Nader.	111
Figura 22 – "Antiga Matriz" ou “Igreja Velha" ensina-se na cidade que foi fundada pelo próprio José de Anchieta, a casa situada em sua lateral com os coqueiros é onde estava anteriormente localizado o convento dos jesuítas. Nela costumam residir, atualmente, os padres que servem a população do centro de Guarapari.	82

Figura 25 – Entrada do Cemitério São João Batista.	84
Figura 26 – Dr. Silva Melo, médico e cientista brasileiro foi provavelmente um dos maiores divulgadores de Guarapari e de suas belezas naturais.	86
Figura 27 – Vista panorâmica da cidade Com essa imagem é possível aproximar-se da descrição apresentada por Silva Melo.	88
Figura 29 – Sede da MIBRA em Guarapari.....	89
Figura 30 – Praia da Areia Preta repleta de Turistas. A construção ao fundo é o Clube Siribeira.....	91
Figura 31 – Galpões da Inaremo, destinados ao depósito e separação das areias monazíticas.	92
Figura 32 – Recorte de Jornal da época em que Graciano Espíndola proibiu a extrações das areias monazíticas em Guarapari.	93
Figura 33 – Registro da extração de areias nas praias de Guarapari. O transporte era feito em burros até os galpões da MIBRA.....	93
Figura 34 – Vista parcial do Radium Hotel e de sua área externa	95
Figura 35 – Praia da Areia Preta já com o clube Siribeira na pedra. Vê-se o fluxo de turistas em suas areias.	96
Figura 36 – Vista da Praia da Areia Preta atualmente.	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Crimes Letais Intencionais e Variação Percentual, Região Metropolitana da Grande Vitória – 2013 e 2014.....	19
Tabela 2 – População total no senso 2010 em comparação a população projetada para 2019.	20
Tabela 3 – Livros de Registro de Processos da Primeira Vara Criminal de Guarapari	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. PRIMEIRO CAPÍTULO – OS POBRES ONDE MORAM?	37
1.1. A PERIFERIA DE GUARAPARI	41
1.2. “EU FAÇO A CIDADE”	43
1.3. EU “NÃO MORO, ME ARRANJO”	51
2. SEGUNDO CAPÍTULO – A HISTÓRIA DO BAIRRO ADALBERTO SIMÃO NADER	62
2.1. ENFIM, O NOSSO LUGAR	70
3. TERCEIRO CAPÍTULO – “GUARAPARI MARAVILHA DA NATUREZA”	80
3.1. GUARAPARI: “PAÍS CALMOSO E HEREDITÁRIO”	80
3.2. DR. SILVA MELO, O INÍCIO DOS ÁUREOS TEMPOS	85
3.3. UM DESTINO PARADISIACO E DE PORTE INTERNACIONAL	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
ENTREVISTAS	116
DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA	117
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A	124
APÊNDICE B	125

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a história do bairro Adalberto Simão Nader em Guarapari. Bairro inserido na famosa cidade do litoral, pertencente à região metropolitana de Vitória no estado do Espírito Santo. A cidade em que nasci (1989). Em trabalho acadêmico de autoria de FUKUDA (2012), consta a afirmação de que o bairro Adalberto Simão Nader foi identificado como local de residência de migrantes baianos, chegando a ser considerado como uma “Nova Bahia”.

Mesmo na minha memória, o bairro era identificado como local de residência de baianos. Cresci ouvindo a explicação de que aqueles migrantes teriam vindo para a cidade litorânea capixaba fugindo de pragas nas plantações do sul da Bahia. E em busca de oportunidade de emprego na construção civil, que se revela, ainda na atualidade, a principal empregadora local.

Acrescenta-se à explicação da motivação do fluxo migratório a afirmação de que a mão de obra de baixa qualificação e a escassez de oportunidades de emprego, ocasionada por uma crise na construção civil, fizeram com que esses migrantes não tivessem as oportunidades que esperavam e caíssem em uma marginalidade social, inclusive geradora de violência.

Foi com base em tais representações que o projeto originário desta dissertação foi concebido. O primeiro título revela a hipótese que permeou a elaboração do projeto de pesquisa, “O CASO DO BAIRRO ADALBERTO SIMÃO NADER, em Guarapari, um olhar sobre a violência urbana à luz dos fluxos migratórios”. No entanto, após os primeiros contatos com os moradores do bairro, realizados no segundo semestre de 2018, descobri outras nuances daquela história que trouxeram outra perspectiva a pesquisa.

Descortinou-se *outra história*, não mais aquela versão formal que se ouvia como verdade, mas uma história contada por seus principais personagens, os próprios moradores do bairro (MEIHY, 2018). O bairro Adalberto Simão Nader foi oficialmente criado em 1985, durante o mandato do então prefeito Graciano Espíndula que, dentre seus feitos, colocou fim a uma invasão no aeródromo da cidade e criou o bairro.

A temática de pesquisa surgiu de dois eventos quase que fortuitos. Primeiramente, da leitura da dissertação de Raquel Frazan Fukuda (2012), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade

Federal do Espírito Santo. A pesquisadora assentou que o bairro Adalberto Simão Nader era percebido como local de residência dos baianos. Inclusive sendo identificado como uma “Nova Bahia”.

O segundo evento foi o encontro do registro de um inquérito policial, instaurado para apurar a responsabilidade de uma “invasão” de terras no aeródromo da cidade, situado nas proximidades da localização atual do bairro Adalberto Simão Nader. Esse local foi indicado nas primeiras entrevistas como o lugar de onde vieram as famílias fundadoras do bairro.

A representação do bairro como uma “Nova Bahia”, ao fim e ao cabo, silenciava uma bela história de luta por habitação e resistência diante das dificuldades. Essas dificuldades provocadas pelas modificações econômicas ocorridas na segunda metade do século XX, especialmente pela industrialização e pelo consequente empobrecimento urbano pelo qual passou o Espírito Santo, em especial a região metropolitana de Vitória, na qual Guarapari está inserida.

A realização da presente pesquisa foi facilitada por alguns anos de convivência com a comunidade, que se iniciam ainda na minha infância. Minha mãe lecionou na Escola de Ensino Fundamental Constantino José Vieira, localizada no bairro Adalberto Simão Nader. Anos mais tarde, ao terminar minha graduação em direito, me tornei um parceiro da associação de moradores em alguns projetos. Como advogado criminalista, pude atuar na defesa de cidadãos e cidadãs da comunidade que se encontravam de alguma forma em conflito com a lei.

Figura 1 – Inauguração da Escola do Bairro, em 1990



Fonte: foto cedida pelo entrevistado Gilmar Alves da Silva, atual presidente da associação de moradores.

Historiar os acontecimentos que explicam e justificam o surgimento daquela comunidade partindo da narrativa de seus moradores foi revisitar um pouco a história da minha cidade e, por que não?, revisitar minha própria história e a dos meus antepassados. Notadamente, o historiador trabalha os acontecimentos partindo de um lugar de fala muito bem definido, não estando de forma alguma isento de suas próprias apreensões.

A ausência de documentos escritos que evidenciassem o papel dos verdadeiros fundadores do Bairro Adalberto Simão Nader justifica a escolha da metodologia da história oral. No presente trabalho, a história oral não foi utilizada como o método para a coleta de fontes, mas sim como metodologia da pesquisa. Embora tenhamos nos servido de outras fontes, como documentos e bibliografias, elas tiveram um caráter complementar, consistindo o núcleo do trabalho nos testemunhos coletados (Meihy, 2018).

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, 2018, p. 15).

Usualmente, para qualificar a história oral, são apontadas cinco possibilidades: ferramenta, técnica, metodologia, forma de saber e disciplina. A utilização da história oral como método indica que houve utilização de um “[...] procedimento organizado e rígido de investigação, capaz de garantir a obtenção de resultados válidos para propostas desenhadas desde a formulação de um projeto” (MEIHY, 2018, p. 71).

Para estabelecer o grupo de pessoas a serem entrevistadas, foi preciso descobrir quem eram os moradores, especialmente os mais antigos e dispostos a conversar. Para isso, foi fundamental o contato com a Associação de Moradores Organizada. Através das pessoas apontadas como lideranças comunitárias, parti para o campo com a tarefa de encontrar quem poderia contar essa história de fato.

A princípio procurava pelos “bairianos” que estavam lá presentes na comunidade, mas não se identificavam como fundadores do bairro. Os narradores foram unânimes ao dizer que os “bairianos” chegaram depois. Os entrevistados

manifestaram, conforme apresentado no desenvolvimento, certo esforço em negar que o bairro fosse uma “Nova Bahia”.

É importante consignar que, ao recolher relatos sobre as questões do passado, nossos narradores revelam muito mais que a crônica de um acontecimento, mas sua representação dentro de um processo que vai acontecendo ao longo do tempo e que se traduz na formação da identidade do grupo – ou dos grupos – pesquisado.

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990, p. 19-20).

Os fundadores do bairro são moradores originários de outras áreas da cidade, que foram deslocados ou se deslocaram para a ocupação do aeródromo, pessoas vindas de outras ocupações, da zona rural do município em busca de melhores condições de vida, migrantes mineiros, migrantes fluminenses e também migrantes baianos. Essa afirmação é possível graças ao testemunho de Gilmar Alves da Silva, que viu o bairro nascer e crescer e agora é o presidente da associação de moradores, bem como pelos testemunhos de Marli Almeida e Nair Marculino de Souza, que também se identificam como fundadoras do bairro.

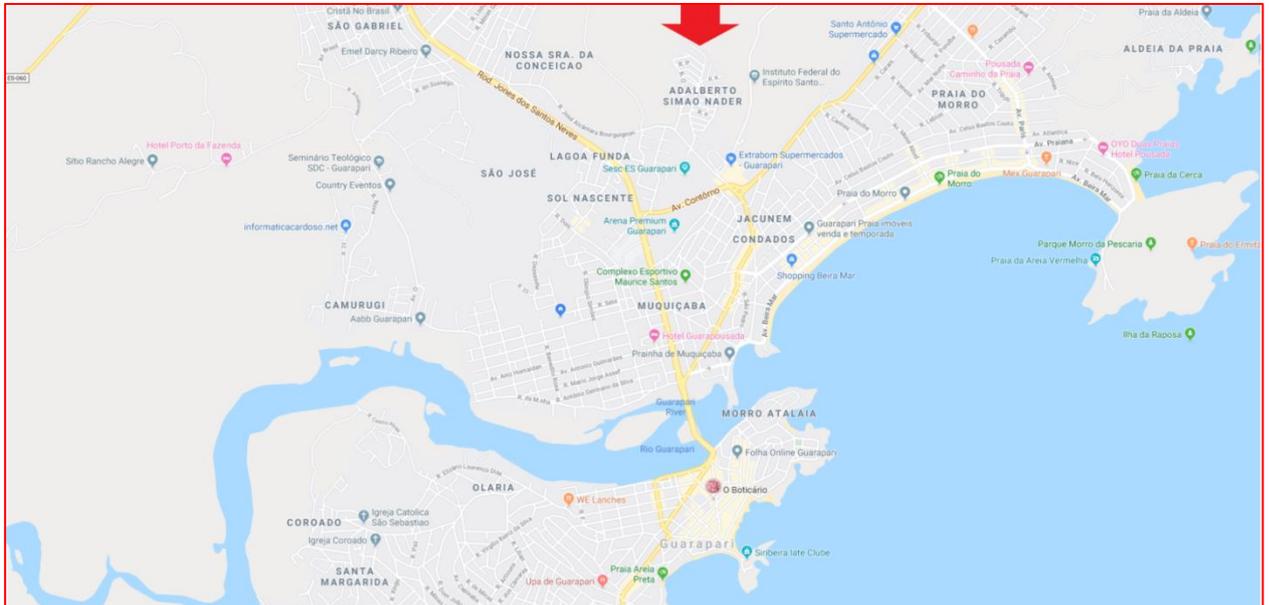
Os dados demográficos, os testemunhos e alguns indícios encontrados nos documentos pesquisados, apontam que a população cresceu muito e em pouco tempo, e que aqueles moradores iniciais logo viram chegar muita gente de diversos lugares. Situação semelhante à vivenciada em outras partes do estado no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento econômico a partir da industrialização, conforme abordarei.

Na contramão do crescimento acelerado, a estrutura fornecida pelo poder público foi deficitária e a região é considerada empobrecida. Vale dizer que, no período em que o bairro foi formado, a região fazia parte do que decidi chamar de periferia geográfica² da cidade de Guarapari, que posteriormente foi se modificando. Adiante, apresento um mapa de parte da cidade onde é possível visualizar a

² Decidi adotar essa denominação para demonstrar que o bairro, embora seja considerado periférico, não está localizado literalmente nas margens da zona urbana e nem é tão afastado do centro da cidade. A partir da década de 1960 do século passado, o termo periferia substituiu o termo subúrbio. Designa o polo antagônico entre a pobreza e a riqueza. A relação centro-periferia seria a nova forma de expressar geograficamente as desigualdades sociais da sociedade brasileira (MARTINS, 1992).

localização do bairro Adalberto Simão Nader, em relação a outros bairros de Guarapari.

Figura 2 – Bairro Adalberto Simão Nader



Fonte: Google Earth

Nos discursos de diversos atores sociais, notadamente: políticos, moradores da cidade – sejam do bairro ou de outras áreas –, autoridades e policiais são frequentes os enunciados em que o bairro Adalberto Simão Nader é representado como um lugar violento.

Quando avaliadas em conjunto, especialmente por moradores de outras áreas da cidade, de assentamento mais antigo, não é incomum que as pessoas residentes no bairro sejam descritas como não enquadradas na forma como tais atores percebem a sociedade local. Não raramente, conseguimos recolher dentro da própria comunidade afirmações nesse sentido.

Essa discussão me levou, na construção do projeto, a imaginar que em Guarapari se pudesse observar algo como o que verificaram Elias e Scotson em *Os estabelecidos e Outsiders* (2000). No caso da cidade de Winston Parva (nome fictício), pessoas da mesma classe social e nacionalidade se identificavam como diferentes umas das outras.

Naquele caso, a característica que as distinguia era o tempo de residência. Elias observou que o fator que motivava esse sentimento de diferença entre os grupos e a sensação de superioridade do grupo anteriormente assentado “baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três

gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes como também entre si” (ELIAS, 2000).

O bairro Adalberto Simão Nader é representado como um local violento e perigoso e seus moradores como causadores de anomalias sociais e desordeiros. Comentários negativos e elogios seletivos que reforçam os estereótipos são constantemente empregados. De fato, estou tratando de um bairro pobre, que, ao longo do tempo, teve uma ocupação desorganizada de seu território e que sofre com a má distribuição de renda, a falta de estrutura governamental e, quase como uma consequência, com a força do tráfico de drogas³.

A cidade de Guarapari não se diferencia das demais cidades da Região metropolitana que, como se pode observar da tabela abaixo, apresenta índices de violência preocupantes. No quadro comparativo, entre os anos de 2013 e 2014, a cidade não apresentou variação no número de homicídios. No entanto, quando avaliada a taxa de crimes letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) para cada 100 mil habitantes, Guarapari é o quinto município mais violento da região metropolitana do Estado do Espírito Santo.

Tabela 1 – Número de Crimes Letais Intencionais e Variação Percentual, Região Metropolitana da Grande Vitória – 2013 e 2014.

Município	2013	2014	Variação %
Cariacica	225	221	1,8
Fundão	16	15	-6,3
Guarapari	47	47	0,0
Serra	350	349	-0,3
Viana	39	14	-64,1
Vila Velha	212	234	10,4
Vitória	118	136	15,3
Metropolitana	1007	1016	0,9
ES	1617	1603	-0,9

Fonte: 14º Boletim de Informações Criminais do Espírito Santo, elaborado em 27/03/2015, pelo Instituto Jones dos Santos Neves, disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/4218-informacoes-criminais-3-quadrimestre-2014>. Acesso em 01/05/2020.

A presença de imigrantes baianos na formação populacional do bairro, embora não como fundadores, influi diretamente para a construção dessa representação, visto que no Brasil o preconceito relacionado a origem geográfica “[...] marca, especialmente, os nordestinos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 90).

³ Dentre outras matérias e citações, são simbólicas as seguintes reportagens. “Guarapari vive guerra invisível pelo domínio do tráfico. Gangues tentam controlar bocas de fumo de rivais. Em cinco meses, houve dez execuções. A Gazeta Vitória-ES, 28/05/2007, p. 5, c. 1-3. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/32968 Acesso em: 04/11/2019. Mapa da Violência de Guarapari. FolhaOnline.ES Guarapari/ES, 08/01/2015. Disponível em: <https://www.folhaonline.es/mapa-da-violencia-de-guarapari/> Acesso em 01/05/2020.

O próprio estereótipo “baiano” é exemplo dessa problemática. O fato de que boa parte desses migrantes nordestinos não possuía qualificação profissional suficiente, indo desempenhar atividades mais desqualificadas, originou outro preconceito, a ideia de que o nordestino somente é capacitado para realizar trabalhos braçais e não atividades intelectuais, políticas e acadêmicas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Pude perceber que a história do Bairro Adalberto Simão Nader, sobre o qual me proponho a dissertar, não é diferente da história de outros espaços do estado e do País. O Estado do Espírito Santo, localizado na região sudeste, limita-se com os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e com o Oceano Atlântico. Não é muito extenso territorialmente, tendo 46.098,571 km² divididos em 78 municípios, com uma população de 3.514.952 habitantes, conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)⁴. O mesmo estudo projeta que em 2019 a população local chega ao patamar de 4.018.650 habitantes.

A região metropolitana é mais populosa, demonstrando que houve um adensamento populacional em torno dos projetos industriais levados a termo no período do recorte temporal da presente pesquisa (1970-1990), conforme tabela exemplificativa a seguir.

Tabela 2 – População total no senso 2010 em comparação à população projetada para 2019.

Município	População 2010	População Estimada 2019
Cariacica	348.738	381.285
Fundão	17.025	21.509
Guarapari	105.286	124.859
Serra	409.267	517.510
Viana	65.001	78.239
Vila Velha	414.586	493.838
Vitória	327.801	362.097
Metropolitana	1.687.704	1.979.337

Fonte: Dados do Censo Demográfico de 2010, relatório por município Estado do Espírito Santo, gerado a partir de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama> em 01/05/2020.

O quadro populacional do Espírito Santo agrega muitas origens e culturas. Os habitantes originários, os indígenas, conheceram os portugueses e, em momentos posteriores, os africanos, italianos, alemães, poloneses, pomeranos, suíços, austríacos, belgas, libaneses, dentre outros.

⁴ Em 2017, o IBGE atualizou a contagem, partindo de projeções, e a população já passaria dos 4 milhões. No entanto, para possibilitar uma melhor leitura de outras pesquisas do IBGE, preferi me referenciar sempre aos Censos Demográficos e não utilizar as projeções populacionais, que podem variar.

Na segunda metade do século XX, trabalhadores rurais do norte de Minas Gerais, do norte fluminense, do sul da Bahia e também das outras unidades da federação, deixaram suas terras. A explicação que encontramos para tal fenômeno é de que esses trabalhadores foram vitimados pelo processo de mecanização das produções agrícolas e/ou assolados por pragas nas plantações e partiram em direção ao Espírito Santo, atraídos pela prosperidade da indústria de siderurgia e construção civil, que pareciam oferecer emprego e qualidade de vida. É necessário citar ainda a indústria petrolífera, que ganhou destaque e foi um grande atrativo (CASTIGLIONI, 2009).

Após o período de decadência da economia agrícola, incrementado pela erradicação dos cafezais (1962), o estado precisou diversificar sua economia. O acesso ao Oceano Atlântico consolidou o estabelecimento de relações com as vizinhas Minas Gerais que, então, direcionou para o Espírito Santo o escoamento de sua produção de minérios. Assim, precisou-se investir em infraestrutura, como portos e ferrovias. A construção do complexo da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e outros polos industriais foi um atrativo que culminou nos citados fluxos migratórios (UFES, 2007).

A chegada desses migrantes foi representada na memória tanto dos próprios migrantes quanto dos habitantes anteriormente assentados. A presente pesquisa se ocupou prioritariamente das questões identitárias que vão costurando a memória, em uma disputa de justificativas entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS, 2000). Essas *representações* verificadas no interior da comunidade de Guarapari são formas de agir e de pensar ligadas a laços que regulam as relações sociais e que são moldadas, de formas distintas e em diferentes ocasiões, pelas estruturas de poder (CHARTIER, 1988).

No presente trabalho, os *estabelecidos* são os que estavam na cidade de Guarapari antes dos fluxos migratórios da segunda metade do século XX. Ainda são considerados parte do grupo estabelecido os descendentes das famílias que já estavam assentadas na região. *Outsiders* são os migrantes que foram chegando à cidade de Guarapari após esse período em sucessivos fluxos migratórios.

Não raras vezes até em ambientes oficiais⁵ e nos círculos do empresariado, ouvimos justificativas que associam diretamente o fenômeno da violência à chegada dos migrantes. Inclusive relatando que uma possível crise na construção civil, associada à baixa qualificação dos mencionados forasteiros, fez com que não tivessem sua mão de obra absorvida pelo mercado de trabalho. A exclusão que se verifica e que seria geradora da violência aparece como consequência desse processo, assim como apontado em FUKUDA (2012).

Assim, os “bairianos”, por sua natureza e pela situação em que se colocaram, seriam os responsáveis pelos altíssimos índices de criminalidade no Espírito Santo. A falácia de que o migrante é responsável pela violência encontra amparo no discurso dos detentores do poder e é sustentado pela produção da mídia (DADALTO; RODRIGUES, 2014). Não é de se desconsiderar a vulnerabilidade da periferia onde estão os migrantes pobres, é imperioso esclarecer que não é a condição de estrangeiro que o torna criminoso.

No Espírito Santo, como em outras partes do Brasil, especialmente São Paulo, “bairiano” é sinônimo de migrante nordestino pobre. Assim, o preconceito de origem dirigido aos nordestinos de um modo geral por aqui se consolidou sobre a figura do “bairiano”. Analisando hipótese semelhante em sua obra *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Tereza Caldeira consignou que:

Os nordestinos podem não ser todos criminosos, mas a lista de derrogações usadas contra eles é imensa: eles têm “sangue quente”, são mão-de-obra barata que não sabe como reivindicar um pagamento justo, são mal-educados, sem cultura, ignorantes. Além disso, o paternalismo implícito na ideia de trabalhar para civilizá-los (assim eles não teriam que vir a São Paulo) é evidente, assim como o preconceito da classe média contra seus padrões de consumo: eles chegam a São Paulo, compram óculos de sol *ray-ban*, vão ao dentista e, talvez por não serem racionais, substituem os dentes por dentadura (CALDEIRA, 2000, p. 86).

Como no caso citado acima, construiu-se no Espírito Santo a metáfora do “bairiano”, que, ao explicar a violência, na verdade termina por violentar um dos grupos que migraram para o estado em busca de oportunidade (DADALTO; RODRIGUES, 2014).

⁵ A reportagem mencionada na nota 4, em que o bairro é apontado como violento ou o mapa da violência citado na mesma nota não são as únicas vezes que essa representação de violência aparece. Com certa frequência, encontramos, na imprensa local e estadual, associação, ainda que velada, entre a localidade e a violência. No entanto, não se buscam maiores explicações para a violência em Guarapari, que não é uma exclusividade do Bairro Adalberto Simão Nader.

A Região Nordeste foi, no Brasil, a que mais perdeu contingente populacional no período 1970-1990, tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda (IBGE, 2011, p.30).

O município de Guarapari recebeu pequena parcela desses fluxos migratórios destinados ao sudeste. Sua proximidade com a capital, suas belezas naturais e uma forte especulação imobiliária a tudo isso associada são apontadas pelos narradores e podem ser o motor de sua identificação como destino dos migrantes. Não se pode olvidar de que, na segunda metade da década de 1970, foi implantada, no município de Anchieta, a empresa SAMARCO MINERAÇÃO, grande usina de pelotização de minério de ferro, situada ao sul de Guarapari, bem na divisa entre os municípios (IJSN, 2003, p. 22).

A implantação desse grande projeto industrial fez com que técnicos e especialistas, em sua maioria mineiros, se deslocassem para a região para atender a demanda de mão de obra especializada. Foi necessário abrigar essas pessoas, assim, a construção civil também cresceu. Outros serviços foram ampliados, o que significou, durante certo tempo, uma maior demanda por mão de obra, independentemente da qualificação.

Fala-se, no presente trabalho, sobre a presença dos baianos no Espírito Santo. Em alguns momentos da pesquisa, esse grupo foi diretamente relacionado à pobreza e, em outras vezes, à violência urbana. Mas a comunidade do Bairro Adalberto Simão Nader não é formada apenas por pessoas originárias do estado da Bahia. A representação de lugar violento é generalista e recai sobre todos, assim a afirmação de Caldeira (2000, p. 86) sobre São Paulo “É óbvio que os preconceitos contra os nordestinos, que frequentemente coincidem com aqueles contra os favelados” parece se amoldar ao observado em Guarapari.

No desenvolvimento da pesquisa, especialmente após a realização do exame de qualificação, foi necessário repensar o projeto originário e até rever os objetivos estabelecidos. O estado do Espírito Santo passou por um processo de industrialização em uma perspectiva desenvolvimentista, e a análise baseada apenas na perspectiva de Elias e Scotson amorteceria a crítica ao processo de urbanização forçada e de favelização, sob a égide do capital pelo qual as nossas cidades passaram.

Assim, o objetivo da presente pesquisa foi conhecer a história do surgimento do Bairro Adalberto Simão Nader, discutindo a sua origem e formação. Perpassam a história do Bairro sua relação com o processo pelo qual passou a cidade de Guarapari e o estado do Espírito Santo no período que ficou conhecido como o dos “Grandes Projetos”. Finalmente, a relação travada entre os membros da comunidade e os moradores anteriormente assentados na cidade, respectivamente *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS, 2000).

Trata-se de conhecer a história do Bairro Adalberto Simão Nader e o contexto social da sua criação, bem como a origem de seus habitantes originários e sua condição econômica. O conhecimento da história da comunidade possibilitará uma análise do contexto político, social e econômico brasileiro no período compreendido entre 1970 e 1990. Esta análise, por sua vez, permite verificar as causas da migração e o fator de atração do destino, para perceber seus reflexos na organização estrutural do bairro e na condição econômica de seus moradores.

Estudar a formação de um bairro e seus moradores e conhecer histórias de vida objetivam compreender a formação das identidades, que estão inseridas nos estudos de História Social e Política. E, na produção das identidades, vários fatores influenciam, dentre eles, sem dúvida, a migração e, com ela, a disputa por recursos escassos, comida, terra, postos de trabalho. É possível afirmar que a migração gera pluralidade de identidades, igualmente, identidades contestadas, em um processo marcado por significativas desigualdades (SILVA, 2014).

Delimitar bem o campo de pesquisa e estabelecer, assim como ELIAS (2000), que o bairro pode ser um pequeno recorte de uma figuração maior, consistente na forma como os “baianos” se tornaram uma categoria social no panorama do crescimento urbano capixaba, é escolher a *micro-história*.

Tal escolha se justifica na medida em que, no mais das vezes, a história social dominante, ao optar por organizar seus dados dentro de categorias que permitem sua agregação máxima (níveis de fortuna, profissões etc.), ao fim e ao cabo, “[...] deixa escapar tudo o que diz respeito aos comportamentos e à experiência social, à constituição de identidades de grupos, e se proíbe, por força de seu próprio método de trabalho, de integrar dados os mais diversificados possíveis” (REVEL, 1998, p. 21).

Como analisei outros documentos que complementavam os testemunhos, utilizei como paradigma para a análise das informações contidas naqueles

documentos os princípios metodológicos do indiciário de Carlo Ginzburg (1989) e tomei como ponto de partida as pistas deixadas em fragmentos de documentação, recortes de notícias da imprensa, livros de tombos das paróquias da região, livros de registros das varas criminais, autos de processos judiciais e outros aos quais tive acesso. Ousando ainda citar informações postadas em um blog e em uma rede social.

Sobre a História⁶ de Guarapari, não se encontra literatura ampla sobre seus diversos períodos. Dessa forma, o que se apresenta neste e nos capítulos que seguem são trechos, fragmentos e pistas que, combinadas com os relatos dos narradores, nos permitem compreender e conhecer melhor o objeto da pesquisa. Assim é o trabalho do historiador, que deve “[...] farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba” (GINZBURG, 2007, p. 151).

Além dos testemunhos, que são a fonte fundamental da pesquisa, utilizarei fontes indiretas e, naquilo que afeta o objeto, documentos produzidos com outros objetivos (GINZBURG, 1987). No presente trabalho, encontram-se referências a documentos públicos, privados, entrevistas⁷, periódicos, jornais e até a um blog, afinal, “[...] qualquer documento, a despeito de seu caráter mais ou menos direto, sempre guarda uma relação altamente problemática com a realidade. Mas a realidade ‘a coisa em si’ ela existe” (GINZBURG, 2007, p. 229).

A metodologia escolhida para a realização da pesquisa foi a da história oral por ser aquela que mais se adequa a natureza do que estou propondo. Como uma disciplina dentre as divisões existentes entre o grande campo da História, ela concede espaço para validar as experiências de “movimentos de minorias culturais e discriminadas – principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, pessoas com necessidades especiais, além de migrantes, imigrantes e exilados” (MEIHY, 2018, p. 26-27).

O verbo compreender apareceu muitas vezes em minhas projeções, objetivos, justificativas, isso porque é a vontade de compreender o fenômeno para explicá-lo que fez surgir a história oral como metodologia para a pesquisa. É de

⁶ Não se encontra com facilidade bibliografia destinada à cidade de Guarapari. Muitos dos que escreveram sobre a cidade o fizeram de forma poética ou literária ou recorreram ao memorialismo sem citar fontes. Encontram-se afirmações sobre Guarapari em textos que trabalham a história de outras cidades.

⁷ Chamei de entrevistas informações constantes de outros escritos que não foram baseados na metodologia da história oral. Quando me refiro ao material produzido com a metodologia da história oral, preferi utilizar a expressão narradores.

salutar importância reforçar o papel fundamental ocupado pela história oral como metodologia da presente pesquisa, pois ela pode servir para modificar o enfoque da história, revelando novas oportunidades de investigação, derrubando barreiras entre gerações inteiras (THOMPSON, 1988).

Diferentemente do uso de entrevista, ao fazer a história oral, o pesquisador se compromete com o fato. Entendo com Meihy (2018) que o silogismo capaz de explicar seu atual momento é que, compreendendo para explicar, o historiador explica para transformar, daí que compreender é transformar. Na concepção de Meihy (2018), o objetivo do pesquisador passa a ser então transformar, e a história ganha um caráter militante. Sendo o destino da disciplina a transformação, dar visibilidade ao invisível se torna o seu principal objetivo, sua marca de honra.

O objetivo da análise realizada sob a metodologia da história oral vai para muito além de verificar a veracidade ou a exatidão das informações fornecidas pelo narrador, mas ela, por sua natureza, considera que, ao manter a “experiência passada em estado de *presentificação*” (MEIHY, 2018 p. 26), está reconhecendo a carga de memória e de representações que são composição essencial dos relatos coletados e analisados (PORTELLI, 1998). Não existe uma única verdade e sim visões diversas sobre acontecimentos iguais, mas que são percebidos e representados de acordo com questões atinentes a cada indivíduo.

Outros autores têm colaborado na construção teórica deste trabalho, como os textos de Michael Pollak que, em *Memória, esquecimento, silêncio*, ofereceu importante análise e colaborou para a construção da metodologia que utilizei. Para ele, a história oral ressalta a importância das minorias ao privilegiar a análise dos discursos dos excluídos, marginalizados e de outras minorias, para o autor, esses discursos geralmente se opõem ao que o próprio chamou de “memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 04).

Procurei entender como foi se formando em solo capixaba essa identidade do “baiano” e como está construído esse discurso na memória individual dos envolvidos nesse processo. Concordo que a junção das memórias individuais vá formando a memória coletiva e que, nesse processo, alguns grupos conquistem hegemonia. Considero que o bairro, a periferia e até mesmo o gentílico “baiano” podem ser lugares de memória. Nora afirma, em *Entre Memória e História*, que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993. p. 13).

A professora Maria Cristina Dadalto, em artigo intitulado *Os rastros da diversidade da identidade capixaba*, afirma que:

No Espírito Santo essa gama de migrantes passou por dificuldades diversas. Ressalva-se, porém, que a maioria dos registros e relatos biográficos publicados descreve sobre os imigrantes europeus enfrentando a mata densa para vencer e ter seu pedaço de terra (Dadalto, 2007. p.2).

Na mesma oportunidade, descreve que “[...] pouco se conhece acerca dos sofrimentos e das conquistas dos mineiros, dos fluminenses e dos nordestinos que também largaram seus familiares em outras terras em busca de um pedaço de chão para construir seu futuro” (DADALTO, 2007, p. 2).

Em outro texto, *Migração e Violência: O “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo*, Dadalto e Márcia Barros Ferreira Rodrigues (2014), traduzem visão mais atual do movimento formativo de nossas populações e traduzem em conceito as intuições que justificam o presente projeto.

Falando sobre migrações, periferia e nordestinos, as autoras assentam que “[...] grande parte dos migrantes nacionais passa a residir nos bairros da periferia, sobretudo os nordestinos de baixa renda, metaforicamente denominados ‘baianos’ pela população nativa” (DADALTO; RODRIGUES, 2014, p. 150). É que, de fato, em geral, a população nativa não diferencia os migrantes oriundos das diversas partes da região Nordeste.

Em *Migração e Violência: O “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo* ficou estabelecido que não há responsáveis pela pobreza e violência e que tanto os migrantes quanto os naturais são vítimas de um mesmo abandono, que é o verdadeiro proporcionador do processo de criminalização (DADALTO; RODRIGUES, 2014).

Em 2012, Rachel Franzan Fukuda, apresentou dissertação com o tema *Estado e políticas públicas: Industrialização, fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960-2004)*. Em seu trabalho, a autora revela o discurso corrente de que os bairros periféricos, formados a partir das migrações, são o “lugar da violência”. Essa lógica acaba sendo apoiada pelo Estado que não se desincumbe de promover as necessárias políticas públicas voltadas ao nivelamento social e

econômico da população carente, aprofundando as exclusões e legitimando a segregação social.

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas. No primeiro momento, foram levantados documentos em busca de indícios que ajudassem a consolidar o objeto, delimitar melhor o período, que ficou estabelecido entre 1970 e 1990 e identificar o grupo de pessoas a serem entrevistadas. Os documentos mais importantes foram: leis, decretos e portarias do período; anais da Câmara Municipal de Guarapari; processos judiciais, especialmente os criminais, distribuídos no período; notícias veiculadas pela imprensa; dados demográficos; livros de tombos e de batismo das paróquias da região.

A partir do levantamento de informações nos documentos, seguiram-se visitas ao bairro Adalberto em horários e dias distintos. Em cada visita, realizava-se conversas informais com moradores, visando identificar os futuros narradores. Tendo sido escolhidas quatro pessoas que residiam na localidade em sua gênese. Foram realizadas 16 visitas. A primeira delas aconteceu em 26 de novembro de 2017, ainda antes do ingresso oficial no programa de pós-graduação, quando o projeto passou a ser mais bem-estruturado.

Foram ouvidos também moradores antigos da cidade assentados em outros bairros. Selecionei essas pessoas por terem alguma ligação com o bairro. Foi ouvido um político baiano que chegou a ser presidente da câmara de vereadores e outro político local, parente de Adalberto Simão Nader, que deu nome à localidade – sua proximidade com o patrono poderia esclarecer o motivo pelo qual o nome foi escolhido. Como toda atividade do pensamento, também a história opera por descontinuidades. Afirma Alberti (2003) que, ao contar a história, selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou. Assim é a história oral.

No entanto, nas entrevistas de história oral, encontramos uma vivacidade diferenciada. Essa vivacidade provém “da experiência de um sujeito”. Alberti (2003, p. 01), em seu artigo *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral* colabora com essa discussão ao afirmar:

sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes (ALBERTI, 2003, p.01).

O pesquisador, por sua vez, ao ouvir o que ele tem para falar, tem a oportunidade de sentir a história sendo contada de forma contínua, percebe que “[...] as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos” (ALBERTI, 2003, p. 01).

Esta dissertação foi dividida em três capítulos. Como a narrativa da história do bairro, por parte dos entrevistados, nem sempre se deu de forma cronológica, houve um esforço para apresentar o conteúdo de maneira que fosse compreendido no tempo, mas que ficasse especialmente privilegiada a visão dos narradores.

No primeiro capítulo, procurei falar diretamente sobre a gênese das duas ocupações que originaram o bairro. Com os testemunhos, descortinaram-se vários aspectos até então não conhecidos sobre o processo de surgimento da ocupação do Aeródromo de Guarapari e a consequente criação do bairro Adalberto Simão Nader.

Foram realizadas conversas com diversas pessoas, mas serão utilizadas no presente trabalho sete testemunhos, recolhidos sob o rigor metodológico da história oral. Passo a apresentar os narradores, explicando quem são as pessoas e sua participação no presente trabalho e contando um pouco como foi a realização das entrevistas.

O primeiro narrador foi Márcio José Siqueira Pinheiro, 47 anos, servidor público municipal, que nos ofereceu um relato detalhado sobre o que havia de oficial quanto ao surgimento do bairro. A entrevista, previamente agendada, foi realizada na sede da prefeitura, por escolha do entrevistado. Márcio nos cedeu uma cópia do decreto que regulamentou a criação do loteamento que possibilitou a descoberta de outros documentos.

Figura 3 – Márcio José Siqueira Pinheiro



Fonte: fotografia registrada na ocasião da entrevista (foto do autor - 2019).

Foi ele quem indicou dois dos outros entrevistados que foram fundamentais para o resultado da pesquisa e que passo a apresentar. Mas, além de questões oficiais, Márcio não deixou de revelar suas memórias e apreciações sobre os eventos, deixando claro que não se tratava de um observador ausente, mas de alguém que vivenciou a história e presenciou os acontecimentos.

O segundo narrador foi José Raimundo Dantas. O “amigo do povo”, como é conhecido, tem 52 anos, é ex-vereador e atualmente mantém uma empresa de consultoria, segundo contou. Dantas é índio Pataxó e nasceu na Bahia, contou que migrou para Guarapari em busca de trabalho, que se apaixonou, criou raízes e que não sai “daqui nem se mandarem” (DANTAS, 2019).

A entrevista com ele foi realizada em um quiosque localizado na Praia da Cerca, uma das praias do município, por escolha do entrevistado. Ele me recebeu de maneira muito informal e carinhosa. Demonstrando muito interesse em revelar tudo o quanto pode sobre sua história de vida e privilegiando orgulhosamente sua origem. Seus relatos, carregados de emoção de quem lutou e sofreu, mas venceu.

Figura 4 – José Raimundo Dantas, o "amigo do povo"



Fonte: fotografia registrada na ocasião da entrevista (foto do autor – 2019).

O Terceiro narrador foi Eduardo José Ribeiro, 72 anos, engenheiro, empresário e ex-secretário de Obras do Município. Narrou com muita clareza e precisão a sucessão de acontecimentos que levaram à criação do bairro. Embora o surgimento do bairro tenha sido creditado ao ex-prefeito Graciano Espíndula, a ideia foi de Eduardo. A entrevista foi realizada no escritório do narrador, por escolha dele. O entrevistado não deixou de mencionar que, para o momento político e social que país vivia, a política pública implementada com a criação do bairro foi algo de vanguarda.

Figura 5 – Eduardo José Ribeiro



Fonte: fotografia registrada na ocasião da entrevista (foto do autor – 2019).

Meu trabalho pretende evidenciar a narrativa das pessoas que residiam na ocupação, mas é necessário fazer menção que Eduardo, nesse contexto, não representa os detentores do poder, ele, que se compreende como guarapariense nativo, conforme mencionou em seu testemunho, mais que um funcionário da

prefeitura, foi alguém que viveu aquele processo e experimentou diretamente o que é ter que tomar decisões que influenciam na vida das pessoas, como ele mesmo revelou.

A quarta narradora foi Nair Marculino de Souza, de 80 anos. Dona Nair, que é natural de Governador Valadares/MG e foi uma das primeiras moradoras da ocupação no aeródromo e, conseqüentemente, uma das primeiras moradoras do bairro Adalberto, contou tanto sobre sua história de luta e sofrimento em busca de uma vida melhor, que mereceria um trabalho exclusivo.

O encontro com Dona Nair foi tanto fortuito quanto incrível. Em uma das minhas visitas ao bairro enquanto caminhava a pé pelas primeiras ruas, conheci seu neto, que aparentava já me conhecer, ao menos de vista. Era o início da tarde de um dia de semana: enquanto caminhava, visualizei alguns jovens, na sua maioria rapazes, que estavam passando o tempo ao lado da sede da associação de moradores.

O neto de Dona Nair, cujo nome acabei por não anotar em meu caderno de campo, me questionou sobre o que eu estava fazendo, andando pelo bairro com uma câmera fotográfica pendurada no pescoço. Expliquei o que motivava a minha visita naquela tarde.

Figura 6 – Nair Marculino de Souza



Fonte: fotografia registrada na ocasião da entrevista (foto do autor – 2019).

No bairro Adalberto, como na maioria dos bairros de periferia de Guarapari, existem poucos equipamentos públicos, ou a burocracia impede a utilização dos poucos espaços que existem. Não é incomum ver pessoas das mais diversas idades passarem o tempo nas portas de suas casas ou em áreas de sombras à beira das ruas. Esse é o panorama geral do bairro nas tardes de semana, aqueles que, por

algum motivo, não estão trabalhando, estão por ali, acessíveis e prontos para um tempo de conversa.

O neto de Dona Nair ficou empolgado com a ideia de que alguém estava querendo conhecer a história do bairro e se adiantou em dizer que sua avó poderia contar muitas coisas, acrescentando que seria necessário despende de tempo, pois a avó falava muito. Levou-me imediatamente à sua casa e, sem muitas delongas, dona Nair passou a me contar tudo o que viveu em um momento muito emocionante. Idosa e frágil, ela conseguiu me emocionar ao narrar o cotidiano de precariedade e fome. Nair se sente uma vencedora e se alegra ao contemplar o pequeno sobrado que ocupa o lugar do barraco originário onde vivia.

A quinta narradora foi Marli Almeida, de 53 anos, que nasceu em Guarapari, mas no interior, na localidade de São João do Jaboti, um reduto que já ocupou posição de destaque na economia e na política local, tendo sido inclusive sede da paróquia de Guarapari, conforme abordado no terceiro capítulo. Em determinado momento, Marli mudou-se para a área urbana de Guarapari acompanhando os pais, que procuravam emprego.

Marli já era minha conhecida, mas eu não conhecia sua história. Ela é proprietária de um bar localizado em uma das primeiras vielas do bairro. Foi no próprio bar que Marli quis contar o que viveu e o que sabia, fornecendo um rico material para a pesquisa, embora, em vários momentos tenha delegado o papel de *guardiã da memória* a uma irmã sua de nome Marlene, que eu tentei insistentemente entrevistar, mas que se esquivou até me fazer desistir.

Marli é uma pessoa muito alegre e animada. Em seu bar sempre tem música, conversa e bebida gelada. Mesmo quando narrava situações difíceis, ela estava feliz. Marli também entende que venceu e atribui sua vitória a muito trabalho duro. Ela e diversos outros membros da família são moradores do bairro e sabem narrar sua história.

Figura 7 – Marli Almeida



Fonte: fotografia registrada na ocasião da entrevista (foto do autor – 2019).

O sexto narrador foi Gilmar Alves da Silva, de 47 anos. Conhecido na comunidade como “Candongá”, atualmente é o presidente da associação de moradores do bairro. Gilmar é morador da comunidade desde seus primórdios, e sua entrevista foi repleta de esclarecimentos: foi ele quem contou que o bairro surgiu de uma ocupação que foi transferida para o aeródromo pelo poder público e que posteriormente foi transferida novamente.

Embora ele também seja pessoa relevante na construção do bairro, sua participação ativa é mais recente, mas Gilmar é filho de uma das grandes protagonistas de toda essa história: sua mãe, Celi Alves da Silva, já falecida. Boa parte de tudo o que aconteceu teve a participação ativa e decidida de Celi, que, antes de falecer, escreveu seu nome na história do bairro Adalberto Simão Nader.

Gilmar contou ainda que o bairro não é tão violento como se narra e que essa “história de violência” é muito preconceito. Inclusive, no dia da entrevista, se comemorava a marca de 500 dias sem que houvesse um homicídio.

Figura 8 – Gilmar Alves da Silva



Fonte: fotografia cedida pelo entrevistado (2017).

O Oitavo narrador foi Marco Antônio Nader Borges, “Marquinho Borges”, 64 anos, filho mais novo de uma família muito conhecida na cidade e no estado por sua inserção política. Foi vereador na cidade seguidas vezes, tendo sido presidente da Câmara Municipal. Seu pai, Hugo Borges, e seu irmão, Paulo Borges, foram prefeitos. Marco foi candidato a prefeito nas últimas eleições e ainda hoje é considerado um dos principais atores da política local. Foi ele quem nos revelou a história de seu tio, Adalberto Simão Nader, irmão de sua mãe, Neuza Nader Borges, e foi através de seus relatos que conseguimos entender a escolha do patrono, que, como suspeitávamos, não guarda nenhuma relação com os moradores.

Figura 9 – Marco Antônio Nader Borges



Fonte: fotografia cedida pelo entrevistado (2016).

O segundo capítulo trabalhou em continuidade ao primeiro, os testemunhos atentando-se mais detidamente às relações sociais que constituem a comunidade.

Nele foram centralizados os relatos sobre a visão dos moradores anteriormente assentados, especialmente aqueles que se identificam como a “sociedade guarapariense” e sua relação com os migrantes que foram chegando posteriormente.

No terceiro capítulo, procurei apresentar um panorama geral da história de Guarapari, seu surgimento e desenvolvimento, com especial atenção à segunda metade do século XX, período do recorte temporal. Até mesmo porque não existe, na historiografia, um espaço consolidado para a história da cidade que carece de aprofundamento e investimento para o estudo. Esse terceiro capítulo, que também conta com testemunhos recolhidos sob a metodologia da história oral, pode ser uma importante chave de leitura sobre aqueles que, ao longo do trabalho, denominei *estabelecidos* e *outsiders*, mas que foram um conjunto por vezes mais coeso, por vezes menos coesos (ELIAS, 2000).

Procura-se revelar o processo de formação da cidade e suas etapas. Ao apontar os marcos da história oficial, muito embasada pelo memorialismo, relembro que a versão oficialmente contada muitas vezes silencia os grupos menos favorecidos. É assim possível verificar, em uma escala menor, aquilo que vai se processando ao longo do tempo em outros níveis. A abordagem do micro-histórico enriquece a análise social quando torna suas variáveis mais numerosas, complexas e mutáveis. Ao reler a história de Guarapari, encontramos indícios dos fatores que podem ter motivado as relações atuais (REVEL, 1998).

Ao longo do texto, especialmente nas transcrições de alguns documentos e nas entrevistas, veremos algumas variações do uso da língua portuguesa. É importante destacar que, visando permitir que o leitor sinta a força do relato, optei por preservar os relatos em sua forma original. Assim se perceberá que a história oral não se constitui apenas das palavras ditas na entrevista, mas igualmente daquilo que não foi dito, das expressões utilizadas e do que se pode observar no entorno.

1. PRIMEIRO CAPÍTULO – OS POBRES ONDE MORAM?

A cidade de Guarapari passou por uma profunda transformação de suas características. Após as publicações do cientista Dr. Silva Melo, que conheceu Guarapari em 1936, a cidade passou a ser considerada um destino turístico. Silva Melo foi um importante cientista, pesquisador e divulgador das propriedades terapêuticas das areias de Guarapari, sendo que no terceiro capítulo abordo melhor sua importância no processo de formação da cidade apresentada na pesquisa.

É comum utilizarmos a palavra “veranistas” em lugar de “turistas” – Hoffman (2005, p. 108) explica que o termo é mais adequado “uma vez que as pessoas que frequentavam Guarapari literalmente se mudavam para o balneário, onde ficavam por um mês inteiro, às vezes até mais”.

Na década de 1930, a infraestrutura existente na cidade era precária: não existiam hotéis suficientes e muitos desses veranistas adquiriam terrenos e construíam casas de praia. Outros alugavam casas de moradores para o veraneio, costume ainda presente entre os moradores da cidade: alugar suas residências no período do verão.

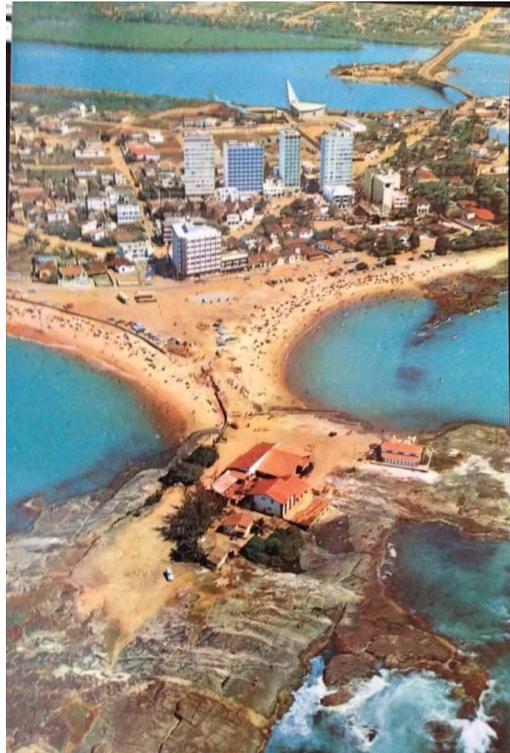
Em 1951, iniciou-se a construção da ponte que liga o centro ao bairro Muquiçaba – a travessia anteriormente era realizada através da balsa – e foi inaugurada no ano seguinte. Com a ponte, mais pessoas podiam chegar até a cidade. Além da ponte, foi no início dos anos 1950 que a BR-101 recebeu pavimentação asfáltica. As rodovias federais BR-101 e BR-262 e a rodovia estadual ES-060, Rodovia do Sol, construídas após os anos 1950, são apontadas como fatores que contribuíram fortemente para o crescimento desordenado da cidade (Hoffman, 2005).

Com o passar do tempo, uma parcela desses veranistas foi decidindo fixar residência em Guarapari. É justamente nesse período de crescimento que chega à cidade a indústria da construção civil, ainda na década de 1960, principalmente no centro, com o surgimento de construções verticais destinadas a moradia. Na década imediatamente posterior, a indústria vive seu auge, avançando para a região da Praia do Morro, entre os anos de 1973 e 1983.

Hoffman (2005, p. 134) cita entrevista com Carlos Pádua, diretor do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de Guarapari, nascido no município, que aponta que

naquele período “[...] nós chegamos a ter mais de 80 construtoras trabalhando em Guarapari, entre pequenas, médias e grandes empresas”. Alguns de nossos entrevistados fazem parte desse processo de expansão da construção civil: Eduardo José Ribeiro era dono de uma construtora e José Raimundo Dantas mudou-se para Guarapari com objetivo de trabalhar na área.

Figura 10 – Vista da Cidade: em primeiro plano, o Siribeira Clube. Observa-se ainda a pequena quantidade de prédios existentes. Foto da década de 1960.



Fonte: foto do arquivo da antiga biblioteca municipal, cópia registrada pelo autor em 2006, para um trabalho escolar.

Esse crescimento da construção civil se explica pela necessidade de locais para hospedagem dos veranistas, mas também para a construção de moradias para os recém-chegados. Nossos entrevistados apontam que havia na cidade uma escassez de mão de obra. Acreditava-se na hipótese de que os baianos teriam sido trazidos em massa para Guarapari nesse período. Márcio Siqueira Pinheiro, já no início de sua entrevista, esclarece que os recém-chegados a Guarapari não necessariamente eram baianos, mas resume de forma clara como se deu tal processo.

[...] não necessariamente eram baianos.

A política é que trouxe!

Que eles viram de fora a necessidade de mão de obra em Guarapari.

Seria melhor!

Melhores condições de vida para esses que aqui estavam ou que para cá viriam. E tiveram o apoio da mão política que queria mão de obra e que queria o eleitor.

Guarapari estava em franco desenvolvimento da indústria da construção civil. Tanto é assim que as grandes construções do município na sua orla se deram nesse momento, entre 80 e 90. É o que que acontece, com a construção civil em pleno desenvolvimento, em ascensão. Faltou o quê? Mão de obra!

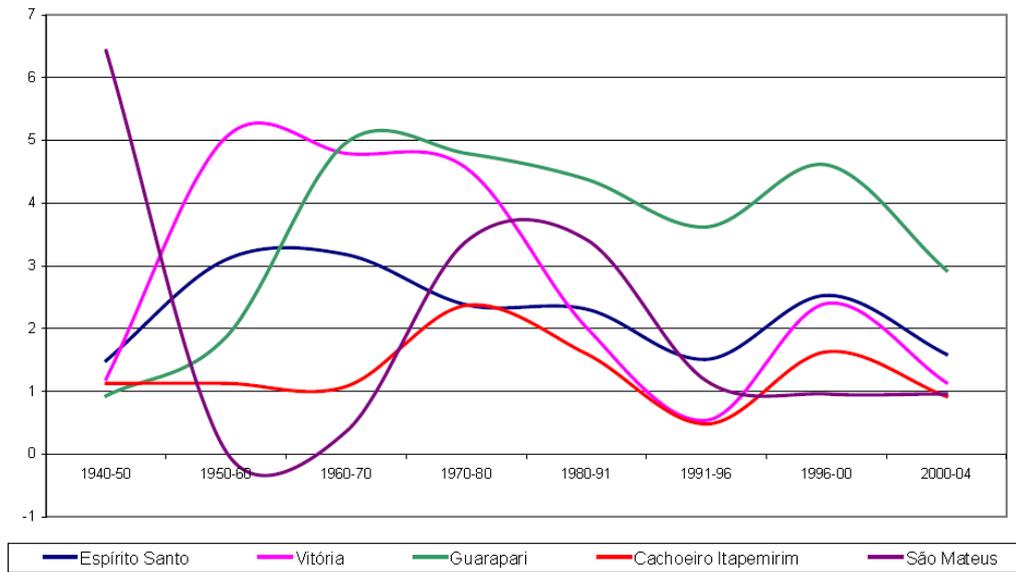
Se faltou mão de obra, com interesse teoricamente da “vassoura de bruxa”, dessa praga lá, viu-se em Guarapari uma necessidade. Encaixou como uma luva. O que os políticos fizeram nessa oportunidade? Começaram a trazer o processo. Com aquele famoso “me dá que eu te levo para Guarapari e você vota em fulano de tal”. Com a barganha.

E Guarapari foi assim agraciada com essa mão de obra, de forma até desordenada. (PINHEIRO, 2019).

Eduardo José Ribeiro é engenheiro e foi dono de uma construtora e revelou que José Raimundo Dantas e outros migrantes do período foram seus funcionários. Para Eduardo, nesse período, a cidade sofreu uma mudança muito brusca de sua formação populacional.

Olha só, a coisa foi meio que preocupante na época, porque digamos que Guarapari que tinha de nativos e migrantes aleatórios, tinha 100% da população. E quando a migração estava no auge mesmo, já representava 40, hoje representa 15 dos nativos. Então foi uma coisa preocupante, estava chegando aquele monte de gente e não era para um endereço certo, não era para uma construção civil, não era para uma edificação feita, não era. Os caras vinham e você não sabia se eles iam ocupar seu quintal, mas logo depois você via que não, os caras estavam saindo de uma situação pior que aquela, eles estavam vindo, trabalhando e já estava se conhecendo, já estava trabalhando para você e a coisa foi evoluindo (RIBEIRO, 2019).

No gráfico a seguir, é possível verificar que, no período mencionado pelos testemunhos, mais precisamente no início do recorte temporal da pesquisa, houve um crescimento populacional expressivo.

Figura 11 – Taxa de Crescimento Geométrico da População – em % – 1940 a 2004

Fonte: HOFFMAN, 2005, p. 117.

Outro evento que colaborou para essa mudança de dinâmica da população e da ocupação do território, conforme discutiremos adiante, foi a inclusão do estado do Espírito Santo no projeto nacional da industrialização brasileira, com o esgotamento da produção baseada na cultura do café. Em 1973, a Samarco se instalou na divisa entre Guarapari e Anchieta. Para a instalação da empresa, chegaram técnicos e administradores, especialmente de Minas Gerais, para trabalhar no novo empreendimento. Por causa deles, também a construção civil atuou e precisou de mão de obra, assim uma migração surge como consequência da outra.

Esse processo de movimentação populacional para atender as necessidades de uma empresa, dentro dessa lógica de mercado que privilegia o capital, será um demarcador do período vivenciado em todo o estado do Espírito Santo. Essa parcela populacional, mão de obra qualificada, geralmente de classe média, assentou-se majoritariamente na região da Praia do Morro. O que aumentou a demanda por moradia e por serviços, fazendo crescer a necessidade de pessoas para ocupar os postos de trabalho gerados.

Essas pessoas chegavam de diversos lugares e, chegando a Guarapari, outra questão era levantada: onde moraria essa outra parcela dos migrantes. Os pobres onde vão morar? Na ocupação das cidades brasileiras, geralmente as camadas mais pobres da população vão sendo empurradas para as extremidades dos

conglomerados urbanos. No lugar que, neste trabalho, eu chamo de periferia geográfica.

É de fácil percepção a ideia de que, na mesma proporção do crescimento das cidades, as distâncias aumentam e os espaços vazios, disponíveis para novas ocupações, estejam situados nas bordas dos espaços já ocupados, ou seja, nas periferias. No entanto, na Grande Vitória e também em Guarapari não foi apenas essa realidade que pautou a expansão periférica. As periferias das nossas cidades se tornaram o destino residencial dos trabalhadores pobres, mesmo que existissem outros locais com melhores recursos básicos (SIQUEIRA 2010).

1.1.A PERIFERIA DE GUARAPARI

O bairro Adalberto Simão Nader está localizado na zona urbana de Guarapari, limitando-se hoje com outros bairros, no entanto, seu entorno, ainda hoje, guarda aspectos de uma localidade rural. O bairro limita-se com uma fazenda e com um pasto que o separam, ao norte, do bairro Nossa Senhora da Conceição e, ao sul, do bairro Muquiçaba. Essa localização, cercada de ampla área, que inclui alagados, descampados e mata, parece ser um demarcador da natureza do assentamento que ali foi realizado. Com a simples observação, percebe-se que o bairro está na borda do aglomerado urbano.

Muitas histórias são contadas sobre seu surgimento e sua ocupação, muitas outras sobre o que existia na região antes do assentamento da população. Fukuda (2012) afirma que o bairro teria sido uma grande fazenda que posteriormente foi ocupada. O bairro é identificado por moradores locais e por moradores de outras partes da cidade como um lugar para onde migrantes, especialmente os baianos, se dirigiram.

No entanto, pretendo apresentar a história do bairro, inicialmente associada a outro viés. Neste capítulo, vou tratar especialmente da hipótese de que Adalberto Simão Nader foi, na verdade, política pública de importante político da região. De fato, foi no governo de Graciano Espíndula que o bairro foi criado, a partir da intervenção da prefeitura municipal, mas em um processo de luta por moradia, capitaneada por uma personagem que apareceu somente ao final da pesquisa: Celi Alves da Silva, mãe da testemunha Gilmar Alves da Silva, Candonga.

É importante perceber mais uma representação. A intervenção da municipalidade no conflito por moradia que passamos a historiar adiante foi representada em associação direta a Graciano Espíndula, prefeito da época. O acontecimento aparece nos testemunhos de Márcio Siqueira Pinheiro e Eduardo José Ribeiro como algo arrojado e empreendedor. E, nos testemunhos de Nair Marculino de Souza e Marli Almeida, como bondade de um político preocupado com os mais pobres.

Essas representações são “classificações, divisões, delimitações que organizam a apreciação do real. São as formas de ver e ler o mundo, portanto, a neutralidade não está presente”. Servem-se assim de “estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

O próprio texto constata do blog *Atos & Fatos*, de Wilcler Carvalho Lopes, mencionado anteriormente, é indício de que, na versão oficial, se consolidou a inclusão da criação do bairro Adalberto Simão Nader entre feitos de Graciano Espíndula. O que silencia os outros atores sociais responsáveis por esse processo. Para Chartier (1999), as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

A história que antes não conhecia e nem havia sido mencionada era a de Celi Alves da Silva, mãe de Gilmar Alves da Silva. Em uma postagem constante do perfil da Associação de Moradores do Bairro Adalberto Simão Nader no Facebook⁸, consta que ela nasceu em Alfredo Chaves, município vizinho, passando a residir em Guarapari em meados dos anos 1970 em busca de melhores condições de vida.

Mesmo sem instrução, Dona Celi transformou-se em uma das grandes chefes de cozinha, onde prestava seus serviços ao tradicional restaurante “Nossa casa”, hoje não mais existente na cidade. Sempre dando o melhor de si [...]⁹.

Gilmar Alves da Silva revelou os maiores detalhes do processo que culminou no surgimento do bairro Adalberto Simão Nader. Sua narrativa é carregada da

⁸ O recurso a tal fonte pode parecer inusitado, mas defendo que pode ser muito proveitoso, especialmente quando se estuda memória, identidade e representações. No caso da presente pesquisa, as informações foram tratadas com a mesma cautela que os textos jornalísticos. Posto que, assim como em quaisquer outras fontes, podem estar presentes diversos interesses, dentre os quais deve-se destacar aos interesses políticos.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=Celi%20Alves%20Silva>

emoção de quem viveu todos os desafios de chegar e ter um lugar para se assentar. Celi, já falecida, foi uma das principais lideranças desse processo e Gilmar diz ter herdado dela o interesse por ajudar a comunidade a se constituir cada vez mais como um “distinto lugar”¹⁰, onde todos tenham oportunidade de ter uma vida melhor.

Celi Alves faleceu em um episódio trágico que marcou o bairro e que colaborou para a sua fama de lugar violento, no Natal de 1998, quando um cidadão, apontado pela polícia como Waldecy Francisco da Silva, ao tentar matar outro indivíduo, acabou atingindo fatalmente Celi, que varria a frente da casa. Gilmar também foi baleado¹¹ no evento.

O aprofundamento das minhas pesquisas – especialmente o acesso ao arquivo do Cartório de Registro Geral de Imóveis de Guarapari e os testemunhos de Eduardo José Ribeiro e Márcio José Siqueira Pinheiro – possibilitou melhor compreensão sobre a versão oficial de construir na localidade um bairro e sobre as motivações do poder público para intervir no processo. Além de ter trazido muitos elementos para discutir como a cidade se organiza e qual o lugar vão ocupando as pessoas na construção daquilo que se denomina sociedade local, como adiante se discute.

São muitos os fatores que podem levar uma comunidade a ser identificada como um problema social, mas, no caso de Adalberto, sua história explica o estigma existente. Para contar essa história, que não havia sido escrita, o principal recurso foi o relato oral de moradores antigos que nos receberam e de outros moradores da cidade que se dispuseram a compartilhar o que sabiam ou lembravam sobre o bairro Adalberto Simão Nader.

1.2. “EU FAÇO A CIDADE”

Quando os migrantes chegam, eles precisam ir para algum lugar. Os fatores que impulsionam os fluxos migratórios geralmente são repentinos ou ao menos invisíveis socialmente. É uma projeção de acontecimentos que convence aos poucos o indivíduo de que partir para outra localidade é uma oportunidade de viver. Essa realidade propicia que nem as localidades de origem e nem as de destino estejam preparadas para o fenômeno (FARGE, 2011).

¹⁰ Expressão utilizada na mesma postagem de Facebook referenciada na nota anterior.

¹¹ Informações obtidas no processo judicial nº 0017644-31.1999.8.08.0021

Na toada do desenvolvimentismo, a inauguração da BR-262 foi determinante para a expansão da cidade, pois, naquele período, tornou-se possível chegar de Belo Horizonte a Vitória ou a Guarapari, exclusivamente por vias asfaltadas. Embora, para atingir a cidade, em determinado ponto fosse necessário tomar a estrada velha¹² (DAVITE, 19__). Anteriormente, o caminho Minas x Guarapari se fazia por uma longa viagem em estradas de chão que davam longas voltas pelo interior do Espírito Santo.

Segundo Davite (19__), em 1974, era prefeito o Sr. Hugo Borges¹³ e a “cidade estava vestindo trajes novos”. Os insetos que anteriormente atormentavam os turistas haviam desaparecido. Resultado de diversas novidades que partiam da instalação de lixeiras, passando pela aquisição de máquinas fumacês e atingiam a contratação de garis. Estes últimos “[...] conservam as praias sempre limpas, recolhendo os detritos atirados pelo povo nas areias” (DAVITE, 19__, p. 266).

Naquele período, começa então a ser observado um crescimento local, chamado pelos entusiastas de progresso e compreendido naquele período como motivo de felicidade. A promessa de que em breve seria instalado um aeroporto “confortável e para grandes aviões” (DAVITE, 19__, p. 267) é indicativo de que os planos eram audaciosos. O aeroporto ainda é uma promessa, mas em Guarapari existia um espaço vazio, hoje pavimentado e mais organizado, onde pousavam aviões de pequeno/médio porte. O Aeródromo Municipal de Guarapari era o ponto de partida de toda a história do surgimento do bairro Adalberto, porque se acreditava que a gênese do bairro havia sido naquele lugar.

Figura 12 – Vista Panorâmica do Aeródromo de Guarapari



Fonte: foto cedida por Wilcler Carvalho Lopes, jornalista e morador da cidade (2016).

¹² Segundo Eduardo José Ribeiro a estrada velha passava pela entrada do lugar onde mais tarde surgiu o bairro Adalberto Simão Nader.

¹³ Hugo Borges disputou as eleições em 15/11/72, tendo como vice Ewerson de Abreu Sodré. Tomaram posse em 31/01/73 e governaram até 31/01/77 (BUENO, 2011).

A entrevista de Gilmar revelou outros dados que não eram tão conhecidos. E que mudam tanto o início da história quanto a lógica adotada para sua narrativa. Se antes eu estava convencido, por um tipo de representação que privilegiava a tônica de que o bairro foi um “presente” de um bom político, outra história revela que a luta por moradia de uma parcela empobrecida dos migrantes que formam a sociedade guarapariense foi o que deu causa ao surgimento do bairro Adalberto Simão Nader.

O que aconteceu em Guarapari faz parte de algo maior, um processo nacional de modernização que impactou de forma significativa o Espírito Santo. O desenvolvimentismo alterou a paisagem capixaba, dando um novo perfil à sua dinâmica econômica a partir dos anos de 1960. Anteriormente, o estado vivia uma situação de “[...] isolamento em relação às demais regiões brasileiras” (SIQUEIRA, 2009, p. 02). Foi essa lógica, que privilegiou o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, que causou as outras características dos novos bairros. Assentou a pobreza e a desigualdade e dividiu a cidade entre centro e periferia.

Uma infraestrutura deficitária travou a viabilização do crescimento e a integração do estado com o restante do panorama nacional. O Espírito Santo tinha a economia estagnada e seus índices de crescimento poderiam ser considerados pequenos em relação às médias do país. “O grau de industrialização era inexpressivo e intimamente ligado à transformação de produtos primários” (SIQUEIRA, 2009, p. 02). Em seus estudos, Siqueira aponta que:

A estreita base industrial e a dependência de modelo agrário-exportador se repetiam nas demais regiões atrasadas do país, dentre as quais o Espírito Santo se incluía, principalmente pela sua dependência em relação à arcaica economia cafeeira, que direcionava a estrutura econômica da lavoura ao beneficiamento, envolvendo transporte, armazenamento e exportação (SIQUEIRA, 2009, p. 04).

É justamente na segunda metade do século XX que a economia capixaba passa por uma intensa transformação. Após a implantação das diretrizes da política de erradicação dos cafezais improdutivos, o estado precisou encontrar novos caminhos para a sua economia direcionando-a para o padrão industrial (SIQUEIRA, 2009). O porto de Vitória também se revelou como um grande exportador de café. Responsável pelo escoamento da produção cafeeira capixaba e mineira, o movimento foi-se ampliando para a exportação do minério de ferro.

O crescimento das atividades de exportação de minério de ferro promoveu a ampliação do porto, em função da diversificação de seu movimento comercial. Embora o cais comercial tenha iniciado a exportação de minério, fez-se necessária a construção de tipos de cais especializados para o comércio do minério (SIQUEIRA, 2009, p. 05).

Foi nesse contexto local que foram formulados o que se chamou de implantação dos Grandes Projetos Industriais, tendo como base o complexo mina-ferrovia-porto e a expansão do plantio de eucalipto. Assim, o café perdeu a hegemonia histórica que havia se mantido na pauta exportadora do Espírito Santo (SIMÕES, 2002).

Não posso deixar de mencionar que as afirmações anteriormente apontadas, sobre o desenrolar dos fatos no processo de inserção do Espírito Santo nos projetos nacionais, não são unânimes. Contestam-se os dados acima apontados.

Bourguignon (2018) aponta que, por patrocínio dos governantes, no contexto da implantação dos Grandes Projetos Industriais, pretendeu-se consolidar, na historiografia e na literatura, uma representação do Espírito Santo, na qual o desenvolvimento dos anos 1950 e 1970 se contrastavam com um passado marcado pelo atraso.

A narrativa da superação do atraso foi a forma como uma parcela da elite urbano-industrial pretendeu legitimar o processo de implantação e legitimação de seu projeto político-econômico. Nesse contexto, constituiu-se um conjunto de referências em relação ao Espírito Santo sempre associado ao atraso econômico e a sua superação. Esse discurso buscava avaliar, qualificar, legitimar e explicar tanto a situação do estado quanto o projeto de industrialização em si (CERQUEIRA, 2016).

Era 1966 e, após derrubar o governador Francisco Lacerda de Aguiar para favorecer o seu projeto, o grupo apontado por Cerqueira (2016) conduziu ao poder sucessivamente três governadores biônicos, a saber: Christiano Dias Lopes Filho, Arthur Carlos Gehardt e Élcio Álvares. A ação do governo estadual assume novos contornos, pois foi naquele momento que o Estado passou a atuar como “agente condutor do processo de industrialização e fornecedor do capital básico para viabilizar tal processo” (SIQUEIRA, 2010).

O Brasil vivia o início da ditadura militar, que se estendeu até 1988, e o Espírito Santo, através de seus governadores biônicos, priorizou uma maior integração com a União. Foi nesse contexto que se ampliaram os incentivos fiscais, deixando o primeiro claro que seu sucessor deveria se empenhar em mobilizar

recursos externos. Foi o que o próprio Arthur Carlos Gerhardt disse em sua mensagem apresentada a Assembleia Legislativa em 1972:

No curso do esforço para alcançar a industrialização, se pode discutir a constatação da insuficiência da poupança e da tecnologia interna, o que nos abriga a desenvolver um desempenho muito especial com vistas a atrair investimentos externos a fim de que não vejamos frustrado ou diminuído o sucesso de modernização da economia estadual (SIQUEIRA, 2010, p. 41).

O alardeado progresso e o desenvolvimento capixaba foi-se aprofundando e novamente o complexo portuário foi expandido, sendo realizadas as obras do cais comercial de Vitória, a expansão do porto de Tubarão, a implantação do porto de Ubu e a instalação das usinas de pelotização da mineradora Samarco, a ampliação do Porto de Barra do Riacho (Aracruz Celulose) e do Porto de Capuaba. A maioria desses projetos implantados entraram em operação a partir de 1977, e outros no início dos anos 1980 (SIQUEIRA, 2009).

O desenvolvimentismo que pautou o Espírito Santo, voltado para aumentar o crescimento econômico, fez com que, em momento posterior, o Estado se integrasse de forma mais definitiva ao mercado nacional, mas o desenvolvimento deu-se acompanhado de um alto grau de desigualdade. As mudanças estruturais marcadas pelo crescimento veloz do setor industrial e dos serviços, associadas ao declínio do setor agrícola, empreenderam concurso para que a população se distribuisse no território de forma diferente. Esses fatores ocasionaram uma série de distorções comuns no estado, vejamos: intenso fluxo migratório campo-cidade, nível elevado de subemprego nos centros urbanos, baixos níveis de renda para uma ampla parcela da população e pobreza extrema para os extratos mais desprestigiados na divisão do produto nacional (SIQUEIRA, 2010).

Em Guarapari, para dar vazão aos grandes projetos, às iniciativas da municipalidade para modernizar a cidade e aos empreendimentos da construção civil, era necessário o emprego de vasta mão de obra. E, questiona-se, até que ponto as pessoas anteriormente assentadas em Guarapari eram suficientes e/ou estavam preparadas e disponíveis para ocupar esses postos de trabalho? Quem seriam os responsáveis por fazer essa nova cidade?

Foi nesse ponto que encontrei justificativa para a escolha de Guarapari como local de destino dos migrantes que se dirigiram ao Espírito Santo em busca de oportunidade nesses novos campos, que poderiam ser, e de fato foram, abertos

para o trabalho. Embora o Espírito Santo não esteja entre as principais localidades de destino dos migrantes internos, experimentou saldo positivo nas trocas com outras unidades da federação (ARAÚJO, 1999).

Em seu trabalho, Araújo (1999) aponta que a migração está diretamente relacionada ao fator qualidade de vida e esperança de renda, e que, por relação óbvia, as comunidades de destino preferenciais são aquelas que reúnem, na visão dos migrantes, as melhores possibilidades.

Os deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a região Nordeste, que apresentou a maior perda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda (IBGE, 2011, p. 30).

O município de Guarapari recebeu pequena parcela desses fluxos migratórios destinados ao sudeste. Sua proximidade com a capital, suas belezas naturais e uma forte especulação imobiliária a tudo isso associada podem ser o motor de sua identificação como destino dos migrantes. O fator qualidade de vida aparece como um dos principais motivadores dos deslocamentos humanos. Um lugar bonito, perto o suficiente de Vitória, perto o suficiente de Ubu e com terras disponíveis para a construção é de fato o destino perfeito.

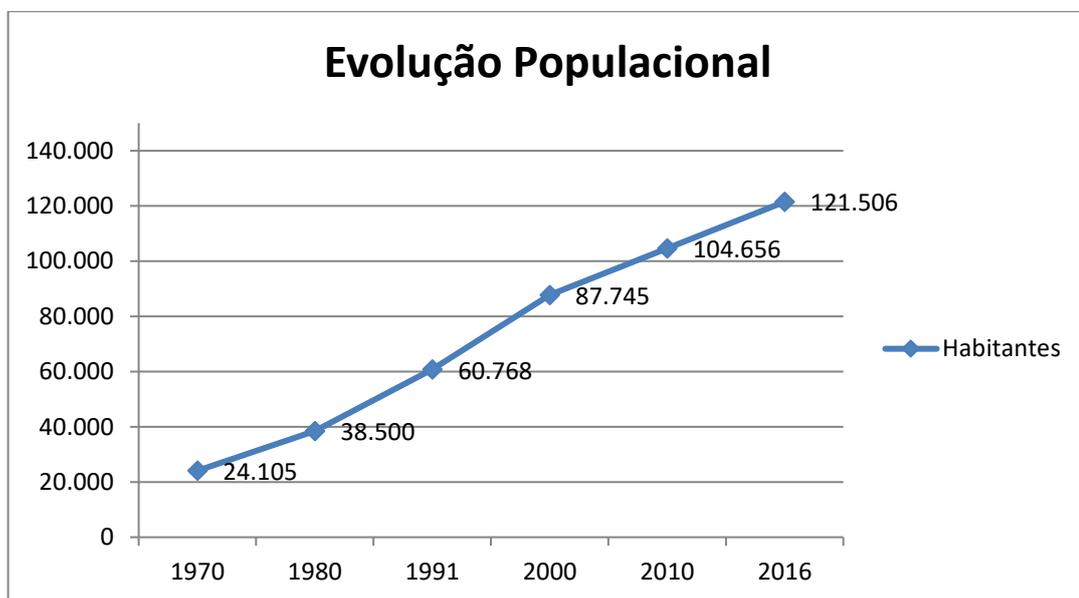
Ao analisar a Grande Vitória, Siqueira (2010) aponta que foi simultaneamente às transformações econômicas que ocorreu um processo de desruralização e de urbanização, fundamentais para que o processo de concentração capitalista se concretizasse. Assim, a estrutura social capixaba foi alterada com modificação significativa da dualidade entre campo e cidade anteriormente existente. Foi assim que “a desestruturação agrária, associada à industrialização concentrada na região da Grande Vitória, acentuou os desequilíbrios regionais do Espírito Santo, caracterizando o que chamamos de ‘esvaziamento econômico do interior’” (SIQUEIRA, 2010, p. 43).

A recepção desses migrantes provocou uma completa modificação na concepção de cidade que havia se consolidado como pequena, rural e pacata. Guarapari experimentou um acentuado crescimento populacional. As cidades não foram capazes de absorver todo o contingente populacional que receberam.

A incapacidade de os setores urbanos dinâmicos absorverem todo o contingente de pessoas que saíram do interior transformara a região da capital em centro concentrador das camadas mais desfavorecidas, caracterizando um sério processo de empobrecimento social, sem alternativas a curto prazo (SIQUEIRA, 2010, p. 43).

Apresenta-se adiante um gráfico que mostra a evolução populacional da cidade de Guarapari ao longo das últimas décadas, deve-se destacar que o marco temporal deste trabalho ficou estabelecido entre 1970 e 1990, período em que surgiu e se consolidou o bairro Adalberto Simão Nader.

Figura 13 – Gráfico da Evolução Populacional de Guarapari, de 1970 até a população estimada para 2016.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 – Censo 2010.

Na segunda metade da década de 1970, foi implantada no município de Anchieta a empresa SAMARCO MINERAÇÃO. A grande usina de pelotização de minério de ferro está situada ao sul de Guarapari, bem na divisa entre os municípios (IJSN, 2003, p. 22).

Conforme se poderá verificar nas tabelas abaixo, Guarapari apresentou elevadas taxas de recepção de migrantes, com 12,63%, proporcionalmente à população anteriormente residente. O índice de recepção aproxima-se do que se apresenta no município de Serra, também pertencente à região metropolitana da Grande Vitória, com praticamente 12%. Embora ambos contem com altas taxas de imigração, as motivações correspondem a dinâmicas diferentes (IJSN, 2003).

No caso do município de Serra, a dinâmica demográfica estava diretamente relacionada ao desempenho econômico da própria microrregião. Guarapari “[...]”

deve ter exercido atração sobre os imigrantes em função do crescimento da construção civil, impulsionado pelo turismo de veraneio e pelo impacto das obras da Samarco na segunda metade dos anos 1970” (IJSN, 2003, p. 22).

Tabela 3 – Imigrantes, percentual sobre o total e taxa de imigração segundo o município de destino, ordenados segundo o total de imigrantes no estado do Espírito Santo, 1986-1991

Municípios de destino	Número de imigrantes		Taxa de Imigração
	Total	%	
Serra	23.339	17,16	11,99
Vila Velha	17.370	12,77	7,25
Vitória	17.076	12,56	7,27
Cariacica	14.102	10,37	5,81
Guarapari	6.935	5,09	12,63
Total (Espírito Santo)	135.972	100,00	5,89

Fonte: microdados da amostra do Censo de 1991 – IBGE

Nota: Elaboração IPES

Se ordenássemos a mesma tabela pela taxa de imigração, teríamos o município de Guarapari em primeiro lugar. Isso significa que foi a recepção de migrantes o fator motivador do significativo aumento populacional no período. Para compreender bem o surgimento do Bairro Adalberto Simão Nader, em Guarapari, deve ser considerada a distinção entre sociedade e população. As expressões não são sinônimas e nem são empregadas neste texto com tal conotação.

Enquanto analiso população como sendo a soma das pessoas, todas elas, que vivem em um mesmo ambiente geopolítico, entendo sociedade com Ralph Linton (2000, p. 97), para quem ela “[...] é todo grupo de pessoas que vivem e trabalham juntas durante um período de tempo suficientemente longo para se organizarem e para se considerarem como formando uma unidade social, com limites bem definidos”.

A análise de sociedade que utilizo é a utilizada por Norbert Elias (2000), “carisma grupal”, “coesão grupal” ou “identificação coletiva”, elementos como a nacionalidade, religião, ascendência étnica, tipo de ocupação, renda, nível educacional ou simplesmente o período de tempo em que vive próximo. Tais elementos são fatores determinantes para diferenciação dos grupos que atribuem a si mesmos valores próprios, superiores aos dos que não os possuem, podendo inclusive unir-se para combater os que consideram diferentes.

As motivações que dividem os grupos ou as formas como se constituem são influenciadas pelo contexto em que as relações se estabelecem e o fator econômico tem papel importante na determinação de tais relações. A chegada dos fluxos

migratórios do período estudado, na cidade de Guarapari, está ligada a uma fase identificada pelos *estabelecidos* (ELIAS, 2000) locais como uma fase de crescimento.

Para os guaraparienses anteriormente assentados, foi naquele período que a cidade deixou de ser rural e foi-se modernizando e foi naquela ocasião que os serviços públicos passaram a ser melhor percebidos, bem como o auge da construção civil, com uma grande quantidade de edifícios sendo, erguidos deu aos moradores a visão de progresso local.

Foi nesse contexto de pretensão crescimento e desenvolvimento, que muitas pessoas, vindas de diversos lugares, começaram a chegar à cidade, conforme observado na tabela acima. Nesse período, consolidou-se uma representação de Sociedade Guarapariense. Esse conceito foi destinado à diferenciação entre um grupo *estabelecido*, que estava assentado no território há mais tempo, e um grupo de recém-chegados *outsiders* (ELIAS, 2000).

1.3. EU “NÃO MORO, ME ARRANJO”.

É evidente que, ao chegar à cidade, os migrantes precisaram procurar um lugar onde pudessem morar. Neste trabalho, vamos nos ocupar exclusivamente dos migrantes pobres, que se assentaram nas periferias. Contudo, não desconhecemos a outra parcela, já citada, pertencente à classe média que ocupou outros espaços mais valorizados.

Alguns optaram por se inserir nos bairros mais periféricos já existentes, outros com alguma economia foram adquirindo pequenos terrenos em lugares vazios. Esses lugares vazios não eram necessariamente loteamentos e, infelizmente, os vendedores nem sempre eram os verdadeiros proprietários.

A maioria das aglomerações de favelados da Grande Vitória até 1980 sobrevivia em condições subumanas, em locais sem qualquer tipo de assistência à saúde, onde as casas, em boa parte, não possuíam água encanada, luz elétrica ou sistema de esgoto. Essas casas, normalmente barracos de madeira, construídos nos depósitos de lixo, nos morros, ou fincados à beira do mangue, como palafitas, expressavam a própria miséria da população. (SIQUEIRA, 2010, p. 137).

José Raimundo Dantas conta como foi sua chegada em Guarapari e emociona-se ao dizer que não tinha nada, mas que contou com o apoio de amigos e amigas que o ampararam e o ajudaram a vencer.

Em 27 de novembro de 1981, eu cheguei aqui em um dia chuvoso. Desci ali no centro da cidade. Onde é o ponto de táxi. A Alvorada era ali na época. Não lembro o nome. Descemos andando a pé para o Coroadó. Pisando ainda naquelas lamas e tudo. Fomos morar na casa de “Dona Maria do Gago” Eu vim com esse cunhado meu. Ele foi lá me buscar para trabalhar em Nova Guarapari como servente de pedreiro (DANTAS, 2019).

Desse pequeno trecho do testemunho de José Raimundo Dantas, podemos apreender muitos indícios. A configuração da cidade não era a mesma. Guarapari era menor. Havia mais ruas com lama. Nova Guarapari já aparecia como um lugar de assentamento mais privilegiado, um bairro da classe média alta, formado por pessoas de Vitória, Vila Velha...? e por recém-chegados ao Espírito Santo. Dantas foi morar no Coroadó, bairro já existente à época e ainda hoje considerado periferia.

Antes de Dantas, chegou à Guarapari a família de Celi Alves da Silva. Ela e seu esposo, Jocenil da Silva, vinham do interior em busca de melhores condições. Essa família se assentou em outro bairro que havia surgido pouco antes, o Kubistchek. A região pertencia a uma família, e era na verdade uma grande fazenda, que se estendia ao longo da área onde hoje estão localizados os bairros Kubistchek, Coroadó, Santa Margarida, Ipiranga e Olaria.

Alguns moradores mais antigos contam que o Sr. Eliziário Lourenço Dias, dono da fazenda, doou terras na localidade em troca de votos para Juscelino Kubistchek. Assim muitas pessoas vieram residir na região, Fukuda (2010) apresenta informação paralela. Assim naquele lugar Dona Celi Alves da Silva foi morar com sua família. Gilmar, que nasceu em 1973, já em Guarapari, narrou a trajetória da família:

Então, o que acontece. A gente sempre nasceu de uma família humilde né, na cidade, sem posse e nem propriedade. Aí a gente já morou de aluguel (...) no Aeroporto, do Aeroporto a gente mudou pra Muquiçaba. De Muquiçaba pra rua da Marinha. Levamos um tempo na rua da marinha e depois fomos morar em Kubitschek (SILVA, 2020).

Em Kubitschek, a residência não era própria e o cotidiano era sofrido:

Lá em Kubistchek, a gente morou na casa do seu Manoel Cassiano, na época. Ali atrás do Aclé Zouain, a escolinha. E, dado ao fato de a gente morando lá, aconteceu uma invasão no “Morro do Céu” lá no Ipiranga¹⁴. O

¹⁴ Hoje existe no lugar o Bairro São João, fruto de uma ocupação posterior ao mesmo espaço.

que aconteceu: a minha mãe não invadiu, como era de igreja aquele negócio todo, tinha um senhor chamado João Pires que tinha invadido esse terreno todo lá e, como já tinha propriedade, ele ofereceu em troca de uma Sonata Rio, né, em troca desse favorecimento lá no “Morro do Céu”, no Ipiranga (SILVA, 2020).

Ali na ocupação do Morro do Céu, o próprio senhorio de Celi, Manoel Cassiano, e outros amigos, muitos ligados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, se juntaram para construir uma casa para a família, acentuando-se na fala de Gilmar a realização do mutirão.

Então minha mãe com muito conhecimento com aquele povo ali, ganhou umas tabuas e juntou o pessoal e fomos fazer um barraco lá (SILVA, 2020).

No entanto, a residência da família de Celi naquela localidade não durou muito. Cerca de dois meses após terem se assentado na ocupação do Morro do Céu, apareceram os donos da terra. Quando os donos da terra chegam, os pobres não têm escolha: o enfrentamento quase sempre é sufragado pelo poder econômico e pela influência que o poder econômico dos detentores do capital exerce sobre o poder constituído. Mas a resistência aconteceu.

Aí veio “a ordem”, apresentaram a documentação. Veio “a ordem” da prefeitura!

Com ordem de despejo né.

E o que aconteceu, fizeram aquela corrente humana.

Veio máquina, veio polícia, veio oficial de justiça, prefeitura, tudo pra derrubar. Fizeram um cordão humano, né, pra impedir.

Até pra não ter problema, aí a minha mãe fez uma comissão, foi até a pessoa que era responsável e pediu, né, a documentação, o pessoal apresentou a documentação. Então ela pediu um prazo pra poder ir conversar com o prefeito, na época era Benedito Lyra.

Benedito Lyra era o prefeito, aí o que aconteceu é... criou uma comissão de algumas pessoas e foram, minha mãe junto, até o Benedito Lyra. Aí benedito falou, não posso fazer nada que ali é terra particular não tem jeito.

Aí o que aconteceu é... minha mãe veio dizendo que a gente podia ficar lá mais três dias pra poder desocupar o imóvel. Só que, nesses três dias, ela montou um abaixo assinado, onde ela foi a primeira a assinar, e foi lá no governador que era Max Mauro na época.

Max Mauro atendeu a comissão que foi daqui pra lá, né. No período desses três dias ligou para Benedito Lyra. – Benedito, arruma uma área pra botar esse pessoal provisoriamente até que se resolva essa situação! Foi aí que a gente pegou e foi para as Malvinas, pela ordem de lista que ela tinha ali, foi dado os caminhões da prefeitura, e veio ainda o 38 BI pra ajudar na remoção do pessoal (SILVA, 2020).

O que Gilmar revelou é de uma força tão grande que foi capaz de mudar todo o caminhar da dissertação. Assim como veremos mais adiante, a política municipal foi de transferir o problema de lugar. No mesmo período, difundiu-se algum tipo de uso político eleitoreiro da ocupação do solo urbano na cidade de Guarapari, conforme relatos dos nossos narradores.

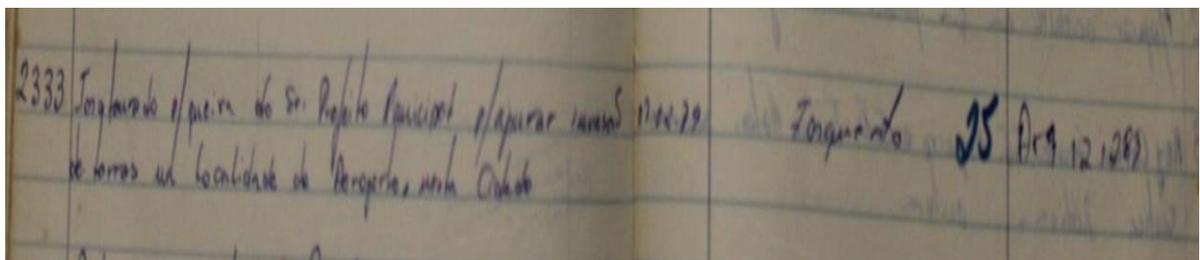
Figura 14 – Celi Alves da Silva.



Fonte: foto cedida por Gilmar Alves da Silva, testemunha (a foto foi registrada após 1986).

O que Gilmar denominou em seu relato de Malvinas trata-se da região do aeródromo que acreditávamos que tivesse sido ocupada de maneira irregular, a conhecida “invasão do aeroporto”. No entanto, não conseguimos encontrar os documentos existentes que poderiam apontar a responsabilidade sobre o evento. Conforme anteriormente mencionado, na gênese da pesquisa, encontrei o registro de um inquérito policial, instaurado a pedido do prefeito, para apurar a responsabilidade sobre a dita invasão do aeródromo.

Figura 15 – Registro do Inquérito Policial de 1979 para apurar a dita invasão do Aeródromo de Guarapari.



Fonte: arquivo pessoal

Solicitei acesso ao inquérito policial, mas o caderno processual não foi encontrado nos arquivos do judiciário local. Mas o encontro do registro é forte indício de que, para os detentores do poder político e econômico, a luta por habitação era

considerada caso de polícia. Depois daquela remoção dos ocupantes do Morro do Céu para o aeródromo, outras pessoas se destinaram ou foram destinadas para o local.

Olha, ali tinha um cadastro de mais o menos umas 300, 400 famílias. Mas na verdade não era isso tudo! As pessoas que vieram do “Morro do Céu”, na primeira invasão no Ipiranga, eu acredito que são umas 80 famílias. Só que aí tinha outras invasões na cidade, e o prefeito aproveitou e tirou essas pessoas desses lugares e colocou lá. Ainda faltou espaço pra preencher, aí as pessoas oportunistas, como sempre, né. Começaram a invadir também e arrumar um terreninho né. Então, quer dizer, eu acredito que, pro Adalberto Simão Nader, foi umas 400 famílias pra lá (SILVA, 2020).

Assumir a causa da moradia na comunidade teve seu preço: Celi Alves da Silva foi vítima de perseguição por parte dos poderosos. “No Espírito Santo cultua-se uma sociedade política que serve aos poderosos com olhos de cego, ouve os reclamos do povo com ouvidos de surdo e tem faro de uma velha raposa que conhece o caminho do galinheiro” (Aguiar, 2009, p. 13).

A minha mãe foi processada como cabeça invasora do “Morro do Céu”.

Quer dizer, além de lutar pelos nossos direitos lá, ela ainda foi processada.

Coisa que ela não invadiu. Eu tinha até o número do processo, até pouco tempo atrás, que eu até queria fazer um documento disso aí. Mas eu não consegui, porque muitas pessoas falam um monte de coisa, né, e aí você não tem como provar. Então eu procurei na verdade na internet e não tem, acredito que deva ter algum arquivo, algum registro escrito ainda.

Dali pra lá a gente passou uns quatro ou cinco anos nas Malvinas, aí veio eleição. Como Benedito Lyra estava ruim de popularidade, ele abraçou a causa do Graciano. E aí fizeram uma reunião com os moradores de lá e disseram o seguinte: — Se eu ganhar pra prefeito vocês não podem ficar aqui. Porque aqui é uma área federal. Aeroporto da cidade e tal. Então vocês não podem ficar aqui. Se eu ganhar pra prefeito eu vou destinar uma área pra vocês, vou arrumar uma área pra colocar vocês, foi aí que ele ganhou. E cumpriu com o que tinha dito (SILVA, 2020).

José Raimundo Dantas, índio pataxó, natural da Bahia, contou que foi uma dessas pessoas que veio para Guarapari em busca de trabalho, chegou e trabalhou em diversos lugares. Ele disse ter iniciado sua trajetória na cidade como ajudante de obras e, depois de trabalhar em restaurantes, tornou-se funcionário da prefeitura e político. Dantas, como é conhecido, foi presidente da câmara e exerceu seguidos mandatos de vereador na cidade, sempre com expressiva votação.

Sem sombra de dúvidas, a história pessoal de José Raimundo Dantas renderia um trabalho à parte. Ele sentiu na pele o drama da falta de oportunidades e do preconceito em razão da origem. Relatou que viu quem o rejeitava procurá-lo

mais tarde com bajulações e disse ser orgulhoso de ver que não só ele como outros baianos que se mudaram para Guarapari conseguiram prosperar.

José Raimundo Dantas revelou também que nunca residiu no bairro Adalberto, mas que era um assíduo frequentador. Foi ele quem disse que, quando os primeiros baianos começaram a chegar, havia uma forte rede de solidariedade e que as tradições e os costumes originários eram mantidos, como as festas, que ele próprio atribuiu como marca dos baianos.

Durante a pesquisa de campo para a realização deste trabalho, nos encontramos com Eduardo José Ribeiro, o construtor e ex-secretário municipal, que se compreende como guarapariense nato, ou maratimba, e, portanto, parte integrante dessa sociedade receptora. Norbert Elias (2000, 42) explica que “[...] a imagem do nós e o ideal do nós de uma pessoa fazem parte de sua autoimagem e seu ideal do eu tanto quanto a imagem e o ideal do eu da pessoa singular a quem ela se refere como ‘eu’”.

Eduardo participou diretamente do surgimento do bairro Adalberto Simão Nader porque naquele período era servidor público do primeiro escalão do poder executivo municipal. Segundo Eduardo:

O que aconteceu na época de Graciano¹⁵ em 1986, já estava terminando o mandato, aí, como argumento político, alguns candidatos... é... aproveitando que já estava acontecendo uma migração em função da evolução, do bum da construção civil, então começaram a fazer um, dois, três prédios e a população operária de Guarapari, pedreiros e etc... O pessoal de construção civil não bastava, daí algumas figuras que faziam suas casinhas, ouviam dizer como fazia (RIBEIRO, 2019).

A escassez da mão de obra e a possibilidade de uma vida melhor fizeram com que pessoas oriundas de diversas localidades, mas principalmente nacionais e pobres, vissem em Guarapari uma oportunidade:

Carentes de moradia ou de situação melhor de vida e já com um ou dois conhecidos, parentes em Guarapari foram convidados por eles, pelos parentes, a vir para cá, porque tinha garantia de emprego, embora não tivessem bem qualificado, mas ia chegar dizer que é pedreiro e ser empregado e aí por alguns momentos ele ia ser entendido como pedreiro, como carpinteiro, como não sei o quê. E de repente aprendia muito que rapidamente e fica difícil você avaliar, e aí? É ou não é? (RIBEIRO, 2019).

É importante destacar, na fala de Eduardo, a menção à formação de redes. Já no início do recorte acima transcrito, pode-se perceber que os migrantes que

¹⁵ Graciano Espíndola Filho foi prefeito de Guarapari entre 1983 – 1988.

chegaram em massa naquele período, foram convidados por outros migrantes que haviam chegado pouco antes. Pode-se perceber que “[...] a riqueza das redes indica a fertilidade dos motivos que, sob um mesmo motivo central, [...] teriam promovido os deslocamentos” (MEIHY, 2018, p. 54).

A mão de obra desses trabalhadores foi absorvida pelo mercado local. No mesmo período, estava acontecendo à reabertura política do país (1986 aproximadamente) e alguns políticos locais já estavam começando a se preocupar com seu desempenho nas eleições vindouras. Assim, segundo Eduardo, a chegada de um novo contingente populacional foi encarada por um grupo como oportunidade de ascensão política.

Há aí, adicionado a essa carência de mão de obra daqui do pessoal da construção, já estava ocorrendo um processo eleitoral e tinha uns candidatos que eram locais e tínhamos também pelo menos uma candidata chamada Dóris que era baiana e morava onde? Em lugares, invasões, em casebres de aluguéis baratos, enfim, uma série de lugares. Daí foram convidando uma parentada toda desse pessoal que estava aqui, para vir para votar. E qual era o argumento? Aqui era ótimo. Tinha emprego, tinha terreno para invadir, a cobrança institucional não existia, os proprietários daqueles loteamentos não faziam uma grande cobrança, o aeroporto o aeródromo estava meio que fecha ou não fecha, estava meio que inativo (RIBEIRO, 2019).

Onde moram os migrantes? Eduardo nos respondeu que “em lugares, invasões, em casebres de aluguéis baratos, enfim, uma série de lugares” (RIBEIRO, 2019). De fato, os pobres moram onde é possível, onde podem pagar, onde tem espaço. *Não moram, se arranjam*. Essa afirmação sobre o lugar de moradia, não só na fala de Eduardo José Ribeiro, mas de forma mais ou menos generalizada, está relacionada a uma das maneiras mais comuns usadas para diferenciar as pessoas pobres: considerando-os preocupados tão somente com a própria sobrevivência, sem preocupação com conforto e estilo (CALDEIRA, 2000).

Essas suposições em relação aos pobres obviamente não são exclusivas às classes alta e média brasileiras. Há, por exemplo, uma longa tradição em estudos de estética que afirma que o gosto das pessoas pobres é uma função da necessidade; de fato, as pessoas pobres não teriam uma percepção estética já que não se distanciam da necessidade. Uma versão recente e sofisticada dessa perspectiva é apresentada por Bourdieu, para quem as classes trabalhadoras estão confinadas à escolha do necessário” (CALDEIRA, 2000, p. 69).

Descrever os pobres como limitados pela necessidade é mais uma representação utilizada contra eles. Noutro giro, “localizar os pobres perto do necessário, identificá-los com necessidade, natureza e falta de racionalidade ou de

uma cultura sofisticada pode ser uma maneira de associá-los ao espaço do crime” (CALDEIRA, 2000, p. 70), frequentemente descrito com as mesmas características. Não se ignora que exista uma história do sofrimento da migração. Muitas vezes, exploramos as dores da partida, mas no presente trabalho se privilegia a dor da chegada na comunidade de destino.

Ao se preocupar sobre em que lugares a história acontece e como significar os acontecimentos do passado quando o historiador é alguém inserido no presente, Arlete Farge (2011) colocou, dentre os sofrimentos, a migração, afirmando que os sofrimentos são um campo de pesquisa para a história.

Pode-se também trabalhar sobre essa discreta, e muitas vezes muda, dor das migrações, dos êxodos, dos deslocamentos de pessoas procurando trabalho em todas as regiões, longe de toda sua vida afetiva tradicional, e compreender que através desse sofrimento se tecem novos comportamentos e outras relações de força (FARGE, 2011, p. 20).

O lugar de assentamento dos recém-chegados também faz parte desse sofrimento e molda os comportamentos e as novas relações que vão sendo constituídas. A localidade onde foi assentada a população retirada do Morro do Céu e de outras ocupações era carente de qualquer estrutura. Márcio Siqueira revelou que “[...] o bairro Aeroporto tinha umas praças esportivas de campo de futebol”, que também “[...] tinha uma faixa de terra onde usavam como aeroporto, de maneira informal”, além de “[...] algumas residências que ali estavam” (SIQUEIRA, 2019).

Aquele lugar, onde em 1974 prometia-se instalar um aeroporto confortável e preparado para receber diversos aviões, um complexo formado por muita área livre e plana, foi se transformando em moradia para uma parcela dos trabalhadores pobres que estavam em outras partes da cidade e para lá foram destinados ou se mudaram. Embora fossem eles, em sua maioria, construtores, ou ao menos tivessem, muitos deles, se empregado na construção civil, não tinham um lugar para construir suas casas e a solução encontrada foi uma ocupação. Segundo Eduardo, foi nesse contexto que o aeródromo de Guarapari foi ocupado.

Na faixa lateral do aeródromo, na parte lateral leste, hoje tem um monte de construção de frente para a Avenida Anchieta, na Rodovia do Sol ali. Está tudo construído, comércio de fora a fora, antes não era! Você vinha seguido do Aeroporto e nessa fase nós víamos barraco de papelão, de lona preta, de pedaços de tábuas e pessoas ocupando terrenos ali na faixa lateral do aeródromo, e isso no governo de Graciano (RIBEIRO, 2019).

Após a destinação pelo poder público de pessoas retiradas de outras ocupações, outros cidadãos e cidadãs começaram a ocupar os espaços vazios existentes na localidade do aeródromo. A narrativa que Eduardo apresenta não destoa daquilo que revelou Dona Nair, natural de governador Valadares e uma das moradas mais antigas do Bairro Adalberto Simão Nader. Ela contou que veio para a cidade de Guarapari atraída pelas oportunidades de trabalho e que trabalhou com muito afinco para ter uma vida melhor do que a que levava antes.

Fiquei sabendo, quando fui chegando por aqui, que tinha emprego, né, aí nisso veio Kikinha. E eu fichei, fichei e fui trabaiaá, trabaiei muito. É aqui tinha emprego! Aí mudemo praqui, mudemo praqui e nisso que nós mudemo, pareceu serviço e comecei a trabaiaá. Serviço de limpar rua (SOUZA, 2019).

A força de trabalho que a cidade precisava para crescer; os migrantes trouxeram. Dona Nair veio porque soube que aqui havia emprego e isso era verdade porque, quando chegou, “fichou”, ou seja, foi empregada. O relato de Dona Nair revela, quando associado à narrativa de Gilmar, que, destarte todas as intervenções do Poder Público, o que de fato forma a comunidade são as pessoas e todo o complexo de suas existências e não tanto a terra onde pisam. O que Celi Alves da Silva e Nair Marculino têm em comum é que precisavam de oportunidade e a cidade destino oferecia melhores condições que a origem.

Os postos de trabalho que a sociedade guarapariense não estava disponível para ocupar foram ocupados pelos migrantes. A dor de sair de sua terra e deixar a sua gente ganhou novo significado quando comparada às oportunidades, mesmo pequenas, que aos poucos experimentaram. Dona Nair revelou que trabalhou muito, que exerceu a função de gari e que depois foi mudando de posição, mas sempre com muito trabalho duro:

O que eu conto? É só que, desde que eu me conheço aqui, trabaiei muito. Trabaiei muito! Muito mesmo! Se eu falar com ocê. Eu entrei barrendo rua. De barrendo rua, fui pra enxada. De enxada, fui pra bassoura. Óh já andei muito naqueles caminhão pulando. Vendo a hora de jogar carrinho por riba da gente, bassoura por riba da gente, enxada por riba da gente. Eu trabaiei muito! (SOUZA, 2019).

Segundo Farge (2011, p. 20), “[...] o sofrimento não é um resíduo de formas imutáveis; suas falas e seus gestos animam uma sociedade e a irradiam por todos os lados”. A decisão de deixar sua terra natal e partir rumo ao desconhecido movimenta muito mais que o material. Demarcador dessa ideia foi o que Dona Nair

afirmou sobre a motivação de sua mudança de Minas Gerais para Guarapari, é que lá “tava mais difícil que aqui”. E por aqui as coisas não foram fáceis: “que até que a gente saiu, que organizou tudo direitinho, custou” (SOUZA, 2019).

Outra narradora que colaborou com a presente pesquisa foi Marli, que, embora também se compreenda como guarapariense, não se considera muito participante da sociedade local. Marli argumenta que nasceu no interior, em São João de Jaboti, e que seus pais são de Colatina. Marli e Nair, nossas narradoras, disseram que nem todos os migrantes eram baianos. Muitos eram do próprio interior de Guarapari e iam para a cidade procurando trabalho.

De fato, nem todos os migrantes eram baianos e eles sequer eram a maioria. Os estados limítrofes – Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia – são os que mais destinam imigrantes para o Espírito Santo, e Guarapari seguiu a lógica do restante do estado (IJSN, 2003). As justificativas são diversas, com destaque para a proximidade geográfica, os vínculos com o comércio interno e o papel histórico dos migrantes, especialmente os fluminenses e mineiros, na ocupação do solo capixaba.

Os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia representam 77,35% do fluxo migratório com destino ao Espírito Santo, entre os anos de 1986 e 1991. É importante frisar que a ordem apresentada – Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia – é também quantitativa, pois foi Minas Gerais o estado de origem do maior número dos migrantes e a Bahia o de menor número.

Deve ficar registrada a informação de que “no período 1986-1991 entraram no estado capixaba 51.401 imigrantes procedentes de Minas Gerais, o que representou 37,96% do total de imigrantes recebidos no período” (IJSN, 2003). Dona Marli contou que seus pais eram agricultores, mas que trabalhavam na “terra dos outros” e que, até chegar ao Bairro Adalberto Simão Nader, foi “passando por vários lugares até chegar lá em São João de Jaboti¹⁶, aí de São João do Jaboti viemos para o Aeroporto, do Aeroporto nós moramos nas Malvinas um bom tempo” (ALMEIDA, 2019).

¹⁶ São João de Jaboti foi outra página importante na história de Guarapari e merece especial atenção no estudo da formação populacional no Espírito Santo. Tratou-se, certamente de uma colônia de imigrantes, e durante o auge da produção cafeeira chegou a ter maior destaque que a sede de Guarapari. Inclusive no Centro de Documentação e Pesquisa da Arquidiocese de Vitória, constam alguns livros que narram a existência de uma paróquia na localidade, sem, no entanto, haver precisão se houve uma supressão da existente em Guarapari ou a coexistência de ambas (Cúria Metropolitana de Vitória, BR. MAV.ADM. L002).

Com as palavras de Marli, passamos a abordar outro aspecto da história do bairro Adalberto. As pessoas chegaram de vários lugares em busca de trabalho. Assentaram-se, em um primeiro momento, no lugar onde havia espaço e, embora tivessem algum interesse em trabalhar com a construção civil, não puderam construir suas próprias casas. A precariedade e a desordem que aquele novo ajuntamento populacional representava foram tão significativos que até o nome dado à ocupação era demarcador dessa relação entre novos moradores e moradores antigos.

Marli Almeida referiu-se à ocupação no aeródromo como Malvinas. Foi esse o nome dado àquele ajuntamento populacional, conforme abordo no próximo capítulo. Esse apelido foi dado à ocupação pelo cenário de aparente desordem que apresentava. Essa nomenclatura, cuja autoria foi atribuída por Eduardo Ribeiro a diversos atores, sem nominá-los, também é demarcador da relação entre o bairro e a cidade. As características atribuídas aos pobres são comumente estendidas também às regiões pobres (CALDEIRA, 2000).

2. SEGUNDO CAPÍTULO – A HISTÓRIA DO BAIRRO ADALBERTO SIMÃO NADER.

O apelido “Malvinas” dado à ocupação no aeródromo é um demarcador dessa relação entre *estabelecidos* e *outsiders*, conforme a teoria de Elias e Scotson (2000). Todo o processo que culminou no surgimento do bairro e no complexo que hoje o forma é a exclusão social a qual foi submetida uma parcela mais pobre dos migrantes que chegaram à cidade de Guarapari.

O arquipélago das Ilhas Malvinas, que é conhecido pelos britânicos como Falklands Islands, está localizado no Atlântico Sul. Na década de 1970, a economia da Argentina encontrava-se em crise, devido à alta inflação que acarretou na desvalorização do peso. Em 1982, houve um conflito entre Argentina e Inglaterra pelo domínio sobre esse território. Na concepção dos guaraparienses, o nome de Malvinas foi associado a conceitos como desordem, violência e invasão.

José Raimundo Dantas informou que não recorda o motivo pelo qual a ocupação no aeródromo foi chamada assim, mas que pode afirmar que o povo não gostava desse apelido, “Malvinas eu tenho certeza absoluta que não” (DANTAS, 2019). Eduardo José, por sua vez, esforçou-se em explicar o termo:

Mas isso foi apelido, teve Malvinas, depois teve apelido de Espanha na fase que tinha uma marginalidade. Aqueles originais começam a produzir né, ali no local, produz o filho, mas não produz a condição de vida para o mesmo, o cara começa panhar as coisas do outro. Mas o nome oficial sempre foi Adalberto Simão Nader (RIBEIRO, 2019).

Mas qual a relação entre o nome e o conflito entre Argentina e Inglaterra? Eduardo José Ribeiro explicou que, embora o nome Malvinas estivesse em evidência naquele período, o bairro não chegava a estar em guerra:

Olha, tem a ver com a balbúrdia. Era um nome que estava em evidência. Não que tivesse assim. Lá não estava em guerra, o ambiente não era de guerra de jeito nenhum. Mas era um nome que estava em evidência por conta da guerra das Malvinas e aquilo lá era meio que tumultuado, porque estava cheio de barraco de gente querendo construir, estava uma balbúrdia aquilo ali, então colocaram o apelido em determinado tempo. Ninguém ia gostar. Claro (RIBEIRO, 2019).

Deixando claro que os moradores realmente não gostaram do apelido nada carinhoso colocado em sua comunidade, Eduardo José Ribeiro afirmou, em sua narrativa, que o apelido foi produto de uma conjugação de fatores, não contando

com um autor específico. Perguntado sobre quem havia colocado esse apelido na comunidade, respondeu que:

Os próprios moradores, a população, a vizinhança, especialmente a vizinhança. Porque tinha muita gente que não morava lá, mas que o pedreiro, a empregada doméstica, faxineira era de lá, quer dizer, precisava ter um contato em alguns momentos. Eles foram até lá levar, buscar... enfim. Daí o cara deve ter se reportado: — Ah fui lá nas Malvinas hoje. O apelido você sabe que é uma coisa que pega (RIBEIRO, 2019).

Gilmar Alves da Silva narrou como foi percebido pelos moradores da ocupação do aeródromo o apelido de Malvinas. Quando perguntado sobre o assunto, afirmou categoricamente que não gostam do apelido e que falar isso era inclusive motivo para confusão.

Falar nas Malvinas todo mundo queria bater um no outro, entendeu, nunca ninguém, mesmo quando a gente foi pro Adalberto Simão Nader que foi nomeado Adalberto, ah mas lá é as Malvinas, eu falei não, lá é o Adalberto Simão Nader, as Malvinas ficaram lá em baixo. Então quer dizer até você colocar na cabeça das pessoas que ali não era as Malvinas, que era Adalberto Simão Nader, também gerou outra polemica também, ninguém gostava de ser chamado de Malvinas.

As pessoas que chegavam a Guarapari, dos diversos fluxos migratórios, e foram destinadas ou seguiram por conta própria para a ocupação do aeródromo Malvinas eram, não só desconhecidas da população anteriormente assentada, mas também entre si (ELIAS, 2000). O que dificulta a organização social e o estabelecimento de redes para suplantar os entraves que a recepção nem sempre dócil dos *estabelecidos* impunha.

Os *outsiders* são, via de regra, vistos, coletiva e individualmente, como anômicos. Elias (2000) observa uma padronização na estigmatização usada pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos *outsiders* no mundo inteiro. Para o autor:

[...] os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificção de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças – pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes (ELIAS, 2000, p. 28).

Dentre os sintomas, está sem dúvida a pobreza e o baixo padrão de vida. Não é incomum que, mesmo os grupos que estão na condição de *outsiders*, se avaliem pela bitola de seus superiores. Os grupos estabelecidos tendem a atribuir aos

outsiders características negativas, dentre as quais, destaco a desordem e o desrespeito à lei e às normas.

Para a ideologia liberal, o cidadão de bem é aquele que cumpre as regras do mercado, é o homem competitivo na lógica capitalista: disciplinado, organizado, produtivo e fiel cumpridor de seus deveres institucionais. Assim, é considerado desajustado aquele que não consegue se adequar a essas regras fundamentais do modelo ideal da ideologia burguesa, seja pelo motivo que for (MATTOS, 2011).

Nessa categoria, cidadão do mal, estão tanto os bandidos quanto os grupos excluídos do mercado de trabalho capitalista, embora possam ser divididos pelas seguintes diferenças: enquanto os primeiros estão no caminho fácil do crime, os segundos são ainda bandidos em potencial (SILVA, 2004).

Voltando à hipótese de que a recepção dos fluxos migratórios teria alguma relação com a violência urbana em Guarapari, na busca pelos vestígios que pudessem construir os questionamentos necessários, na forma adotada, para disparar os gatilhos da memória dos narradores (MEIHY, 2018), foram analisados todos os livros de registro de ação penal disponíveis na Primeira Vara Criminal de Guarapari¹⁷, única existente no período, tendo a Segunda Vara sido instalada apenas em 1983 (BORGGO, 2006).

Essa associação é destinada aos migrantes pobres, camada duplamente excluída da sociedade. A legislação criminal no Brasil foi concebida sob uma ótica elitista que temia os escravos – em seguida seus descendentes livres – e agora se volta contra a população urbana pobre. Assim o fenômeno da violência é constantemente explicado a partir de uma culpabilização do indivíduo, com respaldo na tese de Lombroso¹⁸. A tendência é desviar o foco da análise sobre a violência da ótica cultural e estrutural para o individual, reforçando estereótipos como a cor, a posição social e o sexo (MATTOS, 2011).

¹⁷ A mencionada circunscrição judiciária foi, durante muito tempo, a única a tratar a matéria criminal em Guarapari. Borgo (2006) afirma que A Comarca de Guarapari foi elevada à 2ª Entrância pela Lei nº 2.147 de 13/10/1965 (D.O. 22/10/1965), mantendo-se, no entanto, com vara única. A Lei de Organização Judiciária de 1982 criou a 2ª Vara em seu art. 43, inciso III. Essa vara apenas foi instalada em 11/03/1983.

¹⁸ EM ROSANA MATTOS (2011, p. 69): Cesare Lombroso, médico italiano nascido no século XIX, defendeu a tese de que existe um indivíduo que é um criminoso nato, partindo do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados. “Em termos gerais, Lombroso reduziu o crime a um fenômeno natural ao considerar o criminoso, simultaneamente, como um primitivo e doente” (ALVAREZ, 2002, p. 679).

Os efeitos estruturais das migrações em Guarapari, dentro do recorte temporal da presente pesquisa, foram determinantes também para a revisão nas estruturas do Poder Judiciário. Uma vez que foi no recorte temporal deste trabalho que a estrutura judiciária de Guarapari também sentiu os efeitos da Política de Erradicação do Café. Apontando o deslocamento muito grande de trabalhadores rurais do interior do nosso estado e do leste de Minas Gerais para as zonas urbanas como fator gerador de um aumento de demandas judiciais (BORGGO, 2006).

A observação de Borgo (2006) pode ser constatada no levantamento dos livros de registro da Justiça local. Manuscritos e muito deteriorados, os encontrei no fundo de um armário da Primeira Vara Criminal, e, com autorização do escrivão, obtive sua guarda durante pouco mais de um mês. Após realizar um pequeno trabalho de limpeza e conservação, foi possível recortar algumas anotações. Conforme a tabela adiante, o número de processos aumentou significativamente.

Tabela 4 – Livros de Registro de Processos da Primeira Vara Criminal de Guarapari

Livro 1	07/01/1970 a 17/07/1975	677
Livro 2	17/07/1975 a __/12/1979	1027
Livro 3	_2/12/79 a 29/03/1989	971

Fonte: Arquivo da Primeira Vara Criminal de Guarapari

O Livro 1 foi aberto em 1967, mas o primeiro registro da década de 1970 é o de número 914, datado de 07/01/1970. Seguiram-se 677 registros. O livro foi encerrado no registro 1589 em 17/07/1975. No livro 2, por sua vez, foram registrados 1020 processos. Ou seja, o número de processos quase dobrou na segunda metade da década. A diminuição observada na década imediatamente superior está relacionada à criação da Segunda Vara, que passou a absorver a outra metade da demanda (BORGGO, 2006).

No Livro de Registro de Ação Penal de nº2, sob o RG nº 2333, às fls. 74, encontra-se anotada a existência do inquérito policial, instaurado por queixa do prefeito municipal, em 07/02/1979. Segundo o registro, o inquérito foi instaurado para apurar a invasão de terras na localidade do Aeroporto¹⁹. O procedimento foi arquivado em 12/12/1983, na caixa 25. Embora tenhamos realizado requerimentos

¹⁹ Em Guarapari, como em muitas outras cidades, existe um bairro que ganhou o nome de Aeroporto, devido à localização do campo de aviação. Acontece que, pelo uso da língua portuguesa na prática judiciária, o escrivão teria anotado 'Na localidade de Aeroporto' caso se tratasse do bairro, conforme aparecem em outros registros.

de acesso e insistentes visitas aos responsáveis pelo arquivo do Fórum local, o procedimento não foi localizado.

É importante frisar que o crescimento da criminalidade urbana é uma tendência mundial, e essa análise distorcida que até os dias de hoje associa violência e criminalidade urbana a pobreza causa uma inversão de valores perversa, uma vez que os pobres, que na realidade são as principais vítimas da violência urbana, são vistos como seus produtores (MATTOS, 2011).

Quando foi registrado o inquérito policial para apurar a responsabilidade pela invasão no aeroporto, era prefeito municipal Benedito Soter Lyra. Bueno (2011, p. 68), ao descrever a personalidade do então prefeito, assim asseverou: “é a figura máxima do populismo local. Carismático, bonzinho, educado e gentil, só lhe faltou uma boa assessoria administrativa. Não cobrando os impostos e atrasando os pagamentos, permitiu tudo e é o grande responsável por boa parte da descaracterização de Guarapari”.

Gilmar Alves da Silva mencionou que foi do prefeito Benedito e do governador Max Mauro a solução de assentar os ocupantes do Morro do Céu às margens do aeródromo. Ele revelou, igualmente, que depois ocupantes de outros espaços da cidade foram se destinando para o local e que pessoas interessadas foram também invadindo pedaços de terra. Assim, pressuponho que é possível que a ocupação do aeródromo tenha mesmo perturbado os interesses de alguém importante.

Quais interesses havia ali, que bastariam ao político com fama de bonzinho transformar uma ocupação em caso de polícia? No próximo capítulo, ao recordamos acontecimentos da história de Guarapari, anteriores ao recorte temporal da pesquisa, dedicarei algumas páginas ao Radium Hotel, que, naquele período, funcionava em Guarapari, sendo um importante hotel e cassino. No aeródromo da cidade, aterrissavam os aviões utilizados pelo proprietário para transportar os hóspedes (Bueno, 2011). Vejamos o relato de Eduardo José Ribeiro:

O local não é o melhor do mundo para um aeroporto, só que ele existe e já atendeu voo regular de quatro companhia aéreas na época do Radium Hotel e eram aviões pequenos como Douglas, DC3, avião de vinte, quarenta lugares, mas que atendia era quatro linhas (RIBEIRO, 2019).

No lugar onde pousavam os aviões dos ricos é que os pobres foram morar. Por isso, “Malvinas”: uma invasão desordeira, algo indesejável. Ao descrever como eram as “Malvinas”, dona Nair destacou sua chegada e, mesclando a história do

bairro com sua história de vida, nos trechos a seguir, expressou a profundidade da sua percepção:

Quando cheguei por aqui, meu fio! Deixa eu falar com você como, ai ai! Eu eu mudei pra aqui pelo campo, perto daquele campo que lá onde os avião abaixa. Lá onde os avião abaixa. Na antiga Malvina, aí por ali, meu fio, nós ia por ali carregando água das casa dos outros, carregando os bardinhos de água nas casas dos outros, que nas casas nem água não tinha (SOUZA, 2019).

Para Dona Nair, a história das Malvinas, do Bairro Adalberto Simão Nader, e a sua história de vida, são marcadas pela luta para vencer, para melhorar as condições. Dona Nair se ocupou em explicar como eram as casas onde residiam as pessoas na ocupação. Ela revelou também a precariedade econômica em que vivia:

As casinhas meu fio, as casinhas só Deus é que sabe; só Deus sabe como era os barraquinhos.

Só sei que o lote meu lá era grande!

Meu não! O lote, era grande. Porque ninguém comprou, né! Era grande! (SOUZA, 2019).

Sobre o início da ocupação, Gilmar Alves da Silva informou que “todo começo é difícil” e que de fato havia certa desordem aparente, mas nada que se compare ao que concebemos hoje como violência.

Na verdade tinha mais briga passional, cachaça, desentendimento de vizinho, briga por causa de nada, depois que foi o tráfico de drogas.

Ficou mais intenso depois que se formou o Adalberto.

Depois que formou o Adalberto que o tráfico de drogas ficou evidente lá dentro, na verdade, na época das Malvinas pouco existia.

Então o que acontece depois, essa violência foi gerada, mais porque dessa disputa, desentendimento, briga um com outro.

E o tráfico desenvolveu crime com esse negócio de guerra aqui em Guarapari. E já tinha uma família lá dentro que dominava o movimento lá, então aquela disputa começou e daí até hoje (SILVA, 2020).

Uma marca forte das narrativas com as quais tive contato foi à solidariedade que fez com que a massa de moradores da ocupação crescesse e que igualmente foi o motivo apresentado para o crescimento do bairro depois de sua efetiva criação.

Sei que eu fui morar lá.

De lá eu tirei um pedacinho pra minha fia, que não tinha onde morar, hoje ela tem, através de mim, hoje ela tem e era a maior vida, a maior dificuldade do mundo.

Lá tinha dia que isso daqui (fazendo um gesto com a mão indicando comida) não tinha!

Eu tenho uma mulher na Praia do Morro está viva e estando com saúde a Leda, é que tratava de mim e meus filho, ela fazia compra, dizia assim 'manda' vim buscar, aí eu mandava buscar. De tudo vinha um mucadinho, de tudo vinha um mucadinho, aí eu tinha pá da pá eles pá comer (SOUZA, 2019).

Marli Almeida, que veio morar na área urbana de Guarapari após nascer no interior, residiu em outra área do bairro Aeroporto e, muito embora tenha adquirido um terreno na ocupação, não chegou a residir na localidade. Naquele período, havia arrumado um emprego em Brasília e narrou que foi com a ajuda dos patrões que adquiriu um lote na ocupação. Esse lote depois lhe rendeu a moradia atual no bairro Adalberto Simão Nader.

Quem morava lá: meu pai, minha família. E tínhamos muitos vizinhos de lá que hoje moram aqui, entendeu?

Eu, nessa época, eu não morava. Eu trabalhava em Brasília e, graças ao povo que eu trabalhava em Brasília, eu consegui comprar um pedacinho de terra na Malvina.

Era assim: a minha irmã morava em um lote, do outro lote morava um pessoal que eu acho que não era (...), como ela tinha filhos pequenos, não era um pessoal confiável. Ele ia vender o lote. A minha irmã ligou pra mim falando que: — Estão vendendo o lote do lado da minha casa. Marli, a casa está vendendo. Então vê o quanto ela vale, que eu deposito na sua conta e você compra pra mim (ALMEIDA, 2019).

Com a criação dessa rede de informações e de solidariedade dos ocupantes e o crescimento das oportunidades de trabalho, a ocupação foi aumentando em número: mais pessoas foram chegando e se juntando aos que estavam assentados nas Malvinas de Guarapari. Eduardo José Ribeiro contou que havia até alguma iniciativa para urbanização.

Estavam ocupando a lateral. Já estava começando a ocupar a lateral oeste, que é aquela virada para o IFES e ao final ia ocupar a pista, faixa de segurança.

Nesse dia, estávamos até vendo máquinas, retroescavadeiras e, de cima da prefeitura, ficávamos vendo esse movimento no Aeroporto, tinha pouca construção ali e vinham fazer pergunta na prefeitura: — Você que mandou máquina pra lá para urbanizar, planar, alguma coisa (RIBEIRO, 2019).

Perguntado sobre as condições em que se encontravam as pessoas que residiam na ocupação, o ex-secretário municipal, Eduardo José Ribeiro, respondeu que eram condições precárias e que as residências não tinham aspecto de residência, assemelhando-se a caixas.

Deveria ter uns 200 e poucos barracos, só que não eram barracos, eram umas caixas, umas coisas horrorosas, pequenininha, baixinha e na verdade os camaradas entravam ali, uns tinham o pé direito que dava a altura normal de uns dois metros de altura, mas tinha outros que não! Que o cara conseguiu o que, conseguiu meia dúzia de pedaço de madeira, outros de papelão e fazia uma coisa ali e passava para dentro (SILVA, 2020).

Márcio Siqueira Pinheiro contou que era jovem ainda naquele período e não estava inserido nos processos decisórios da municipalidade. Narrou que o espaço era utilizado por pessoas que tinham posses financeiras e que aqueles ocupantes já estavam atrapalhando.

Havia uma necessidade que Guarapari estava nascendo para o berço turístico de forma que, no campo de aviação, tinham pessoas com posses financeiras que usavam esse campo de aviação e colocavam seus aviões ali em hangares. As pessoas que estavam ali começaram a atrapalhar (PINHEIRO, 2019).

Eduardo José Ribeiro revelou que chegou a ser cobrado quanto à urbanização. Como era um servidor do primeiro escalão, participou ativamente do enfrentamento dos problemas e foi um dos que colaborou com a resolução.

E vieram chegando você que é o sub de não sei o que, de não sei de onde, você tem que saber, e eu falei: — Olha, o que está acontecendo é que estão instalando uma rede da água, naquela reta estão fazendo uma vala para colocar o cano, quer dizer, daqui a pouco está virando um bairro mesmo ou já virou (RIBEIRO, 2019).

Os questionamentos de Eduardo José Ribeiro foram fundamentais para que o poder público, integrado por ele, inclusive, naquele período, pensasse uma forma de dar uma resposta ao problema que estava colocado. Eduardo contou que, em uma reunião, enquanto olhavam a ocupação, vista da sede da prefeitura, questionou:

O que vai fazer com aquele povo? É fácil chegar com uma máquina e destruir tudo, mas tem criança, tem velhos, o que fazer? (RIBEIRO, 2019).

E a solução a que se chegou foi mesmo a de que as pessoas teriam que sair. O medo de ficar sem ter onde morar passou a ser uma companhia para os moradores da ocupação. Dona Nair relatou seu medo e como o enfrentou:

Com a maior luta, maior dificuldade.

Aí dali, Deus abençoou. Que ia arrancá nós!
 Ia arrancá nós e nem sabia onde ia colocar nós, não!
 Nós ia ser despejado, o que ia fazer? Já fui despejado, o que vou fazer?
 Posso fazer nada! Pra onde eles forem, eu vou!

Aí despeja um, dois, três, quatro.
 Aí eu esquentei, não (SOUZA, 2019).

Assim a solução foi dar um lugar para aquelas pessoas, criar um bairro. Foi uma política pública feita nos moldes que os gestores da época compreenderam como adequada. “Vamos fazer então um bairro para abrigar aquele pessoal do Aeroporto, as outras invasões, os donos do loteamento que tome conta. Ali era um equipamento público, precisava de uma intervenção pública” (RIBEIRO, 2019).

2.1. ENFIM, O NOSSO LUGAR

A esperança do migrante é encontrar um lugar onde possa se assentar. A migração com destino a Guarapari é reconhecida nos testemunhos dos narradores como uma busca por melhores condições. Assim a saída do assentamento precário na ocupação para um novo bairro é um momento feliz. No entanto, toda mudança é um processo e é importante perceber algumas dinâmicas desse ato fundador do bairro Adalberto Simão Nader.

Conforme o tópico anterior, estava colocado um problema social. Diversas pessoas haviam ocupado o campo de aviação e era necessário removê-las, pois estavam incomodando. Primeiro abre-se uma investigação para apurar os responsáveis, depois se fazem reuniões. O problema cresce e a solução é remover as pessoas criando um bairro em outra área. Segundo Eduardo, essa foi a melhor forma para resolver o problema.

O prefeito Graciano desapropriou do Edmilson Pinto da Silva aquele terreno do Adalberto e nós da secretaria, sobre o comando de doutor Ari, projetamos aquele bairro e aí saía o cara, o barraco 45, sai pro lote tal, da quadra tal, no Adalberto, e assim foi feito e depois foi a evolução (RIBEIRO, 2019).

Fukuda (2012) aponta que a origem do bairro era incerta e que possivelmente teria sido uma fazenda que posteriormente foi ocupada. A história apresentada na presente pesquisa confirma que foi uma propriedade rural, mas não uma fazenda produtiva, e que a utilização dessa área como assentamento não se tratou de

ocupação, mas de política pública municipal. Alguns detalhes sobre a formalidade empregada na criação do bairro encontrei nos relatos de Márcio José Siqueira Pinheiro:

Na década de 80, ainda em meados de 85, foi fundado o loteamento Adalberto Simão Nader, pelo decreto 231/85, esse loteamento futuramente dentro do PDM foi reconhecido como bairro. Só que o aeroporto, quando foi transposto do aeroporto que nós conhecemos aqui, municipal, para o então loteamento Adalberto Simão Nader, foi feita por mão de obra do poder público. Naquele momento então surge do loteamento o bairro Adalberto Simão Nader (PINHEIRO, 2019).

O Loteamento Adalberto Simão Nader está matriculado no Registro Geral de Imóveis de Guarapari, sob o número 16.672 R/06 e, no índice, consta que o loteamento foi registrado com planta aprovada e memorial e que foi criado pelo Decreto número 231/85, em 31 de dezembro de 1992.

O mencionado decreto foi publicado em 31 de dezembro de 1985 e conta com cinco artigos nos quais aprova o loteamento Adalberto Simão Nader. No primeiro artigo do decreto, menciona-se que a propriedade do loteamento era da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento de Guarapari – CODEG. A área total do empreendimento era de 15.347,77m², sendo constituído por 557 (quinhentas e cinquenta e sete) unidades autônomas (GUARAPARI, 1985).

Já no decreto, o loteamento foi dividido em 543 (quinhentos e quarenta e três) lotes residenciais e 14 (quatorze) lotes comerciais mistos, com área total de 72.909,51 m². Foram reservados ainda espaços para a construção de escola, posto de saúde, creche, igreja, centro comunitário, instalação esportiva, centro esportivo, horta comunitária, oficina comunitária, mercado, administração e posto policial em um total de 20.796,00 m² (GUARAPARI, 1985).

Em minha busca por documentos que esclarecessem melhor a natureza do assentamento e a forma de ocupação, Márcio Siqueira Pinheiro, um dos narradores, forneceu muitos elementos. Em nosso encontro, me ofereceu uma cópia do decreto 231/85 do Prefeito Municipal de Guarapari, que aprovava o loteamento Adalberto Simão Nader. Partindo desse indício, foi possível levantar o inteiro teor dos registros daquela porção de terras no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Guarapari. O primeiro registro foi anotado em 24 de abril de 1985, no Livro Nº 2^{B-V}, matrícula nº 16.672, ficha 050, com a seguinte redação:

IMÓVEL – UMA ÁREA DE TERRENO localizada em zona urbana, situada no lugar denominado “RASPADO”, neste Município e Comarca de Guarapari, Estado do Espírito Santo, com a área total de 155.029,27 metros quadrados, sem benfeitorias, dividindo-se pela frente com o antigo asfalto de Guarapari para Vitória e com Maria Ambrozina Simões de Oliveira e mede em cinco segmentos 17,71 metros, 56,17 metros, 46,83 metros, 34,56 metros, 203,45 metros, 83,16 metros, 22,20 metros e 114,00 metros; pelo lado esquerdo divide-se com Maria Ambrozina Simões de Oliveira e mede em cinco segmentos 19,77 metros, 92,39 metros, 18,60 metros, 128,65 metros e 139,57 metros; e, finalmente pelos fundos divide-se ainda com Maria Ambrozina Simões de Oliveira e mede em oito seguimentos 38,90 metros, 99,95 metros, 41,13 metros, 13,45 metros, 78,30 metros, 38,20 metros, 14,65 metros e 46,13 metros; perfazendo assim o perímetro de 1.772,58 metros. PROPRIETÁRIOS – GEORGE EDWARD BURNS, filho de Roberto Burns e de Mercedes Burns, funcionário público estadual, portador da C.I. nº 64.985 SSP-ES e sua mulher D^a. MARITA NEVES BURNS, filha de Mario de Oliveira Neves e de Beatriz de Oliveira Neves, do lar, ambos brasileiros, casados, pelo regime de comunhão de bens, portadores do C.I.C. do M.F. nº. 050.618.147-20, residentes e domiciliados na Rua Moacyr Avidos, nº. 59, aptº 302, na Cidade de Vitória, Capital deste Estado. Registro anterior neste Cartório sob nº.s de ordem 2.410 do livro de Registro nº. 3-C, às fls. 262/264 e 1.865 do livro de nº. 4-C, às fls. 45/46. Guarapari, vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco.
Escrevente Autorizado: Sônia M^a. Correia Viana.

No mesmo dia, foi registrada uma transação imobiliária em que uma empresa da área de imóveis, cujo proprietário era o Sr. Wilson Pinto da Silva, comprou a área apontada²⁰. Assim ficou anotado no registro:

R – 01 – 16.672 – Protocolo 32.311 – Data – 24 de abril de 1.985..... TRANSMITENTES – GEORGE EDWARD BURNS e sua mulher D^a. MARITA NEVES BURNS, acima qualificados. ADQUIRENTE – ROMA IMÓVEIS LIMITADA, sediado na Rua Carais, nº. 58, no Bairro Praia do Morro, em Muquiçaba, nesta Cidade, inscrita no C.G.C. do M. F. sob nº. 27 374 263/0001-17, representada pelo seu sócio o Sr. Wilson Pinto da Silva, brasileiro, casado, construtor, inscrito no C.P.F. do M. F. sob nº. 189 948 657-72, residente e domiciliado na Rua Las-Vegas, nº. 63, no Bairro Praia do Morro, em Mçuquiçanda, digo, em Muquiçaba, nesta Cidade. TÍTULO DE TRANSMISSÃO – Compra e Venda – FORMA DO TÍTULO – Público de 31 de dezembro de 1.982, Cartório do 3º Ofício desta Cidade, livro de nº. 134, às fls. 072/074. VALOR – Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), importância essa que eles transmitentes vendedores confessam e declaram receber da Adquirente compradora do seguinte modo: Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), em moeda corrente nacional e da qual lhe dão plena, rasa, geral de irrevogável quitação; e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), em 2048,59 Unidades Padrão de Capital, representada por uma única nota promissória, vencível no dia 30.03.1983, emitida pela adquirente compradora em caráter prossolvendo, nominal a George Edward Burns, vinculada à escritura em apreço. Guarapari, vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco.
Escrevente Autorizado: Sonia M^a. Correia Viana.

²⁰ Está em análise requerimento para acesso às informações antecedentes da área mencionada junto ao Registro Geral de Imóveis, no entanto, até o prazo determinado para o exame de qualificação, não obtive autorização para acesso as informações.

No mesmo dia, 24 de abril de 1.985, foi realizada uma retificação da escritura, as correções se deviam ao registro equivocados da área, perímetro e medidas da mesma. Ficou ainda consignado que a área de terreno vendida era descrita como área de terreno rural, chamada Sítio Granja Santo Antônio:

AV – 02 – 16.672 – PROTOCOLO 32.312 – Data – 24 de abril de 1.985.....
 Certifico que por força da Escritura Pública de Retificação e Ratificação, lavrada nas notas do Cartório do 3º Ofício de Notas desta Comarca, em data de 26 de outubro de 1.984, livro de nº. 147, as fls. 059 a 060-verso, em que figuram como transmitentes e reciprocamente adquirentes, de um lado o Sr. GEORGE EDWARD BURNS e sua mulher D^a. MARITA NEVES BURNS; e, de outro lado, a ROMA IMÓVEIS LIMITADA, ambos anteriormente qualificados e representados no registro 01 da presente matrícula, por ter sido constado por engano da mesma, que a área de terreno vendida esta localizada na zona urbana, bem como, ficou constando a área de terreno vendida é assim descrita e caracterizada: “UMA ÁREA DE TERRENO RURAL”, situada no lugar denominado “RASPADO”, denominado atualmente “SÍTIO GRANJA SANTO ANTÔNIO”, em Muquiçaba, neste Município e Comarca de Guarapari, Estado do Espírito Santo, com a área total de 150.347,77 metros quadrados e o perímetro de 1.771,06 metros, dividindo-se pela frente com o antigo asfalto de Guarapari para Vitória e com Maria Ambrozina Simões de Oliveiras, e mede em cinco segmentos 17,71 metros, 56,17 metros, 46,83 metros, 18,93 metros e 46,75 metros; pelo lado direito divide-se com Antonio Moyses mede em oito segmentos 26,15 metros, 317,43 metros, 27,70 metros, 67,30 metros, 56,95 metros, 83,16 metros, 22,20 metros e 114,00 metros; pelo lado esquerdo divide-se com Maria Ambrozina Simões de Oliveira e mede em cinco segmentos de 119,77 metros, 92,39 metros, 18,60 metros, 128,65 metros e 139,57 metros; e, finalmente, pelos fundos divide-se com Maria Ambrozina Simões de Oliveira e mede em oito segmentos: 38,20 metros, 14,65 metros e 46,18 metros, devidamente cadastrada no INCRA sob nº. 508 020 253 588-9 – Área total 9,6 há. – fração mínima de parcelamento 3,0 há – módulo fiscal 16,0 – nº. de módulos fiscais 0,30; ficando a mesma ratificada em todos os seus demais termos. Guarapari, vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil, novecentos e oitenta e cinco.
 Escrevente Autorizado: Sonia M^a. Correia Viana.

O trecho acima confirma a informação de que se tratava de uma fazenda (FUKUDA, 2012). Quanto ao terreno utilizado para assentamento das famílias retiradas das Malvinas, perguntado sobre quem era o proprietário do terreno desapropriado pelo prefeito Graciano, Eduardo disse que Wilson Pinto da Silva “era um empresário no ramo de corretagem e de construção” (RIBEIRO, 2019).

Ele era mineiro e veio para a Praia do Morro, tem casa, família lá, não sei se ele está vivo, não. Fazia corretagem e começou a construir também, então tinha aquilo ali como um sítio e como era próximo à ocupação, ali seria mais ou menos fácil (RIBEIRO, 2019).

O relato sobre a pessoa de Wilson Pinto da Silva, migrante mineiro, empresário da corretagem e da construção, assentado na região da Praia do Morro, é mais um indício da relação diferenciada que se constituiu com os *estrangeiros*

ricos ou da classe média. Outro dado que chama a atenção é que todos os registros foram realizados em datas muito próximas, bem como que existiu grande diferença entre o valor pago por Wilson Pinto da Silva na compra e o valor recebido na venda para a CODEG.

É possível que os registros tenham sido realizados em abril de 1985 já no contexto da criação do bairro Adalberto, como se pode perceber dos trechos extraídos do Registro Geral de Imóveis acima transcritos, mas que as transações tenham ocorrido em momentos anteriores. De certo, o município só poderia adquirir, por força da lei uma área devidamente registrada, os registros se deram em 24 de abril de 1985 e em 22 de maio do mesmo ano a área foi comprada pela Companhia de Melhoramentos e Desenvolvidos de Guarapari – CODEG.

É igualmente possível que a proximidade das datas de registro das transações e a disparidade em seus valores sejam indícios de que tudo tenha sido feito para beneficiar algum empresário local, certamente pertencente ao grupo político que ocupava o poder local. No entanto, nossa pesquisa não conseguiu avançar nesse sentido. Ao procurar referências à criação do bairro nos anais da Câmara Municipal constatei que a abertura política e a breve realização de eleições era uma preocupação maior.

A versão oficial é de que a área foi escolhida por ser próxima ao lugar onde estava situada a ocupação e à zona urbana, apesar de ser considerada rural. Ainda se limitava, pela frente, em via pública, estava servida de energia e, segundo Eduardo, tinha bastante estrutura.

E também ninguém ia aceitar a sair dali para ir para um buraco no meio do mato. E ali já tinha energia passando perto. Porque já tinha o bairro Lagoa Funda. Já tinha uma série de coisas ali. Quer dizer, tinha energia, tinha uma via de acesso boa, não era pavimentada porque era uma estrada antiga. Pra sair para Vitória, antes passava ali, depois que passou para Jones dos Santos Neves, tinha uma série de facilidades, então, Graciano desapropriou (RIBEIRO, 2019).

É importante frisar que existe uma postura ambígua no Estado brasileiro, principalmente quanto ao cumprimento da legislação regulatória do espaço urbano. Enquanto percebe-se um excesso de legislação, igualmente, percebe-se que existe uma tolerância, e até certa tendência, a incentivar ocupações ilegais ou precárias nas proximidades do espaço central, para Maricato:

[...] a lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade

ilegal, mandatária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político (MARICATO, 2003, p. 157).

Embora Eduardo mencione que Graciano Espíndula, então prefeito, tenha desapropriado a área, não está se referindo detalhadamente ao processo legal adotado, conforme esclareceu:

Estou falando Graciano porque a CODEG na verdade, que é a Companhia de Desenvolvimento, na qual Dr. Levi Graciolo Nascimento era o presidente, no governo Graciano. É uma empresa de economia mista e eu sou sócio, depois da prefeitura eu sou o maior, nunca ganhei um dividendo, mas estou lá com o maior número de ações depois da prefeitura, nunca ganhei nada na verdade, quando eu era presidente eu ganhei o salário de presidente, mas qualquer um ganharia, então foi a CODEG realmente (RIBEIRO, 2019).

Eduardo relatou que, no governo Graciano Espíndula em Guarapari, era comum que os servidores de confiança ocupassem vários cargos ao mesmo tempo, embora recebessem apenas um único salário.

Teve uma coisa engraçada, alguns funcionários tiveram mais de uma função. Dr. Ary, por exemplo, era secretário de desenvolvimento urbano e presidente da CODEG, eu era assessor do presidente da CODEG, diretor de obra e subsecretário de desenvolvimento urbano, três funções, o salário era único, mas três funções e eu ainda tinha outra função: eu era empreiteiro! (RIBEIRO, 2019).

Para ilustrar seu relato, Eduardo revelou um pouco sobre sua história de vida. Disse que, quando Graciano Espíndula Filho chegou em Guarapari, ele (Eduardo) já era empreiteiro e, ao assumir funções na prefeitura, a “empresa continuou com as empreitadas que tinha para terminar”, porque, para contratar um terceiro, seria “complicado” e, uma vez contratado, estava a terminar o serviço (RIBEIRO, 2019).

Segundo Eduardo, as coisas feitas pela municipalidade “eram mais longas, acabavam demorando um pouco. Então a operação foi feita por intermédio da CODEG, projeto e tudo”. Mas que sempre se reporta ao governo municipal porque na verdade é ele o dono de 87% da Companhia (RIBEIRO, 2019). A compra foi levada ao Registro Geral de Imóveis em 13 de setembro de 1985 e ficou assim anotada:

R – 04 – 16.672 – Protocolo 34.225 – Data – 13 de setembro de 1985.....

TRANSMITENTE – ROMA IMÓVEIS LIMITADA, sediada na rua Carais, nº. 58, Bairro Praia do Morro, em Muquiçaba, desta cidade inscrita no CGC/MF nº. 27 374 263/0001-17, representada neste ato pela sua sócia gerente, Carmelia Jaina da Costa Silva, brasileira, casada, empresária, portadora da

Identidade nº 936 794 SSP-MG, inscrita no CPF/MF nº 189 948 657-72, residente na rua Las Vegas, nº. 63, Bairro Praia do Morro, em Muquiçaba, desta cidade. ADQUIRENTE – COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI – CODEG sociedade de economia mista, sediada na Avenida Davino Matos, nº 417, 2º andar, nesta cidade inscrita no CGC/MF nº 30 738 033/0001-02, representada nesta ato por seu Diretor Financeiro, Sr. Maurice Santos, brasileiro, casado, funcionário público federal aposentado, portador de Identidade nº 99 929 SSP-ES, inscrito no CPF/MF nº 086 572 977-89, residente e domiciliado nesta cidade, e seu Diretor Técnico, Dr. Ricardo Augusto Coelho Simões, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Identidade nº 22705/D-CREA-MG, inscrito no CPF/MF sob o número 090 734 186-15, residente e domiciliado nesta cidade. TÍTULO DE TRANSMISSÃO – COMPRA E VENDA – FORMA DO TÍTULO – Público de 22 de maio de 1985, Cartório do 1º Ofício de Notas desta comarca, livro de nº 135, às fls. 81 82. VALOR – Cr\$ 62.100.000 (sessenta e dois milhões, e cem mil cruzeiros). Guarapari, treze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco.
O Oficial.
Taine Guilherme de Moreno.

Com a compra do terreno de Wilson Pinto da Silva pela Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari – CODEG, o processo para a instalação do bairro foi apressado. Segundo Eduardo, era urgente resolver aquele problema e, com a aprovação do loteamento, a mudança foi imediata.

Quando o bairro ficou aprovado pela prefeitura e foi para o cartório, começou o processo de desocupação. A prefeitura auxiliava no transporte para a nova residência (RIBEIRO, 2019).

O registro do Loteamento foi anotado em 1º de julho de 1988, mas a mudança provavelmente aconteceu antes. É importante deixar claro que o procedimento para que o Registro Geral de Imóveis realize as anotações é geralmente demorado. Assim ficou anotado na matrícula 16.672:

R – 06 – 16.672 – Protocolo 46.537 – Data – 1º de julho de 1988
LOTEAMENTO: O terreno de acordo com a planta de loteamento aprovada pela Prefeitura Municipal desta Cidade de Guarapari, ES, em data de 31 de dezembro de 1.985, através do Decreto mº. 231/85, requerido nos termos do Decreto-Lei mº. 6.766/79, com a denominação de “ADALBERTO SIMÃO NADER”. PLANO DE LOTEAMENTO: O loteamento ora registrado com 150.347,77m² de área total, é constituído de 557 (quinhentos e cinquenta e sete) lotes, sendo 543 (quinhentos e quarenta e três) lotes residenciais e 14 (quatorze) lotes comerciais misto, com área total vendável de 72.909,51 m²; onze (11) áreas para equipamentos urbanos, não de domínio público, assim discriminadas: I – Escola, II – Posto de Saúde, III – Creche, IV – Igreja, V – Centro Comunitário, VI – Instalação Esportiva, VII – Centro Esportivo, VIII – Horta Comunitária, IX – Oficina Comunitária, X – Mercado, XI – Administração e Porto Policial, com um área total de 20.796,00 m²; Áreas verdes, com 34.123,26m², consideradas para todos os efeitos ‘non edificandi’; Vias e Praças que em conjunto, medem 22.519,00m², não alteráveis, a menos que a alteração seja aprovada pela totalidade dos adquirentes e obedeça a legislação vigente. DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS: QUADRAS (lotes): Q.01 – 03 lotes unifamiliar – 407,00m²; Q.02 –

13 lotes unifamiliar – 1.704,75 m²; Q. 03 – 18 lotes unifamiliar – 2.453,95 m²; Q.04 – 26 lotes unifamiliar – 392,75 m²; Q. 05 – 31 lotes unifamiliar – 4.349,60 m²; Q.06 – 33 lotes unifamiliar – 4.232,50m², Q. 07 – 32 lotes unifamiliar – 4.102,55 m²; Q.08 – 31 lotes unifamiliar – 3.985,50 m²; Q. 09 – 28 lotes unifamiliar – 3.595,25m²; Q.09 – 02 lotes comerciais misto – 255,00m²; Q-10 – 40 lotes unifamiliar – 4.398,10m²; Q.11 – 14 lotes unifamiliar – 1.858,25m²; Q.12 – 13 lotes unifamiliar – 1.638,00m²; Q. 12 – 04 lotes comerc. misto – 501,00m²; Q.14 – 07 lotes unifamiliar – 957,00m²; Q.15 – 16 lotes unifamiliar – 2.280,75m²; Q. 16 – 27 lotes unifamiliar – 3.444,00m²; Q. 17 – 77 lotes unifamiliar – 10077,30m²; Q. 18 – 46 lotes unifamiliar – 6.138,26m²; Q. 19 – 38 lotes unifamiliar – 5.335,00m²; Q.20 – 29 lotes unifamiliar- 4.007,50m²; Q. 21 – 13 lotes unifamiliar – 1.676,50m²; Q.22 – 04 lotes Comerciais misto 504,00m²; Q.23 – 04 lotes Comerciais misto – 504,00m²; Q.24 – 08 lotes unifamiliares- 1.0008,00m². SUB-TOTAL – 557 lotes – 72.909,51 m². ÁREAS PARA EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS: I – Escola – 3.636,50m²; II – Posto de Saúde – 547,00m²; III – Creche – 583,50m²; IV – Igreja – 817,00m²; V – Centro Comunitário – 881,50m²; VI – Instalação Esportivas – 300,00m²; VII – Centro Esportivo – 8.209,50m²; VIII – Horta Comunitária – 3.695,00m²; IX – Oficina Comunitária – 896,00m²; X – Mercado – 840,00m²; XI – Administração e Porto Policial – 390,00m². SUB-TOTAL – 20.796,00m². VIAS E PRAÇAS: Vias – AV. Central – 4.233,00m²; Vias Secundárias – 15.956,00m². SUB-TOTAL: 150.347,77m². As características, confrontações, áreas e medidas lineares dos lotes, e dos equipamentos comunitários são os constantes da planta e memorial descritivos devidamente aprovados pela Prefeitura, e que ficam arquivados em pasta própria neste Cartório.

Guarapari, primeiro dia do mês de julho do ano de mil, novecentos e oitenta e oito.

O Oficial: Taine Guilherme de Moreno

A prefeitura proporcionou transporte para o novo espaço destinado aos moradores da ocupação, mas a estrutura e a construção foram realizadas a custo de cada um. Se, por um ângulo, isso parece um belíssimo ato por parte da municipalidade, na verdade, não passou de uma maneira de dar agilidade à desocupação.

Era o lote. E o camarada que estava morando naquele negócio que ele construiu ali de repente ele ia para lá ou reconstruía aquilo ou fazia melhor e a tendência foi fazer melhor. Não ficou pouca coisa de valor, hoje não tem nenhum mais, hoje é tudo alvenaria ou pelo menos 98% é alvenaria. Edificação de alvenaria não se faz da noite para o dia, barraco você faz. Estica uma lona lá e está feita a construção (RIBEIRO, 2019).

Gilmar Alves da Silva e Márcio Siqueira Pinheiro concordam que o município chegou a construir cerca de vinte casinhas populares bem no início do bairro, mas aquelas construções não eram suficientes, a ponto de serem esquecidas na narrativa de outras personagens com quem tive contato. Contando sobre o cotidiano do bairro nos seus primórdios, Gilmar Alves da Silva reforça que mora no Adalberto Simão Nader desde o começo.

Lá no Morro do Céu eu tenho poucas recordações porque a gente era muito criança na época, né. Então o que acontece é... sei que lá era agitado, na época dos menudos ainda, aquele negócio todo.

Então o pessoal estava se organizando ainda, como a invasão era nova, o pessoal estava se organizando ainda. Cavando fossa, estalando uma água, então, quer dizer, com dificuldade de energia, porque não tinha energia, então logo depois veio a reintegração de posse de terra. Então a gente viveu mais no Aeroporto como invasão do que lá no Morro do Céu.

O cotidiano do Aeroporto é basicamente naquela brincadeira de criança e o pessoal dividia água, uns tinha poço, outros não tinha. A nossa casa era a primeira ali perto da pista na Rodovia do Sol, a gente tinha água encanada porque a gente até puxou da casa de Vanusa, da mãe de Vanusa, o pessoal até está no bairro ainda hoje.

Nosso cotidiano lá nas Malvinas era esse aí, era a eminência de uma hora pra outra sair dali que era uma área que não tinha como fincá raiz, que não era nossa, cotidiano violento como sempre, né.

Porque todo começo de invasão tem aquelas pessoas que não se dá com a outra e de vez em quando tem briga entre família, homicídio, bateção de boca, discussão sempre teve.

Dali fomos pro Adalberto, que aí o Adalberto também logo no início era um lugar insuportável de viver na verdade. Todo final de mês, todo mês era um ou dois homicídios (SILVA, 2020).

Figura 16 – Celi Alves da Silva e os filhos, o primeiro sentado, da direita para a esquerda é Gilmar Alves da Silva, nossa testemunha. Foto tirada em 1988, na residência da família no bairro Adalberto Simão Nader.



Fonte: foto cedida por Gilmar Alves da Silva.

No próximo capítulo busco refletir um pouco sobre a cidade em que o bairro está inserido e com quem forma um todo, o processo de formação social, econômica e política de Guarapari elucida muitas questões sobre o surgimento do bairro e sua representação, bem como, revela outras questões que demonstram como a cidade estava colocada no panorama das transformações ocorridas no Espírito Santo no contexto dos grandes empreendimentos industriais ocorridos a partir da década de 1970.

3. TERCEIRO CAPÍTULO – “GUARAPARI MARAVILHA DA NATUREZA”

O bairro Adalberto Simão Nader está localizado no município de Guarapari e é identificado por moradores, sejam os com maior tempo de residência na cidade de Guarapari, sejam os residentes do bairro pesquisado, como local de destino de migrantes baianos (FUKUDA, 2012). Os indícios levantados durante a presente pesquisa permitem afirmar que o processo de surgimento do bairro se deu entre os anos de 1976, com a ocupação Morro do Céu, e 1988, com a consolidação da remoção das famílias para o local atual.

Um bairro é formado pela junção de diversos aspectos: o lugar geográfico onde está situado, sua população e sua organização social e espacial. Mas é a forma como sua identidade foi formada e explicitada nas narrativas sobre a cidade o ponto principal da reflexão historiográfica que este trabalho se propôs a realizar.

Neste capítulo, para que se possa compreender o processo que desencadeou o surgimento do bairro Adalberto Simão Nader e as especificidades do processo de formação da identidade de sua população e da representação existente quanto a origem de seus habitantes, decidi mencionar e analisar alguns acontecimentos considerados relevantes na história oficial da cidade de Guarapari. Com especial destaque para os ocorridos após 1930, ano em que chegou ao município o médico e cientista Silva Melo, apontado como o primeiro responsável pela divulgação das belezas da cidade para outras regiões do Brasil e do mundo.

3.1. GUARAPARI: “PAÍS CALMOSO E HEREDITÁRIO”.

Famosa por belezas paradisíacas e inspiradora de versos dos poetas, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros publicada pelo IBGE, Guarapari é descrita em velho manuscrito existente na Cúria de Vitória com o seguinte texto:

A Vila de Guarapary está situada a 20° 43' 56" de latitude e 2° 37' 3" de longitude do Rio de Janeiro. Acha-se 9 1/2 léguas ao sul da Capital da Província em linha reta, a 11 léguas pelos caminhos ordinários, a 11 1/2 léguas ao norte da Vila de Itapemirim em linha reta, 12 pelo caminho ordinário. Está situada em uma planície e tem ao norte o Rio Guarapary, a leste o morro da Igreja, ao sul a praia de Itapera, e a oeste as areias de Meaípe. É pitoresca, bem ventilada e sadia (IBGE, 1959, p. 88).

O litoral brasileiro no momento da chegada dos portugueses era hegemonicamente dominado pelos povos Tupi, no entanto, Sérgio Buarque de

Holanda, afirmou que a região do Espírito Santo e uma parte do Norte do Rio de Janeiro apresentaram-se como verdadeiro contraponto a essa hegemonia, constituindo-se em um *hiato tapuia* (HOLANDA, 1995).

Além dos portugueses, os grupos indígenas que viviam na região do Espírito Santo, “[...] Goitacá, Purí, Tupinikim, Guarulho e Temiminó – desde meados do século XVI mantiveram contatos com holandeses, espanhóis, ingleses e, principalmente, franceses, todos interessados no pau-brasil de excelente qualidade daquele lugar” (BOURGUIGNON, 2018, p. 17).

Os portugueses, temerosos de perderem seus monopólios da exploração da madeira naquela região, fizeram diversos acordos com os grupos indígenas aliados, especialmente, os temiminós e os tupiniquins, estabelecendo missões jesuíticas, como as de Guarapari²¹, Iiritiba, Santo Antônio de Guarulhos e São Pedro do Cabo Frio. Enquanto isso, os grupos resistentes foram alvo de expedições de guerra (BOURGUIGNON, 2018).

Ensinam que a cidade havia sido fundada em 1569 pelo missionário espanhol jesuíta José de Anchieta²². De fato, nos passeios que fazemos com a escola, somos levados a uma antiga igreja, carinhosamente chamada pelos moradores de Antiga Matriz ou Igreja Velha. Ao lado de sua porta principal, está um azulejo com data posterior, porém próxima à mencionada.

²¹ Um dos nomes que a cidade de Guarapari recebeu ao longo do tempo. Antes a cidade teve outros nomes, conforme abordaremos adiante. Posteriormente, a grafia do vocábulo também se modificou.

²² Nascido em 19 de março de 1534 em San Cristobal de Laguna, na ilha Tenerife, província de Espanha. Em 1548, aos 14 anos, iniciou seus estudos em Coimbra. Aos 17 anos, no dia 1º de maio de 1551, ingressou na Companhia de Jesus, recém-fundada por Santo Inácio de Loiola. Partiu para o Brasil na 3ª expedição de missionários jesuítas, chefiada pelo Padre Luiz de Grã, em 8 de maio de 1553, com apenas 19 anos, chegando à Bahia no dia 13 de julho do mesmo ano. Em outubro de 1553, partiu para o sul e pela primeira vez pisou em solo capixaba (FURLAN, 2013).

Figura 17 – Antiga Matriz ou Igreja Velha. Ensina-se na cidade que foi fundada pelo próprio José de Anchieta. A casa situada à lateral, com os coqueiros, é onde estava anteriormente localizado o convento dos jesuítas. Nela costumam residir, atualmente, os padres que servem a população do centro de Guarapari.



Fonte: arquivo pessoal

No dia 11 de janeiro de 1755, o Curado de Guarapari foi elevado a freguesia, tendo como primeiro pároco o Padre Antônio Esteves Ribeiro. Saint-Hilaire (1974) descreve Guarapari em 1818, dizendo que a rua que dava acesso ao rio, única existente na época, era larga e sem calçamento. Menciona que eram produzidos cana de açúcar para a fabricação de aguardente, algodão, arroz, feijão e mandioca.

Em 02/03/1822, o vigário de Guarapari, José Nunes da Silva Pires, assumiu a presidência da junta do Governo Provisório, criada pela Lei das Cortes de Lisboa de 01/10/1821 (BICHARA, 1984). Bueno (2011) aponta que, em 1850, várias famílias de pescadores se assentaram na Prainha de Muquiçaba, próxima à vila, mas no lado oposto do rio. Nutriam forte devoção por São Pedro, o padroeiro dos pescadores, porém não tinham igreja, o que motivou o padre a realizar festas em honra ao santo naquele lado da cidade.

Para atrair a participação dos pescadores da Vila de Guarapari, a festa constava de uma parte religiosa e outra profana. Segundo os relatos recolhidos por

Bueno (2011) dos livros de tombos da paróquia, os moradores da Vila de Guarapari tinham melhores condições sociais e ficou clara a divisão de classes.

No ano de 1862, foram autorizadas, por lei, a construção de cemitérios, estradas, pontes e aterros nas Vilas da: Serra, Mangaraí, Guandu, Benevente e Guarapari. Na mesma data, foi proibido rasgar a Lagoa de Mãe-Bá para apanhar peixes (BICHARA, 1984). De acordo com o livro de tombos da paróquia Nossa Senhora da Conceição o cemitério de Guarapari só veio a ser concluído mais tarde, sendo abençoado em 1874.

No dia vinte e nove de setembro deste anno de mil oitocentos e septenta e quatro com faculdade concedida pelo Exmo. Monsenhor Teles de Albuquerque, Governador do Bispo do... Vacante em officio de 26 de agosto ao abaicho assignado Vigário encomendado nesta Freguesia a Benção do novo Cemitério Público, mandado edificar no velho Convento de propriedade do Conde de Baependi e outros e por consentimento..., pela Câmara Municipal desta Villa, procedendo-se a esta solenidade com todas as formalidades recomentadas. Vigário Joan Luiz de Fraga Loureiro (BUENO, 2011, p.41).

Além de dar nome a este tópico, que traz pequenos recortes de um passado mais remoto da cidade, a história da inauguração do cemitério ficou famosa, tendo inclusive inspirado Dias Gomes na concepção do enredo e do icônico personagem Odorico Paraguaçu, na obra *O Bem-Amado*, que posteriormente foi adaptado para televisão e cinema.

Descendo o morro da igreja pela ladeira do cemitério, encontramos o antigo cemitério, ainda em funcionamento. Conta-se na cidade, com um misto de orgulho e anedota, que não se conseguia inaugurar o cemitério por falta de um defunto. Alguns relatos da história oficial, obtidos através do memorialismo, apontam que a média de vida da população era muito alta, de 80 a mais de 100 anos. A população começou a cobrar dos políticos o dinheiro gasto com uma obra desnecessária, visto que na Cidade Saúde não morria ninguém. Isso poderia explicar o fato de que o cemitério teve sua construção autorizada em 1862 e somente foi inaugurado em 1874.

A resposta encontrada pelos políticos locais para reagir às críticas da população foi procurar e pedir um morto para a solenidade de inauguração. No entanto, as pessoas das redondezas se recusavam a atender aos apelos ou mesmo aceitar às ofertas, num momento de tanta tristeza diante da perda de seus entes

queridos. Até que, na cidade vizinha, então município de Benevente²³, morreu uma andarilha, sendo trazido para Guarapari o seu corpo para a inauguração solene, com toda pompa e circunstância.

Na ocasião da inauguração do cemitério, foi proferido um discurso que marcou ainda mais a curiosa história: naquela data, o Coronel Marcondes Alves²⁴ de Souza, Presidente do Estado, fez uma visita oficial a Guarapari para participar da cerimônia. Um vereador que, segundo o relato, era “mulato escuro”, pernóstico e rábula da Comarca, seria o orador de tamanha façanha (BUENO, 2011).

Figura 18 – Entrada do Cemitério São João Batista.



Fonte: arquivo pessoal.

Bueno (2011) considerou prudente esclarecer que o prefeito Deoclésio Borges, que administrou a cidade no começo do século passado, tinha um cozinheiro chamado João²⁵, que, segundo os moradores antigos, tinha o dom da oratória, e é a ele que é atribuída a autoria do discurso cujo trecho transcrevo a seguir:

Guarapari é e sempre será o país da saúde e das maravilhas. Aqui nunca ninguém morre e nem se entristece, mesmo que queira. Tanto isso é uma verdade verdadeira, que, para que fosse inaugurado este cemitério, no dia de hoje, já feito e construído há mais de dez anos não se sabe para que e nem porque, foi preciso que se arranjasse às pressas um defunto

²³ Anteriormente Reritiba e atualmente Anchieta.

²⁴ Marcondes Alves de Souza governou o Espírito Santo entre 1912 e 1916.

²⁵ Na página 57 de seu livro, Bueno acrescenta a informação de que o cozinheiro João era baiano

emprestado em Benevente, aliás um defunto morto e da pior espécie, pois não passa de um molambo, como todos podem ver. O Mundo todo sabe que Guarapari é um país calmoso e hereditário, onde se respira o ar por consequência, pois de um lado (e aí o orador esticou o braço em direção ao mar) tem o oceano marítal e do outro (o orador esticou o braço e indicou a floresta ao longe) tem o oceano matagal... (BUENO, 2011, pp. 84-85).

É desse discurso que, segundo moradores antigos, emerge a fama de cidade onde ninguém morre e dele é extraída a frase que ficou famosa **“Guarapari é um país calmoso e hereditário, onde se respira o ar por consequência, vindo de um lado pelo oceano marítal e de outro lado pelo oceano matagal”**. (negrito nosso).

Em 1876, mais precisamente no dia 1º de novembro, chega a Todos os Santos, distrito de Guarapari, na divisa do município com Marechal Floriano, os primeiros imigrantes italianos que ali se instalaram. Em 1889, chegam a Alto Rio Calçado os imigrantes alemães (BUENO, 2011).

Em um dos textos constantes do livro de Nuñez, está uma matéria, retirada do Jornal ORLA, periódico que circulou na cidade até a década de 1990. No texto intitulado *Como era a Vida na Cidade de Guarapari em 1933*, há um relato de um conhecido morador da cidade, já falecido, o Professor Antônio Lé, no qual afirma que “Guarapari era pequena, modesta e muito mais agradável do que hoje” (NUÑEZ, 1987).

A cidade pacata e cheia de belezas, profundamente agrícola, com população de costumes simples, cercada por mar e mata, foi surpreendida pelas descobertas de um cientista. No ano de 1936, chegou em Guarapari o médico e cientista Dr. Antônio da Silva Melo. A ele e a suas afirmações, pesquisas e resultados dedicamos o próximo trecho deste capítulo, uma vez que sua chegada e suas descobertas são um verdadeiro marco histórico para o município.

3.2. DR. SILVA MELO, O INÍCIO DOS ÁUREOS TEMPOS

Dr. Silva Melo chegou a Guarapari por acidente, na curiosidade de descobrir o Brasil e sua gente (BUENO, 2011). Mineiro do interior, em 1907, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde estudou até o terceiro ano, transferindo-se para a Universidade de Berlim, onde concluiu seus estudos em 1914.

Sua tese de doutorado tinha o título *A Influência do Tório X sobre o Sangue* e foi aprovada com distinção. Em seu livro, Silva Melo diz que:

Guarapari, que tinha o aspecto de uma pequena cidade, com uma praça de grandes árvores cercadas de casas antigas, algumas altas, de dois e três andares. Um quadro inesperado, algo europeu, lembrando recantos marítimos da Itália. Viam-se o cais e o ancoradouro, que se atingia atravessando o braço de mar numa balsa para automóveis e cargas, enquanto podiam as pessoas fazê-lo em pequenas canoas. Uma distância de apenas uns cem metros, separando Guarapari do continente. Um encanto, uma surpresa indescritível! (BUENO, 2011, p. 59).

Figura 19 – Dr. Silva Melo, médico e cientista brasileiro, foi provavelmente um dos maiores divulgadores de Guarapari e de suas belezas naturais.



Fonte: LOPES & BOURGUIGNON, 2015²⁶

Foi Silva Melo o primeiro propagandista das belezas de Guarapari, pelas quais se encantou. Não lhe escapou à percepção científica também a riqueza das areias radioativas, tanto no aspecto econômico quanto medicinal. Àquela altura, começou a publicar artigos em revistas médicas, em *O Cruzeiro* e em outros jornais do país (BUENO, 2011).

Em um texto jornalístico do Jornal Orla, citado por Nuñez (1987), professor Antônio Lé, morador antigo da cidade, afirma que, em 1938, cinco anos após ele ter chegado, teria começado o turismo na cidade e que isso foi uma consequência natural do artigo publicado pelo professor Silva Melo no Jornal do Brasil sobre as propriedades terapêuticas das areias monazíticas e da radioatividade de Guarapari (NUÑEZ, 1987, p. 47).

²⁶ Disponível em: <https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>

Embora os registros de sua chegada remontem a 1936, devo consignar que o cientista Dr. Silva Melo não fixou residência definitiva na cidade. Realizou diversas viagens, permanecia durante algum tempo em Guarapari, partia para outras localidades e depois retornava. Suas temporadas renderam pesquisas e muitas publicações, muitas delas reunidas no livro *Guarapari Maravilha da Natureza*. Neste trecho do trabalho, preferi centrar minhas anotações em um relato, constante do quinto capítulo do livro de Silva Melo. Nele está narrada uma visita realizada por ele em 1954.

Em seu texto, Silva Melo, que chegou no início do mês de julho, depois de uma longa ausência, e que permaneceu na cidade durante alguma dezena de dias, anota “A cidade desenvolveu-se espantosamente” (MELO, 1971, p. 52). Na visão do cientista, a cidade estava em outro panorama. Ele menciona a existência de um grande hotel, de alta categoria e preços muito elevados, “[...] além de diversos outros mais modestos, alguns com bastante conforto” (MELO, 1971, p.52).

O número de casas e ruas teria aumentado extraordinariamente e os imóveis teriam se valorizado. O cientista relatou que, quando esteve em Guarapari pela primeira vez, poderia ter comprado toda a cidade e toda a vizinhança por pouco mais de cem contos de réis.

Figura 20 – Vista panorâmica da cidade. Com essa imagem, é possível aproximar-se da descrição apresentada por Silva Melo.



Fonte: O Cruzeiro²⁷

Naquele período, Silva Melo se esforçou em alertar a população e os governantes quanto às riquezas que possuíam em suas mãos. Relata que publicou muitos textos sobre o assunto em diversos meios, dando destaque para um texto publicado em novembro de 1944:

Pois bem, apesar de todos esses recursos naturais, do excepcional da sua situação, do surpreendente das suas perspectivas, lá está Guarapari, ignorada e abandonada, desconhecida da população e do governo, esperando o milagre que tão facilmente pode torná-la numa das grandes maravilhas da nossa terra. Que os governos e os particulares se inteirem da maravilha e para lá canalizem os capitais indispensáveis. Guarapari está talhada para uma surpreendente experiência. O perigo é antes de o plano ser diminuto ou mesquinho. A obra a ser realizada precisa ser de vulto e grandiosa, para estar à altura da dádiva da natureza. Uma inversão de capital, de grandes capitais, num projeto dessa ordem, é tarefa de alto patriotismo, que precisa ser realizada pelos homens de governo, cuja função maior é encontrar solução para os problemas que, sendo de utilidade para o país, ainda aumentam a sua grandeza. É nesse sentido que escrevemos as presentes linhas, julgando, pelo que vimos e observamos, que Guarapari deverá tornar-se numa estação balnearia de primeira ordem,

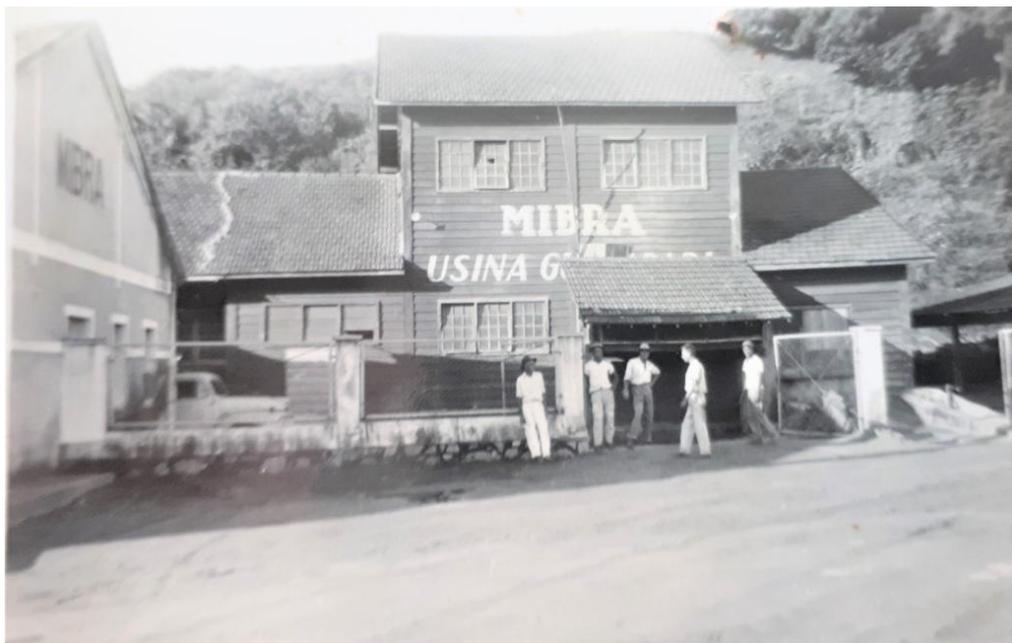
²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/Guaraparimemoria>

tão verdadeiramente única e excepcional que deve, por isso, receber também do governo auxílios únicos e excepcionais. E tal solução útil, necessária, indispensável, não pode deixar de ser coroada dos mais decididos resultados econômicos. Pelas condições climáticas que oferece e pelas suas praias de areias radioativas, talvez as únicas existentes no mundo, pode Guarapari ganhar fama universal e tornar-se centro de tratamento para doentes do mundo inteiro. É uma profecia, mas tem fundamento muito científico (MELO, 1971, p. 53).

O cientista, embora tivesse oportunidade, preferiu não adquirir ou aceitar qualquer propriedade em Guarapari ou em suas proximidades, preocupando-se em não perder a dignidade de suas pesquisas. Certo de que, se fosse dono de alguma terra na localidade, seria acusado de estar tentando agregar valor a seu patrimônio. Sua isenção possibilitou que se sentisse livre o suficiente para apontar também problemas na cidade (MELO, 1971).

Em sua descrição, ele narra com pesar a construção da ponte local, que permitiu a passagem de ônibus e caminhões, o que teria deixado a cidade com um ar burguês e poeirento. No censo de 1950, a população totalizava 12.350 habitantes, dos quais 2.312 estavam na sede. Naquele período, Guarapari era o maior exportador de areias monazíticas do Estado. Em 1906, instalou-se por aqui a *Société Minière et Industrielle Franco-Brésilienne*, depois denominada MIBRA – Monazita Ilmenita do Brasil. A empresa explorou as areias radioativas até os anos 1960 (BUENO, 2011).

Figura 21 – Sede da MIBRA em Guarapari



Fonte: foto que circula por redes sociais, arquivada no arquivo pessoal do autor desde o ensino básico.

Voltando às observações de Silva Melo, o cientista, em sua viagem da década de 1950, já observava construções nas proximidades das praias e das belezas naturais. Suas observações o levaram a escrever palavras revoltadas em tom de apelo e desabafo. Na praia iniciavam-se a edificação de vilas e a extração de pedras e de outros minerais para utilização na construção de um clube²⁸ em um pedaço de rochedo que se projeta mar adentro, fazendo ainda mais charmoso o litoral (MELO, 1971).

É mais do que estúpido, é uma ofensa e um desacato! Arranquem o clube dali e plantem-no em qualquer outra parte, ao lado de outros prédios das praias gloriosas, onde seus membros também poderão dançar beber aperitivos. Estragar, porém, a natureza, a grandiosa beleza de Guarapari, mais bela que a Côte D' Azur, única no mundo pelo seu mar e suas areias radioativas, isso é que não está certo nem pode ser tolerado (MELLO, 1971, p. 56).

Melo afirma que, àquela altura, “[...] o jogo já invadiu a cidade” (MELO, 1971, p. 56), outro elemento que afirma que somente Ihe iria prejudicar. Posteriormente, ele fala do novo hotel que, embora tenha considerado excelente, tentava imitar a rotina internacional, desprezando as qualidades locais. Encerra conclamando as pessoas a visitarem a cidade antes que *Os Bárbaros* e *Vândalos* completem sua destruição (MELO, 1971).

²⁸ O Clube mencionado por Silva Melo é o Siribeira late Clube. Teve, em sua história, períodos em que fora muito concorrido e ser sócio dele significava pertencer a um seletto grupo social. Os bailes realizados eram muito concorridos e agitavam a cidade. Hoje o clube está decadente e acumula dívidas e tentativas frustradas de se reerguer.

Figura 22 – Praia da Areia Preta repleta de turistas. A construção ao fundo é o Clube Siribeira.

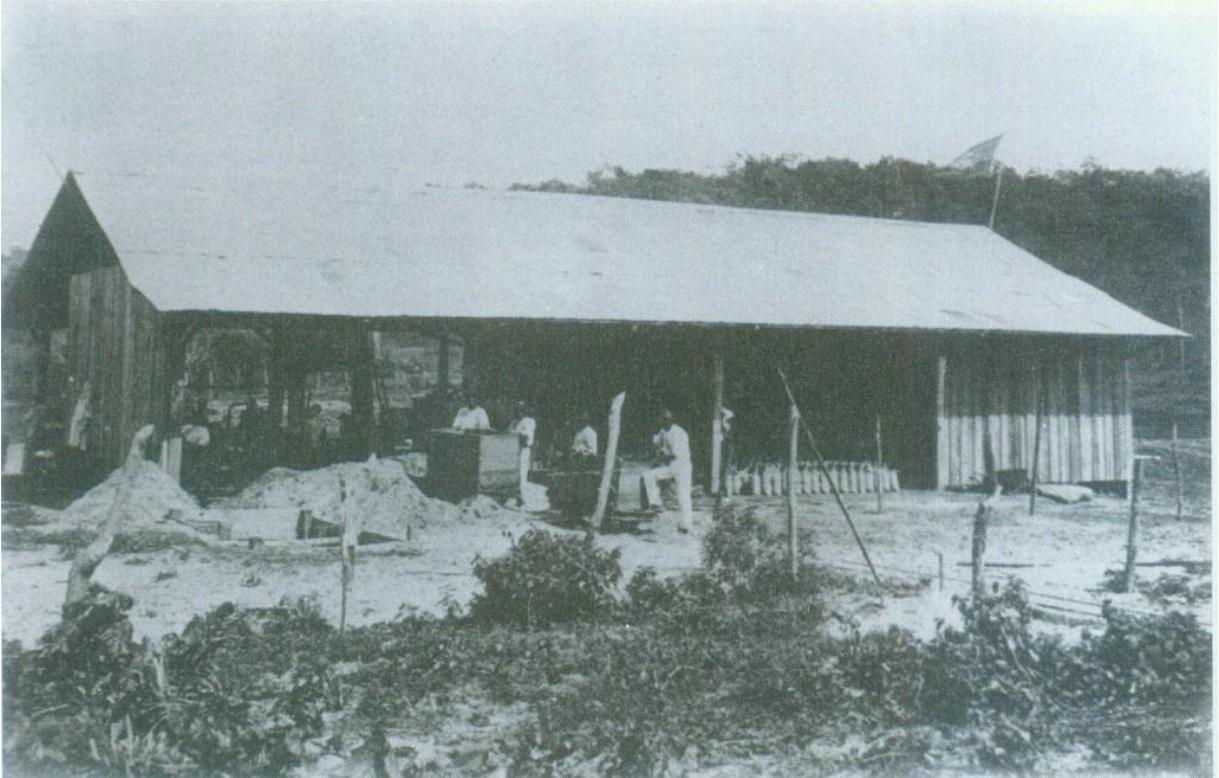


Fonte: foto divulgada em grupos de WhatsApp da cidade, sem menção à fonte.

O descontentamento de Silva Melo e seus desabafos vão descortinar outras páginas da história guarapariense. Tais páginas têm, como pano de fundo, a MIBRA e o Radium Hotel. Estava, naquele período, em franco funcionamento a empresa responsável pela extração de areias monazíticas e outros minérios destinados à exportação. Também o novo hotel estava funcionando a todo vapor, atraindo gente de toda a parte para usufruir de suas instalações, apreciar as belezas naturais da cidade e divertir-se com os jogos de seu cassino.

A história da exploração das areias monazíticas no Brasil merece um trabalho específico, mas em Guarapari elas foram descobertas em 1898 e, conforme mencionado, em 1906, foi instalada a *Societê Minière et industrielle Franco – Bresilienne*, que posteriormente deu lugar a MIBRA, Monazita Ilmenita do Brasil.

Figura 23 – Galpões da Inaremo, destinados ao depósito e separação das areias monazíticas.



Fonte: Foto encontrada na reportagem de GazetaOnline citada nas referências do presente trabalho e disponível em <https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>

Sua operação durou até meados dos anos 1960, quando o governo começou a taxar suas atividades. É interessante observar que os proprietários simplesmente abandonaram tudo e foram embora. O Prefeito Graciano Espíndula Filho (1983/1988) proibiu a extração das areias nas praias da cidade (BUENO, 2011).

Figura 24 – Recorte de Jornal da época em que Graciano Espíndula proibiu a extrações das areias monazíticas em Guarapari.



Foto encontrada na reportagem de GazetaOnline citada nas referências do presente trabalho e disponível em <https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>

Conforme Silva Melo (1971) já apontava, tais atividades extrativistas foram significativas para a formação da paisagem urbana e social da cidade em estudo. Todas as mudanças que o cientista observou podem ter sido desencadeadas também por tamanha exploração mineral no litoral Guarapariense.

Figura 25 – Registro da extração de areias nas praias de Guarapari. O transporte era feito em burros até os galpões da MIBRA.



Fonte: LOPES & BOURGUIGNON, 2015²⁹

²⁹ Disponível em: <https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>

Circula na cidade um relato de que a areia monazítica de Guarapari foi usada para a produção da bomba que caiu sobre a cidade japonesa de Hiroshima, em 1945. Verdade ou não, é fato que a extração de areias monazíticas, que foi a principal atividade econômica e pautou a cena política da cidade, na verdade, era clandestina em sua maior parte, conforme concluiu a CPI da Energia Atômica em 1956.

Graciano tentou impedir a extração de areias monazíticas com uma lei municipal, mas quem deu a resposta final quanto à situação foi a Justiça Federal. Depois de uma batalha judicial, a Nuclebrás alegou que o trabalho em Guarapari era estratégico para os interesses nacionais. Segundo as informações da época, a cidade era responsável por 20% de toda a produção de minerais pesados do Brasil. A empresa pôde explorar as areias de Guarapari por mais 3 anos, e as atividades foram encerradas definitivamente em 1986 (LOPES & BOURGUIGNON, 2015).

A partir de então, Guarapari colocou em prática uma política de turismo voltada para a popularização de sua fama de Cidade Saúde e passou a receber muitos turistas interessados em suas areias medicinais e em diversão em seus cassinos. E, durante muito tempo, foi essa a atividade econômica mais importante da cidade.

3.3. UM DESTINO PARADISIÁCO E DE PORTE INTERNACIONAL

Desde que se escreveu sobre Guarapari pela primeira vez, e possivelmente desde os seus primeiros relatos orais, a localidade foi lembrada por suas belezas naturais. A repercussão dos escritos de Silva Melo e as extrações de minerais deram outros contornos à cidade. Se antes a vilazinha de pescadores vivia no ritmo próprio de uma cidade interiorana, começou a surgir uma rede hoteleira voltada para o atendimento aos turistas e empresários que vinham à cidade para desfrutar de suas belezas e seus potenciais.

Dentre os estabelecimentos que surgiram, deve-se destacar o Radium Hotel, onde as elites capixabas e de outros estados podiam aproveitar as belezas naturais de Guarapari, acompanhadas do padrão internacional de seus serviços e suas instalações, além da diversão em seu luxuoso cassino (LOPES & BOURGUIGNON, 2015). No período que se seguiu ao fim da exploração das areias, as atenções dos políticos guaraparienses se voltaram para a solidificação da cidade como um destino

turístico: naquela altura, já estava em funcionamento o afamado Hotel Cassino, inaugurado em 1953.

O prédio público que possui localização privilegiada, de frente para a afamada praia da Areia Preta, de extrema beleza e fama de terapêutico por suas areias radioativas fizeram com que uma empresa privada se interessasse em arrendá-lo. Foi o que de fato aconteceu: a empresa Bianchi de Hotéis e Turismo arrendou o prédio do estado por dez anos e depois por mais cinco (BUENO 2011).

Depois de arrendá-lo, a empresa transformou o hotel em um cassino de padrão internacional. O hotel ocupava um prédio de três pavimentos, contando com 37 apartamentos e 26 quartos, com um total de 140 leitos, tendo ainda duas suítes especiais para as autoridades. Também haviam dois salões: o de lazer e o salão de jogos³⁰. A área construída do prédio que abrigou o hotel é de 2.100 m² e a área útil é de 8.796 m².

Figura 26 – Vista parcial do Radium Hotel e de sua área externa



Fonte: arquivo pessoal

³⁰ Foi utilizada a expressão salão de jogos, mas o que funcionava no hotel era um cassino, que atendia não só aos hóspedes, mas também ao público local e a turistas hospedados em outros lugares.

Em 1946, por decisão do presidente Eurico Gaspar Dutra, pelo decreto-lei nº 92.215, os jogos de azar foram proibidos no Brasil. O cassino funcionou durante anos na clandestinidade, mesmo porque a proibição dos jogos somente foi cumprida em 1964 após o golpe militar. Bueno (2011) menciona que, “na época da glória”, as empresas Bianchi possuíam três aviões Douglas, com capacidade para até 22 passageiros cada, que ficavam à disposição dos hóspedes – principalmente dos jogadores. Comumente o dono do Hotel, Alberto Quatrini Bianchi, pagava despesas com hospedagem, comida e transporte para atrair os jogadores ao cassino.

Naquele período, turistas do mundo inteiro deixavam suas cidades e passavam até três meses no hotel em Guarapari, para tratar a saúde e jogar no cassino. Os aviões de Bianchi aterrissavam sexta-feira de manhã e decolavam segunda-feira às nove horas. Essa informação constante de diversos documentos, como nas atas da câmara municipal e mencionada por Bueno (2011), é de fundamental importância para esta pesquisa. Devo fixar a informação de que foi para “[...] atender a demanda do hotel que foram construídos o **aeroporto** e a ponte” (grifo nosso, BUENO, 2011, p. 91).

Figura 27 – Praia da Areia Preta já com o clube Siribeira na pedra. Vê-se o fluxo de turistas em suas areias.



Fonte: Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves.³¹

A cidade guardava características pacatas e interioranas, mas também era negligenciada pelas autoridades. Voltando aos desabafos do cientista Silva Melo, encontramos a seguinte passagem:

³¹ Foto da década de 1950. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/11948>.

Pois bem, apesar de todos esses recursos naturais, do excepcional de sua situação, do surpreendente das suas perspectivas, lá está Guarapari, ignorada e abandonada, desconhecida da população e do governo, esperando o milagre que tão facilmente pode torná-la numa das grandes maravilhas da nossa terra (MELO, 1971, p. 53).

Somente em 1962 foi inaugurada a “luz da Escelsa”, com uma produção de 1000 KW. Marcou a solenidade de inauguração uma dramatização, foi montado um cenário de maternidade em cima da carroceria de um caminhão; na porta, Dona Conceição Teixeira, parteira famosa, simbolizando o nascer de uma criança (BUENO, 2011). Antes daquela data, a energia da cidade era fornecida por geradores que produziam 300 KW. Havia lâmpadas penduradas que pouco iluminavam, “[...] pareciam uma brasa pendurada. [...] podia-se contemplar um lindo céu estrelado e as mais belas noites de lua cheia” (BUENO, 2011, p. 66).

A distribuição de energia elétrica pela empresa Escelsa situa-se no contexto de viabilização do projeto industrializante empreendido no estado do Espírito Santo e que, conforme discutido nos capítulos anteriores, foi fator preponderante no surgimento do novo contexto urbano no qual Guarapari se inseriu. Ribeiro (2013) aponta que a discussão sobre a produção e distribuição de energia elétrica era pauta do congresso e que a criação da Eletrobrás era discutida entre 1952 a 1962. No entanto, foi ao fim de 1964, já com o Brasil sob o regime autoritário, que os militares decidiram comprar todas as empresas do grupo AMFORP e proveram a estruturação da Eletrobrás.

Em determinado ponto, a desobediência à lei que proibia os jogos de azar passou a não ser mais tolerada e o governo se negou a renovar o contrato com as empresas Bianchi – os cassinos foram fechados e o hotel passou a ser administrado pela Empresa Capixaba de Turismo, a EMCATUR. O hotel entrou em decadência até ser interdito pelos bombeiros em 1992.

Após esse período, o prédio do Radium Hotel passou a sofrer vandalismos e depredações, foi lacrado pela justiça e colocado a leilão. O evento deveria acontecer no dia 25 de junho de 1998, mas existiam muitas dívidas trabalhistas – naquele período, eram 10 ações judiciais, movidas por 61 ex-funcionários da EMCATUR. O prédio foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura como Patrimônio Histórico Cultural, em 1998, mas foi penhorado pela Justiça do Trabalho para garantir o pagamento das dívidas (BUENO, 2011).

As narrativas e anotações de Silva Melo sobre o desenvolvimento de Guarapari me revelam indícios de que tal desenvolvimento veio acompanhado de um grau elevado de esquecimento ou silenciamento de suas características fundamentais, bem como do abandono de sua organização social. Nessa direção, as informações encontradas na pesquisa indicam que o interesse por transformar a cidade em um destino internacional pode ter abafado a importância daquilo que era local.

A cidade pacata e bucólica é descrita com saudade por Serrano (1991), que descreve o cotidiano da vila quando a conheceu, mencionando as casas térreas sem jardins, que permitiam aos transeuntes avistar a sala de visitas sem qualquer indiscrição, a cidade que se embalava ao som dos bilros das rendeiras e de suas canções, assim como das canções dos pescadores que voltavam felizes de seus trabalhos contando suas façanhas e aventuras.

É possível inclusive que o próprio Radium Hotel e seus serviços tenham influenciado diretamente em muitas mudanças, conforme observou o cientista Silva Melo:

O novo hotel é excelente, mas segue a rotina internacional, dando ao cliente aquela mesma comida que é servida no Rio de Janeiro ou em Cartagena, na Suíça ou nos confins dos Estados Unidos. Lá comemos creme de aspargos e, por diversas vezes, a sobremesa foi “pêche melba”. Mesmo o bacalhau com pimentão apareceu naquela praia tão piscosa. Não vimos o feijão, o angu, as comidas de milho, o aipim, os mariscos da terra. Mesmo os peixes daqueles mares apareciam disfarçados em pratos estrangeiros, de feitiço internacional (MELO, 1971, p. 57).

Melo (1971) continua explicando que o clima no Brasil favorece o turismo relacionado às suas belas praias. Em um trecho de seu texto, assim escreve: “[...] foi a primeira vez que estive em Guarapari no inverno, em pleno inverno, sendo a temperatura deliciosa para os banhos de mar e de sol” (MELO, 1971, p. 57). Segundo o autor, em Guarapari todos esses fatores proporcionaram uma atração indiscutível sobre os turistas, posto que a cidade é fresca no verão e não é fria no inverno (MELO, 1971).

A evolução populacional de Guarapari aconteceu de maneira muito semelhante ao restante da Região Metropolitana da Grande Vitória. Além do crescimento natural da população, fluxos migratórios diversos foram alterando a paisagem urbana. No caso de Guarapari, exerceram um papel significativo os

turistas que resolviam fixar residência na localidade e a chegada de muitos trabalhadores para o turismo e para a infraestrutura da cidade (HOFFMAN, 2005).

Figura 28 – Vista da Praia da Areia Preta atualmente³².



Fonte: arquivo pessoal.³³

Foi nesse contexto que a construção civil virou uma indústria na cidade. Seu crescimento, motivado pela especulação imobiliária e pela degradação ambiental travestida de progresso, foi fator preponderante na modificação do cenário social, econômico e até paisagístico da cidade.

Em 31 de janeiro de 1983, tomaram posse o Sr. Graciano Espíndula Filho e seu vice Manuel Duarte Matos, que cumpriram um mandato de seis anos, até o dia 01/01/1989. Esse foi um prefeito que se destacou e fez muitas modificações na forma como seus antecessores vinham governando, principalmente com a modernização da cobrança de impostos e com uma necessária preocupação com o ordenamento urbano (BUENO, 2011).

Foram Graciano e sua equipe que transformaram o que era uma “invasão” em um bairro planejado. No entanto, provavelmente não ponderaram os destinos e desdobramentos dessa atitude. Procurei contá-las partindo das narrativas das pessoas envolvidas: como elas perceberam o surgimento do bairro, qual função dele no contexto da cidade e como ele está no presente da história.

Conforme já mencionado, o município contava com 24.105 habitantes em 1970, e com 60.768 habitantes em 1990 – a diferença numérica da população no recorte inicial e final da presente pesquisa, por si só, pode ser apresentada como

³³ Essa foto foi retirada no inverno, em um dia de mar em ressaca, e mesmo assim é possível perceber a presença de turistas desfrutando das áreas pretas da praia.

justificativa da relação *estabelecidos-outsiders* que se estabeleceu. A tudo isso associada a origem dos migrantes e o contexto de empobrecimento motivado pelo processo de industrialização a que foi submetido o Espírito Santo no mesmo período.

Elias (2000) apontou que a estigmatização dos *outsiders* exhibe alguns traços comuns numa vasta gama de relações baseadas neste binômio *estabelecidos-outsiders*. Em Guarapari, a antecedência de assentamento e o contexto em que os novos habitantes chegavam levaram ao estabelecimento dessa relação, inclusive com o cerramento de fileiras para garantir a manutenção dos grupos de poder anteriormente existentes. Percebe-se que, no caso do bairro Adalberto Simão Nader, até a categoria “baiano” foi utilizada para reafirmar a anomia atribuída aos cidadãos pobres que ocuparam o Morro do Céu, foram transferidos para as Malvinas e depois assentados no novo bairro.

Hoje o bairro é outro, o crescimento populacional e estrutural é visível. “Hoje tem tudo de alvenaria, uns predinhos”, aponta Eduardo Ribeiro (2019), que acrescenta que hoje existem outros “interessados em morar no bairro” que, com o crescimento da cidade, o bairro ficou quase central, “bem pertinho de tudo, tem supermercado, escola, fórum, está tudo ali pertinho” (RIBEIRO, 2019).

Apontou ainda que “começou a ter uma procura de moradia naquele bairro e aí os mais antigos, talvez o sucessor, já vendia parte do lote ou o primeiro pavimento da casa para um terceiro, hoje está assim, misturado” (RIBEIRO, 2019). Ao transferir a população da ocupação para o terreno destinado ao bairro, a municipalidade não havia preparado toda a estrutura de um bairro, não havia um planejamento de como seria realizada a instalação dos equipamentos públicos. Existia apenas a reserva dos espaços.

Se você quer ter um bairro, mais ou menos organizado, há de ter uma associação, o futebol é o esporte universal, digamos, e a tendência então era criar um time de futebol, como tinha um espaço ali, porque o bairro foi projetado de acordo com a legislação [...] (RIBEIRO, 2019).

O loteamento contava com 557 lotes e as medidas não eram as usuais, visto que os lotes foram medidos na menor fração que a legislação da época permitia para poder alocar o maior número possível de famílias. Segundo Eduardo, cerca de 200 famílias estavam assentadas na ocupação. Existia “a necessidade de ter lotes

na menor dimensão possível pela lei para você ter uma quantidade maior de lotes” (RIBEIRO, 2019).

A prefeitura providenciou o lugar, cedeu caminhões para a mudança..., mas “como construir as casas?”, questionou Dona Nair, ao relatar quão difícil foi o processo de instalação no novo bairro.

Deu os terreno, deu os terreno e as coisas pra fazer as casa, não tinha? Deram os terrenos e era pra nós fazer as casas. Fazer as casas com o quê? Que nós não tinha.

É, meu fio, quem me vê hoje, com esse barraquinho assim, não sabe como foi esse barraquinho aqui, foi carregando aquelas madeiras. Se eu falar pra você que eu peguei peso nessas costas todo santo dia era oito, nove, dez viagens e madeira velha carregada dos lotes dos outros.

Na Praia do Morro, já tinha muito lote que já tinha feito aqueles prédios bacana, né? Aqueles restos de madeira nós pedia e ia carregar aqueles pedaço de madeira nas costas pra poder fazer as casas pra poder morar. Foi muito dolorido! Foi muito doído. Essas casas nossa foi muito sofrido! (SOUZA, 2019).

A comunidade foi rápida em ocupar os espaços: o time de futebol logo se organizou, a associação também. Márcio Pinheiro lembrou da articulação de certa pessoa, de nome Narbal de Paula Coutinho, que encarava a organização comunitária como uma missão.

A organização da sociedade é interessante. Eles têm uma associação de moradores, já há muito tempo. Desencadeada por Narbal de Paula Coutinho, hoje saudoso, em que viabilizou uma luta incansável para que aquela associação tivesse a sua criação. Eu me recordo perfeitamente de que foi estabelecida também a comunidade esportiva, que hoje ali abriga duas ou três agremiações esportivas (PINHEIRO, 2019).

A sociedade civil, por meio dos movimentos populares³⁴, tem feito muito pela população invisível e suas iniciativas precisam ganhar mais visibilidade. Organizar associações, fazer festas, organizar o time de futebol e outras atividades fazem parte do estabelecimento da comunidade. A depender da interpretação de quem realmente está inserido nos bolsões de pobreza e de quem realmente trabalha para uma transformação da realidade de exclusão social da periferia, o discurso xenofóbico que divide o Espírito Santo entre *estabelecidos* e *outsiders* já estaria em um processo adiantado de superação (ARAUJO; RAMOS, 1999).

³⁴ Neste ponto, a pesquisa pode avançar ou se desdobrar para compreender diversos aspectos do contraponto que os movimentos populares e até religiosos tem feito à política do estado. Com o devido destaque aos fóruns e diversos grupos de Direitos Humanos.

A colaboração de Narbal de Paula Coutinho é reconhecida. É indício de que os movimentos populares se preocuparam com a comunidade nascente. Mas os verdadeiros protagonistas dessa história são os próprios moradores. Carregando suas tábuas e lajotas, fazendo mutirão, celebrando a vida, organizando o time, fazendo a associação acontecer. Gilmar Alves da Silva, que na época já se interessava por acompanhar os acontecimentos políticos, contou-nos que Dona Elizete foi quem iniciou a associação de moradores.

A primeira presidente de bairro foi dona Elizete. Tentou várias vezes politicamente se eleger a vereadora, mas não conseguiu, até por força de entendimento político. Foi ela quem trouxe os baianos. Veio um ou dois baianos, naquela fase de transição de bairro.

Teve uma parte que não era pra ser loteada e acabou que ela cedeu pra esse pessoal, pra ver se ela conseguia se eleger, mas não conseguiu. Onde era a horta comunitária, onde era as partes físicas de um terreno, na verdade foi projetado aquele terreno pro Adalberto.

Essas partes que seriam da comunidade foram invadidas na época. Porque ela idealizou ser vereadora e pra ela seria melhor ocupar essas áreas a troca do voto, que não aconteceu. Então o bairro cresceu um pouco desordenado na verdade, né, ordenado no seu contexto mais internamente desordenado naquilo que seria da área pública, da comunidade (SILVA, 2020).

José Raimundo Dantas não recordou o nome de Elizete, mas lembrou de sua candidatura a vereadora.

E ali tinha uma menina que foi candidata a vereadora e o marido dela faleceu. No começo do bairro Adalberto, do lado direito. Eles fizeram até uma banca de verdura lá, mas eu esqueço o nome dela agora, era uma líder comunitária e o marido dela também e ali tinha uma grande criação de peixe ali. Logo onde é o colégio hoje, especificamente (DANTAS, 2019).

Ao analisar os movimentos populares de moradia em São Paulo e sua luta por reforma urbana durante a elaboração da constituição de 1988, Robson Laverdi (1999), esclarece que, na década de 1980 a, chamada **questão urbana** ganhou foros de problema nacional, mesmo porque tal bandeira foi assumida por diversos movimentos populares que se articularam por todo o país.

Laverdi (1999) continua analisando que, naquele contexto, estavam em evidência movimentos populares de creches, mutuários do BNH, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes, movimentos autogestionários e outros. E ainda, embora tenham constituído um campo heterogêneo de reivindicações, tinham em comum denúncias

sobres os graves problemas da moradia. Sua luta era não apenas por acesso, mas igualmente por condições dignas de vida na cidade.

Naquele período, se constituía, em Guarapari/ES, um novo modelo de cidade, em conformidade com o movimento experimentado em todo o país, era a transição de um modelo rural para um modelo urbano. O cotidiano de precariedade acompanhou e marcou esse processo de construção da cidade. Marli Almeida conta que, quando recebeu seu terreno, teve que deixar a ocupação do aeródromo e, com as mesmas tábuas da casa de lá, começou sua construção no Adalberto Simão Nader. Revelando que destinar a população para o espaço reservado ao novo bairro foi quase que a única participação do poder público.

Deu os terrenos, entendeu, que era matagal. Era muito mato! Tudo cheio de mato. Lá em baixo eu tinha uma casa que era de tábua aí, como estava recém-chegado, tirou a parede e foi colando. Agora, quem já tinha casa de lajota teve que começar tudo do zero. Entendeu? Que ele simplesmente deu só o terreno (ALMEIDA, 2019).

Não existia água, luz ou saneamento nos imóveis. As pessoas que foram colocadas nos lotes tiveram que requerer individualmente ou fazer às próprias expensas o que precisavam. “Ali todo mundo tinha fossa”, explicou Dantas ao descrever como eram as instalações do novo bairro (DANTAS, 2019).

Não, porque não tinha nada, era só mato, de acordo que a gente foi chegando aí passou a água, aí depois passou a luz, aí cada um foi requerendo o seu. No caso eu ia lá fazia o pedido na CESAN o pedido da água, eu ia lá e fazia o pedido da luz e assim por diante (ALMEIDA, 2019).

O bairro foi se construindo pelo esforço dos moradores, hoje é uma das maiores aglomerações urbanas de Guarapari e, como bem assentou Eduardo José Ribeiro (2019), “tem uma escola boa, tem igreja, inclusive mais de uma, e tem o comércio local bem montado, tem uma estrutura boa, acabou ficando bom”. Nem tudo está pronto, “tem uns lugares que o esgoto está meio que aparente, mas são meia dúzias de lotes, o restante está tudo drenado, com esgotamento, com iluminação pública, com tudo, tudo asfaltado” (RIBEIRO, 2019).

Figura 29 – Vista da parte interna do bairro. À frente, o lugar conhecido pelos moradores como “baixada”³⁵.



Fonte: arquivo pessoal

Sobre a origem dos moradores, Gilmar Alves da Silva revelou que eram de várias partes de Guarapari, sendo a minoria de outros municípios. Partindo dos ocupantes do Morro do Céu, foi recordando pessoas e origens:

A maioria Guarapari. A maioria era aqui de Guarapari! Poucas pessoas de fora! A não ser a família do seu Chico, que veio do Ceará.

Para as Malvinas... é... primeiro veio a lista das pessoas que moravam no Morro do Céu. Depois vieram outras pessoas das ocupações em outros lugares da cidade. Que aí o Benedito Lyra chamou todo o pessoal pra lá. E depois vieram os oportunistas, que são da própria área de Guarapari que se apropriaram de um terreninho pra pegar lá. Pessoal do Aeroporto, pessoal de Kubistchek...

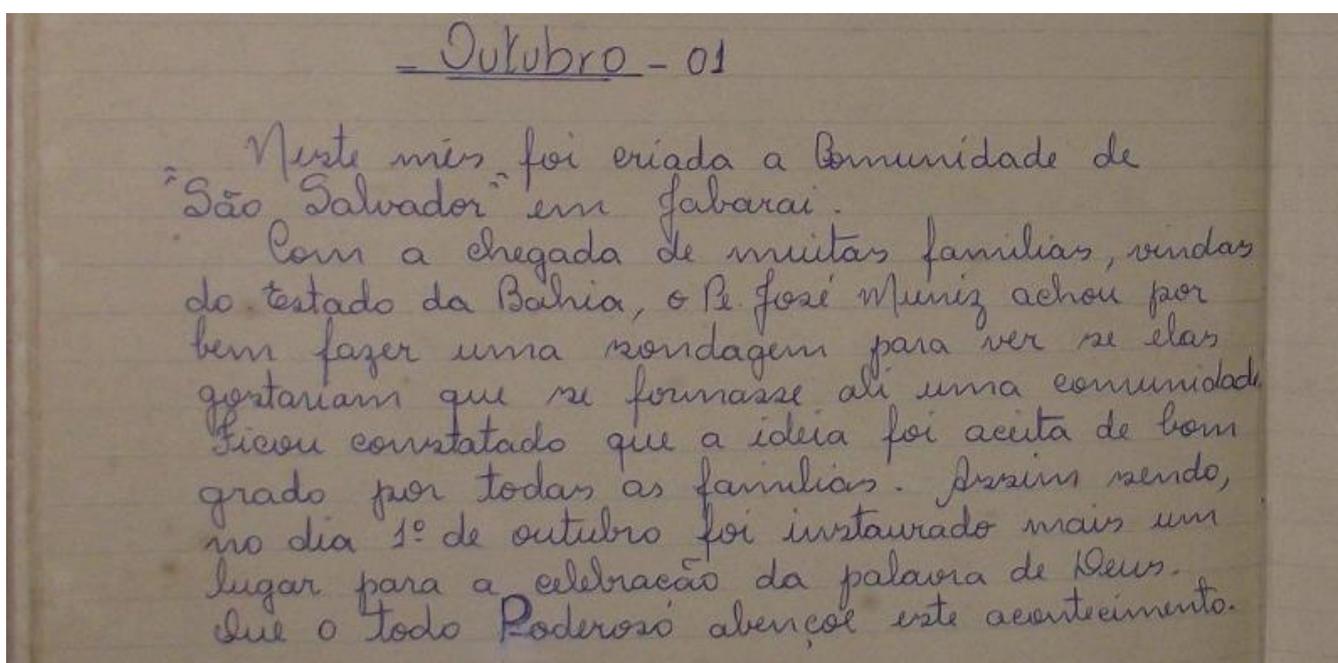
Tinha os baianos, mas eram poucos os baianos que tinham. Muito poucos baianos. Tinha mais nordestino, na verdade, do que baiano.

Cearense, tanto que seu Miguel da Patrol, se aposentou agora, ele foi um percussor da família dele aqui em Guarapari, se ver a rua “J” lá é tudo, a maioria, é família dele. Então, quer dizer, muita gente de fora sem ser os baianos, os baianos vieram depois de ter constituído Adalberto Simão Nader, em que foi trazido não sei quantas mil pessoas pra poder pegar e justamente a troco de voto. E que uma parte que não era nem pra ser construído, uma parte do Adalberto Simão Nader foi invadido por essas pessoas (SILVA, 2020).

³⁵ Foto registrada em uma das visitas ao bairro durante a realização da pesquisa de campo.

Gilmar Alves da Silva de fato tem razão, recorrendo ao paradigma de pesquisa, o indiciário de Ginzburg, pode encontrar indícios de que a ocupação do Morro do Céu se deu em 1982 e que o Bairro Adalberto Simão Nader foi constituído em 1986. O principal documento encontrado relatando a chegada de uma grande massa de migrantes oriundos da Bahia para Guarapari é datado de outubro de 1990, em que o padre da Cidade consulta uma parcela da população sobre a criação de uma comunidade e anota que eram muitos os recém-chegados, principalmente vindos da Bahia.

Figura 30 – Trecho do livro de tombos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapari.



Fonte: arquivo pessoal

Como se pode constatar, essa não era a Igreja existente no bairro Adalberto Simão Nader. Quanto à atuação da Igreja Católica no Bairro Adalberto, encontramos, no mesmo documento, a existência da Comunidade Eclesial de Base Nossa Senhora das Graças, existente até hoje. O livro de tombos indica que ela foi inaugurada e abençoada em 08 de dezembro de 1987, apenas um ano após a fundação do bairro. O responsável pelo início das atividades com o povo foi o Padre José Muniz³⁶.

Os indícios recolhidos apontam que os baianos e seus descendentes, moradores do bairro Adalberto Simão Nader, sejam oriundos de fluxo migratório

³⁶ Livro de Tombos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, Cúria Metropolitana de Vitória, BR.CMV.ADM.L.180. p. 92-93

posterior ao pesquisado. Escrever sobre a relação entre os grupos humanos e a terra é falar sobre a forma como o homem se apropria da natureza e dos espaços; é entender as relações de posse e de propriedade e o que elas significam nas concepções de *estabelecidos* e *outsiders*; é estudar relações de poder, de domínio, de mando e de soberania. Por outro lado, é também estudar como esses territórios ocupados são nomeados, como suas fronteiras são estabelecidas e como é simbolizada a separação espacial, especialmente na relação com os grupos vizinhos, não raras vezes identificados como rival (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012).

Para Gilmar Alves da Silva, embora o bairro Adalberto Simão Nader tenha recebido muitos baianos, isso não faz do bairro uma Nova Bahia e essa afirmação pretende, na verdade, espalhar para todas pessoas do bairro um preconceito que existe contra os baianos.

Não, o Adalberto não é uma nova Bahia.

Na verdade, a mente das pessoas que vieram da Bahia eles não conseguem ou não conseguiram ainda captar a realidade do que é o povo capixaba.

Então a cultura que eles trouxeram de lá, na mente deles, continua ainda. Só que com menos intensidade, porque aqui a cultura não é totalmente baiana, então o choque de cultura capixaba e baiana elas se misturam muito.

Tanto que teve gente que veio de lá pra cá só com a malinha de roupa, hoje o cara é empresário, tem casa de três, quatro, andares tem mais duas ou três propriedades, então, quer dizer, mostrou pra ele que aquela cultura de roça, onde eles sobreviviam com pouca coisa, aqui foi diferente. Então eles começaram a se adequar ao povo capixaba também (SILVA, 2020).

A fala de Gilmar Alves da Silva, explica que muitos baianos que vieram com pouco ou nada, aqui foram vencedores e conseguiram constituir patrimônio, mas que, mesmo assim, não são considerados capixabas. Para nossa testemunha no bairro, após 1990 realmente passaram a residir muitos baianos.

Tem, tem muito baiano morando lá. A gente tem um lugar lá chamado Rabo da Gata, esse lugar foi o local onde dona Elizete colocou esse pessoal que veio de lá, então lá é predominante o pessoal da Bahia.

Tanto que tem até um projeto que eu encaminhei pra secretaria de cultura e turismo de pintar as casas tipo pelourinho, pra fazer de ponto turístico. Então, o que acontece, eu tive na Bahia ali na passarela do alto ali.... ai, esqueci o nome do lugar, eu vi lá as casinhas como eram, uma de uma cor, outra de outra cor, então, quer dizer, a gente ia fazer o quê: rebocar as casas em sistema de mutirão pra quem não tivesse condição de fazer e fazer tipo pelourinho e aí trazer atrações, como o bloco carnavalesco Rabo da Gata que a gente estava montando.

Na verdade, a gente montou, mas não fomos à frente, que é muita coisa, a gente pegar e trazer essas atrações tipo Olodum, entendeu. Para visitação das pessoas e o prefeito endoidou, vamos fazer, vamos fazer, mas não sai do papel, entendeu (SILVA, 2020).

Gilmar Alves da Silva explica a diferenciação cultural a que se refere:

A nossa tradição aqui de Guarapari é muito mais pacífica do que a deles, n . Eles têm uma questão religiosa muito mais forte do que a nossa. Eu acho!

Então a cultura deles l  de São João, eles levam muito mais a sério, tanto que tem até excursão pra lá pra Bahia. Ainda tem excursão pra Bahia, pra Lapa, pra Aparecida, coisa que pra nós aqui não tinha de sair pra Lapa, pra Bahia, tinha assim festa junina, mas não da forma que eles gostam de fazer.

Olha, l  no bairro acabou esta junina porque da violência, n , e pelas gestões que foram deixando morrer a história. Mas de vez em quando o pessoal l  do Rabo da Gata organiza uma fogueira, mas é aquele negócio, como o bairro ultimamente ficou muito violento, até isso ai morreu, então faz uma fogueirinha, mas não tem aquela brincadeira de quadrilha, daquela música não tem mais, acabou isso.

Antigamente tinha e muito tem até um pessoal l  que queria reviver isso, mas, aquele negócio, a gente procura muito trabalhar com as polícias, n , então você vai levar isso pra polícia militar, para um plano de segurança. Adalberto Simão Nader só tem duas entradas, olha só, Adalberto só tem duas entradas, é um bairro totalmente cercado. Serviria pra Guarapari um projeto piloto de segurança pública ao qual seria um espelho, de repente até estadual, mas, na mente das pessoas que gerem isso aí, eles não conseguem fazer, eu já levei as alternativas quando eu sentei com um cara bom aqui pra fazer, eles tiraram o cara de Guarapari, entendeu. E falou "p , ideia boa vamos trabalhar nisso aí pra ver o que acontece". No Adalberto, a gente faz isso e quem sabe não consegue levar pra outro bairro (SILVA, 2020).

O que se percebe na fala de Gilmar Alves da Silva   que está presente uma grave preocupação com a violência. Por outro lado, na percepção dos envolvidos com a gestão, o povo mais pobre não   partícipe na construção de solução, mas   causador da violência – eles são os ruins da porção pior da sociedade local (ELIAS, 2000). Matos (2011) aponta que Guarapari se caracterizou como um espaço altamente excludente, onde, na maior parte do território, mais de 33% da população não possui rendimentos ou, se os possuem, são resultado de trabalhos informais.

Por sua própria natureza, a migração é um processo demarcador da desigualdade ao tratarmos de desenvolvimento. Nele "o fator 'expulsão' dos países pobres é mais forte do que o fator de 'atração' das sociedades pós-industriais e tecnologicamente avançadas" (SILVA, 2014, p. 21). Mesmo que nosso estudo esteja voltado para os fluxos internos, são válidas as afirmações, especialmente quando

apontam que “o movimento global do capital é geralmente muito mais livre que a violabilidade do trabalho” (SILVA, 2014, p. 21).

É necessário compreender como a oligarquia empresarial que domina o cenário político no Espírito Santo, na medida em que reforça o dualismo entre *estabelecidos* e *outsiders*³⁷, apoiada pela mídia que reforça seu discurso, justifica a segregação social que se reflete na divisão geográfica das cidades, na má distribuição de renda e na aplicação das políticas públicas, o que termina por destruir o sonho de vida melhor que motiva os fluxos migratórios ao longo da história humana (DADALTO; RODRIGUES, 2014).

Assim como Dadalto e Rodrigues (2014) analisaram na Grande Vitória, consideramos “baiano”, no caso do bairro Adalberto Simão Nader uma categoria utilizada para representar a parcela pobre dos migrantes recepcionados a partir da segunda metade do século XX, independentemente de sua real naturalidade. Não é incomum verificar que, por causa dessa relação de submissão do grupo *outsider*, algumas pessoas naturais do estado da Bahia neguem sua origem. Elias aponta que “com frequência, os próprios nomes dos grupos que estão em uma situação de *outsiders* trazem em si, até mesmo para os ouvidos de seus membros, implicações de inferioridade e desonra” (2000, p. 27).

Uma questão que se colocou foi o motivo pelo qual o nome Adalberto Simão Nader foi escolhido. Em nenhum momento essa pessoa foi citada pelos moradores. Não ocupou nenhum cargo político no município. Eduardo José Ribeiro foi o primeiro a apresentar uma justificativa para a escolha do nome:

O nome Adalberto Simão Nader ele veio em função de...
Bom, nomes de ruas, de praças, de bairros etc... É em função de indicação de Câmara Municipal.

E o Adalberto Simão Nader, é por acaso o nome do cunhado de Hugo Borges, que era deputado, chegou embora que em poucos dias, como era presidente da Assembleia Legislativa a ocupar o cargo de governador do Estado.

Possuía um monte de admiradores, um monte de parentes dentro da câmara. E o nome surgiu. Se você for ao Espírito Santo, você vai ver meia dúzia de ruas, praças e não sei o que com o nome Adalberto Simão Nader, porque ele foi uma figura importante no estado.

³⁷ Aqui se faz menção indireta ao texto posteriormente citado, *Migração e Violência: O “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo*. Um dos resultados da ampla pesquisa sobre migrações que vem sendo realizada pela Universidade Federal do Espírito Santo. No referido artigo, escrevem as professoras Maria Cristina Dadalto e Márcia Barros Ferreira Rodrigues. Vale ressaltar que o artigo é muito citado, porque foi através de uma leitura desinteressada daquele material que toda a pesquisa foi concebida.

Ele foi! O Simão foi! O Solon Borges Marques e o próprio Hugo, enfim uma série de pessoas dessa família, que acabaram gerando nome para rua, praça (RIBEIRO, 2019).

Então o nome não guarda relação com a história do bairro em si, foi uma homenagem a um político da época, cunhado de um ex-prefeito, que era deputado no período. No entanto, vale registrar que nenhum dos narradores havia mencionado qualquer ligação entre o patrono e a comunidade.

Resolvi me aprofundar nessa relação e procurei Marco Antônio Nader Borges, que aceitou de bom grado contribuir com a construção dessa história oral. Ele testemunhou alguns aspectos sobre a escolha do nome do bairro ter recaído sobre seu tio.

Marco Antônio Nader Borges contou que seu tio fora político e tivera várias funções importantes, tendo conquistado, depois de algum tempo, um mandato de deputado federal. Ocorre que veio descansar uns dias na cidade de Guarapari e, tomando banho em uma de suas praias, contraiu hepatite. Foi essa a doença que o vitimou, levando à sua morte antes de tomar posse como deputado federal.

Figura 31 – Adalberto Simão Nader



Fonte: foto cedida por Marco Antônio Nader Borges.

Marco revelou que seu pai, Hugo Borges, já havia sido prefeito e presidido a Assembleia Legislativa, mas a homenagem foi uma gentileza do prefeito Graciano Espíndula Filho a seu irmão, Paulo Borges.

Paulo, meu irmão. Concorreu à prefeitura contra Graciano, mas a legislação eleitoral da época permitiu que Graciano fosse eleito, mesmo Paulo tendo sido mais votado que ele. Então, vendo que Paulo era popular e que tinha boa relação com as parcelas mais humildes da população, pediu que ajudasse a convencer as pessoas a saírem do Campo de Aviação e aceitarem a remoção para o novo bairro (BORGES, 2020).

O que garantiu a eleição de Graciano Espíndula Filho em 1982, não foi a conquista da maior parte do eleitorado, mas da maior parte dos votos válidos. A regra eleitoral vigente previa que, caso um eleitor votasse em candidatos de partidos diferentes, todos os votos seriam nulos. A mesma regra previa que todos os cargos eram submetidos ao escrutínio e votados separadamente. Assim muitos votos de Paulo Borges foram anulados, porque a população mais simples, com quem tinha mais contato, votava no candidato a vice-prefeito errado, revelou Marco Antônio Nader Borges.

Para facilitar o processo de remoção das famílias da ocupação com destino ao novo bairro, o prefeito Graciano Espíndula Filho se serviu dos préstimos do político mais popular e, como forma de reconhecimento, homenageou o tio de Paulo Borges ao batizar a localidade. Sobre a pessoa de Adalberto Simão Nader, consta, no site da Câmara dos Deputados, o seguinte texto:

Adalberto Simão Nader nasceu em Vitória no dia 17 de janeiro de 1932, filho de Félix Simão Nader e de Brígida Simão Nader.

Funcionário autárquico, elegeu-se em 1958 vereador à Câmara Municipal de sua cidade. No ano seguinte, ocupou a vice-presidência e, a partir de 1960, a presidência dessa casa. Em 1962 elegeu-se deputado à Assembléia Legislativa do Espírito Santo e, deixando a Câmara Municipal de Vitória em janeiro de 1963, assumiu no mês seguinte seu novo mandato. Em 1963 foi vice-presidente e, entre 1964 e 1965, presidente da Assembléia Legislativa capixaba.

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), concluindo o mandato de deputado estadual em janeiro de 1967. No pleito de novembro de 1970, elegeu-se deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do MDB, assumindo sua cadeira em fevereiro de 1971.

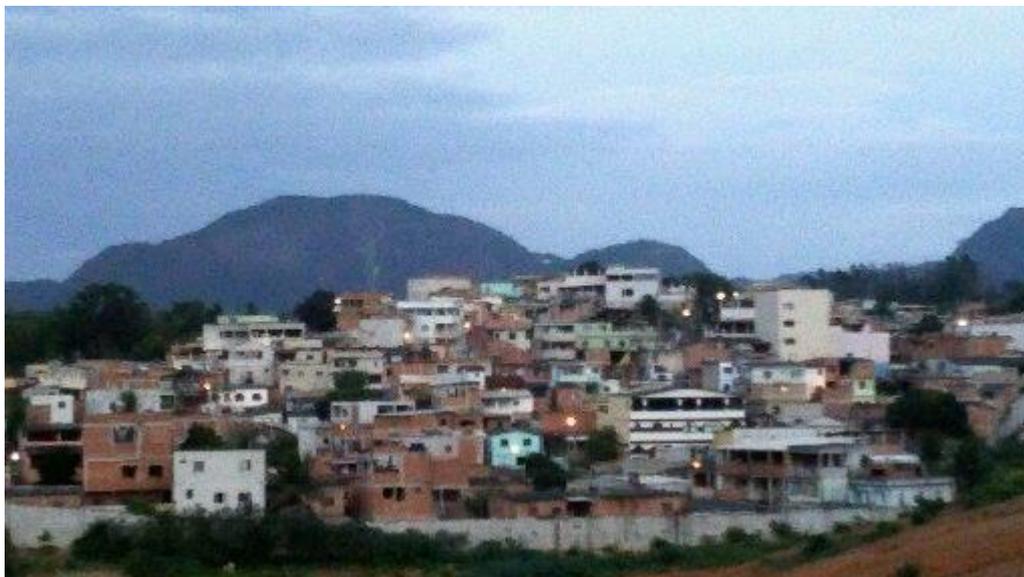
Faleceu em 8 de maio desse ano, em pleno exercício do mandato. Era casado com Elsa Filite Nader³⁸.

Independentemente do nome escolhido, se os ocupantes não poderiam ficar no aeródromo, serem deslocados para outro lugar – um bairro – significou, ao menos naquele momento, uma grande conquista. “É, nós não podia mais ficar lá,

³⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adalberto-simao-nader>

mais. Deu lugar pra nós morar. Foi, arrumou lugar, foi esse lugar aqui, deu carro pra puxar a mudança. Deu tudo arrumadinho. Cada um tinha seu terreno. Tinha muita gente! Muita gente!” (SOUZA, 2019).

Figura 32 – Vista parcial do bairro Adalberto Simão Nader.



Fonte: arquivo pessoal

O bairro não foi pensado para os baianos e nem todos os ocupantes do aeródromo eram originários da Bahia, mas existiam baianos na cidade. Apesar de existirem baianos na época, terem depois chegado mais baianos e ainda hoje eles chegarem, isso não foi determinante para que o Adalberto existisse.

Os primeiros que chegaram foi, digamos assim, pela demanda da construção civil. Talvez alguns tenham chegado antes e tenham ganhado conhecimento da demanda e aí tenham se comunicado. A comunicação normalmente era por carta, não tinha celular, não tinha coisa nenhuma. É a maioria que veio, veio de São Joao da Panelinha, veio de Camacan, era locais de atividades agrícolas, de plantio de cacau, esse tipo de coisa, então tinha lá uns barraquinhos de taipa, de pau a pique e aí cartinha pra lá dizendo: “aqui é melhor” (RIBEIRO, 2019).

Foi assim que, ao longo deste trabalho, me distanciei da preocupação inicial de discutir a relação entre os baianos e os guaraparienses e entendi que o processo que constrói essas complexas relações existentes na cidade está para além da origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a história de um bairro e do seu povo pode mudar drasticamente a forma de analisar as questões que se colocam na formação das cidades. Todo esse complexo de relações existentes em uma comunidade ganha especial destaque quando de certa forma o pesquisador está inserido no contexto daquilo que foi pesquisado. Na presente dissertação sobre o caso do Bairro Adalberto Simão Nader em Guarapari, foi possível rediscutir toda a hipótese, premissa inicial do projeto de pesquisa, e abrir o campo a descobertas de novas perspectivas.

As descobertas a que me refiro dizem respeito a forma como a sociedade guarapariense, como um todo, representou a mudança da organização social, ocorrida na segunda metade do século XX, quando a cidade deixou de ser pacata e rural para se transformar em um complexo urbano, com baixo desenvolvimento humano e social, apresentando os problemas de uma grande cidade.

Ao apresentar os resultados do que recolhi e a minha análise no corpo dessa dissertação, não consegui, e nem o pretendia, esgotar o complexo universo de realidades que moldaram e constituíram a cidade de Guarapari. No entanto, procurei, a partir da história do bairro Adalberto Simão Nader, iniciar a discussão sobre a compreensão de cidade e sociedade que se desenvolveu ao longo desses anos.

A construção do presente trabalho só foi possível graças à metodologia adotada, uma vez que o material recolhido e analisado sob a perspectiva da história oral permitiu trazer à tona questões anteriormente silenciadas pela versão oficial dos acontecimentos. Por outro lado, porque, ao privilegiar a narrativa dos moradores, foi possível analisar a motivação pela qual o bairro era representado como uma “nova Bahia” e como um lugar violento.

Ao historiar a cidade de Guarapari, sempre sob a minha perspectiva, e ao reler todos os eventos descritos ao longo deste trabalho, tive a oportunidade de me colocar no lugar de Marco Polo e do Imperador dos Tártaros, da obra de Ítalo Calvino. Existem muitos detalhes invisíveis nas cidades. Mesmo na construção do projeto que originou a presente pesquisa, muitos aspectos agora conhecidos estavam ausentes, não porque fossem inexistentes, mas porque o discurso oficial chegou mesmo a absorver-me na elaboração da hipótese e dos objetivos da pesquisa.

Embora tenha optado por não realizar uma análise sinóptica do *Caso do Bairro Adalberto Simão Nader em Guarapari* e do *Caso de Winston Parva de Os Estabelecidos e os Outsiders*, de Elias e Scotson, não significa que deixei de observar que exista, em Guarapari, um conflito entre população anteriormente assentada e outros grupos que chegavam posteriormente.

Contrário senso, essa relação naturalmente conflituosa foi revelada a cada parágrafo e a cada fala de cada personagem que compõe este vasto enredo. No entanto, o complexo Bairro Adalberto Simão Nader, analisado a partir de sua formação, revelou essa dinâmica. Como as camadas mais pobres da população vão sendo espoliadas de seus direitos mais básicos para que o lucro e lógica do capital não seja ameaçada.

E ainda como, na perspectiva de consolidar essa relação de divisão dos postos sociais, as narrativas e pontos de vista dos verdadeiros protagonistas da história são silenciados por uma narrativa oficial, que proporciona uma representação do real claramente destinada a manter cada qual no lugar que lhe foi reservado pelos detentores do poder.

Assim a história oral apresentada, tendo os relatos como sua principal fonte, mas servindo-se subsidiariamente de outras fontes, tem em seu escopo desempenhar o papel a que a micro-história se destina. Na presente dissertação, cedo o espaço para que os verdadeiros responsáveis pelo sucesso na luta que foi narrada digam quem desempenhou qual papel e como isso foi significado em suas vidas a ponto de formar suas identidades.

Segundo as informações que recebi das testemunhas da história do bairro Adalberto Simão Nader, tudo começou pela necessidade, alguns migrantes, especialmente oriundos da zona rural de Guarapari e de municípios vizinhos, mudaram-se para a cidade litorânea em busca de melhores oportunidades de trabalho. Ante a precariedade de moradia, surgiu a possibilidade de ocupar o Morro do Céu, como foi o caso da personagem Celi Alves. Como a terra da ocupação tinha dono e o estado obrigou os ocupantes a saírem, a intervenção do governador do estado junto ao prefeito fez com que eles fossem transferidos para as margens do aeródromo municipal.

Ao longo de algum tempo, o município foi destinando ocupantes de outras áreas para o mesmo lugar, bem como foram se associando a eles outros migrantes e até mesmo moradores de outras partes da cidade, interessados em lucrar com os terrenos ocupados. Essa foi a origem do lugar que, representado pela aparente desordem, ganhou o apelido indesejado de Malvinas.

Após incomodar muitos interesses relacionados ao turismo, e tendo a cidade se consolidado como importante destino de migrantes, um governante decide novamente transferir a ocupação, dessa vez para um bairro, em 1986. Ocorre que um bairro não se faz de espaços vazios e de planejamento e, após a remoção praticamente forçada, o cotidiano de precariedade, ao invés de resolver-se, se aprofundou. Fazendo com que a teoria de lugar anômalo e violento ganhasse força.

Denominar o bairro Adalberto Simão Nader de uma nova Bahia, conluo, é servir-se de um preconceito preexistente contra os nordestinos para fortalecer a representação, o etiquetamento dos moradores do bairro, para justificar uma política que oprime e exclui cada vez mais os pobres, apresentando-os como se fossem os culpados pela pobreza e os causadores das violências, quando na verdade são vítimas de ambos os fatores inerentes ao sistema capitalista vigente.

A hipótese de que o bairro Adalberto Simão Nader seria o lugar dos baianos na organização espacial urbana de Guarapari foi contestada tanto pelos testemunhos recolhidos quanto pelos indícios, que, além de apontarem que os baianos não são os fundadores do bairro, situaram sua chegada em momento posterior ao movimento que deu origem a sua criação.

Assim acredito que as anomalias atribuídas a população do bairro, as afirmações – veladas ou não – de que seus habitantes são violentos e/ou criminosos são na verdade reflexo de um preconceito generalizado contra os migrantes pobres em uma política que procura encontrar culpados para os problemas sociais, em detrimento de procurar soluções para esses problemas.

Não poderia desconsiderar que foi possível observar um significativo quadro de exclusão social e segregação, que procurei explicar sob a hipótese de que a diversidade de origem e a natureza do assentamento realizado no bairro possibilitaram que os cidadãos da cidade, anteriormente assentados, cerrassem fileiras contra os novatos, deixando para eles os postos de trabalho que exigiam menor qualificação e que auferiam menor ganho salarial.

Ao longo do trabalho, os cidadãos anteriormente assentados foram chamados de *estabelecidos*, enquanto os moradores do bairro oriundos das ocupações ou dos fluxos migratórios posteriores, de *outsiders*. No entanto, em caso de uma análise sobre outro recorte, poderíamos verificar dentro do próprio bairro a existência de subdivisões entre os grupos. Essas subdivisões inerentes à organização de cada sociedade não podem silenciar o aspecto de que, mesmo distintos e buscando diferenciar-se um dos outros, esses grupos são interdependentes.

Dessa forma, ao final de todo o caminho percorrido é possível olhar *O caso do bairro Adalberto Simão Nader em Guarapari* e afirmar que existe uma sociedade guarapariense ainda em construção, mas que sem dúvida é formada por todos e todas. Sim, os baianos inclusive. Acima de tudo, é possível afirmar que a cidade deve esse reconhecimento aos trabalhadores que a sustentam diante de tantas mudanças pela qual passou desde seu período colonial até o presente da história.

ENTREVISTAS

SOUZA, Nair Marculino. 2019.

ALMEIDA, Marli. 2019.

DANTAS, José Raimundo. 2019.

RIBEIRO, Eduardo José. 2019.

PINHEIRO, Márcio José Siqueira. 2019.

SILVA, Gilmar Alves. 2020.

BORGES, Marco Antônio Nader. 2020

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. LIVRO CARTORIAL DE REGISTRO DE ÓBITOS DE GUARAPARI, LIVRO 2.

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. LIVRO DE VISITAS PASTORAIS, LIVRO 104.

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. LIVRO DE TOMBOS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE GUARAPARI, LIVRO 180.

CÚRIA METROPOLITANA DE VITÓRIA. LIVRO DE TOMBOS DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA DE JABOTY, LIVRO 2.

GUARAPARI, Decreto nº. 231. De 31 de dezembro de 1985.

GUARAPARI, Lei Municipal nº. 484. De 05 de janeiro de 1968.

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS. Escritura do terreno onde foi criado o Bairro Adalberto Simão Nader.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6697/1394.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 31/07/2018.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- AMARAL, A. E.; NOGUEIRA, R. A. P. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEP, v. 3, p. 201-212, 1992.
- BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos Pinto da. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población**, CEPAL/CELADE, año 32, n. 82, 2007.
- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo: a marcha e a penetração do território**. Obras Pavonianas de Assistência – Escola Tipográfica. Vitória, 1976.
- BICHARA, Terezinha Tristão. **História do poder legislativo do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Leoprint Indústria, 1984.
- BORGO, Alexandre de Oliveira. **História da Comarca de Guarapari**. Vitória: ed. do autor, 2006.
- BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. **Assumindo novas identidades: resistência indígena no litoral sul do Espírito Santo (século XVIII)**. Tese – UFES, Vitória, 2018.
- BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo Alexandrino; DE SOUZA, Renata G. Vieira. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. **Anais**, p. 1-14, 2016.
- BUENO, Beatriz. **Guarapari: muito mais que um sonho lindo**. Brasília: Thesaurus, 2011.
- CASAS, Pedro. Malvinas: retorna a tensão entre Argentina e Reino Unido. **Revista Conjuntura Internacional**. Minas Gerais, v. 7, p. 12-25, junho de 2010.
- CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**. n.7, p. 93-109, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/153>>.
- DA SILVA, Madson Gonçalves; DADALTO, Maria Cristina. Os efeitos da industrialização e das migrações no Espírito Santo: O caso da Serra. **Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo**. v. 1, UFES, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SCSUFES/article/view/8908>

DADALTO, Maria Cristina. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. **Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais**. Vitória. CCHN, UFES. Edição Especial de Lançamento. n. 1, v.1, p. 57-74, abril de 2007.

DADALTO, Maria Cristina; RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Migração e Violência: O 'baiano' na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 7, n. 1, p. 143-166, UFRJ, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7245>

DAEMON, Basílio; Maria Clara Medeiros Santos Neves (coordenação, notas e transcrição). **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. 2. ed., Vitória. Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DARCY, Ribeiro. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DAVITE, Judith Silva. **Guarapari existe**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 19__.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 34. ed., São Paulo: Edusp. 2000.

DOTA, Ednelson Mariano. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010 e o trabalho: Novidades e continuidades. **Anais do Encontro Internacional de Política Social**, v. 1, n. 1, Vitória. 2016. Disponível em: periodicos.ufes.br/EINPS/article/download/12846/9405

DOTA, Ednelson Mariano; COELHO, André Luiz Nascentes; CAMARGO, Danilo Mangaba. **Atlas da migração no Espírito Santo – Dados eletrônicos**. Vitória, UFES, Proex, 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade** (V. Ribeiro trad.; P. Sússekind trad. do posfácio à edição alemã; F. Neiburg apresentação e revisão técnica) Rio de Janeiro: Jorge Zahar (obra original publicada em 1965), 2000. em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1591>. Acesso em: 31 jul. 2018.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: FGV. 2008.
Franco, Sebastião Pimentel. **O terrívelíssimo mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)**. Vitória: EDUFES, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 481. ed., São Paulo: Global, 2003.

FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e políticas públicas: Industrialização, fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960 – 2004)**. 2012.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências humanas e Naturais, Vitória, 2012.

FURLAN, Vinicius. **Educação e catequese no teatro anchietano**. 2013. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2013%20-%20Vinicius.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, problema e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. (Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão). São Paulo: Companhia das. Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed., Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

GORCZEVSKI, Clóvis. **Direitos humanos, educação e cidadania**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. (org. Tomas Tadeu da Silva). 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HOFFMANN, Tyago Ribeiro. **Guarapari cidade saúde: Um estudo de caso da relação existente entre capital social e desenvolvimento local**. 2005. Tese (Doutorado). Dissertação (Mestrado em Economia) – UFES, Vitória, 2005. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. **DADOS DO CENSO 2010 POR CIDADES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/guarapari/panorama>. Acesso em: 30/07/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 1957 – 1964. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 04/11/2019.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. (Org. Luiz Antônio Pinto de Oliveira e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira). IBGE. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>. Acesso em: 28/07/2018.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. Tabela - População residente, por sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, segundo os municípios. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=32&letra=G#sub_pesquisas. Acesso em: 31/07/2018.

Instituto Jones dos Santos Neves, **Considerações sobre os Fluxos Migratórios com destino à Grande Vitória**. Vitória: IJSN, 1992.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Movimentos migratórios no Espírito Santo: 1986-1991**. Vitória: IJSN, 2003.

KAHN, Túlio; BARBOSA, Cristina. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. Encontro brasileiro do projeto polícia e sociedade democrática, v. 3., 01/01/2000, Centro de Estudios del Desarrollo (CED) - Viva Rio. **Anais...** São Paulo, 2000.

LAVERDI, Robson. Na trilha das reivindicações: movimentos populares de moradia em São Paulo e a luta pela reforma urbana na Constituinte (1980-1988). **Diálogos**, v. 3, n. 1, p. 169-190, Maringá, 1999.

LIMA, Renato Sérgio de; ADORNO, Sérgio. **Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, USP, São Paulo, 2000.

LINTON, Ralph. **O Homem**. 3. ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

LIRA, Pablo Silva. Violência Urbana: uma análise no município de Vitória-ES. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível

LOPES, Aglisson; BOURGUIGNON, Natália. **A Guerra de Guarapari: Uma história sobre praias tropicais, bombas atômicas, riqueza e exploração no litoral brasileiro**. 2015. Disponível em: <https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/> Acesso em: 20 de julho de 2019.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília (DF): UNFPA, 2010. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_cidades.html>.

MARTINS, José de Souza. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, p. 25-38, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória. **Dimensões**, n. 25, p. 249-265, 2011.

MATTOS, Sônia Missagia. A aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 7, n. 1, Goiânia: Ed. UCG, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MELLO, Antônio da Silva. **Guarapari, maravilha da natureza**. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1971.

MOREAU, Filipe, Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2000.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFES, Vitória, 2016.

NORA, Pierre *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos pós-Graduados de História**, v. 10, São Paulo, 1993.

NUÑEZ, Padre Antônio. **Guarapari é o seu nome**. 2. ed., Vitória: Grafitusa, 1987.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. **Anais...** Curitiba: ABEP. Ipardes, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

RAMOS, Carlos Alberto; ARAUJO, Herton Ellery. Fluxos migratórios, desemprego e diferenciais de renda. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 16, n. 1/2. Brasília, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. EDUsp, 2000.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. (Tradução: Dora Rocha). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Luiz Claudio Moises. **Excelsos Destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo**. v. 1, Vitória: Edufes, 2013.

ROJAS, Gonzalo Adrián. A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 163-176, São Paulo, 2014. Disponível em:

http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/gonzalo_adrian_rojas.pdf Acesso em: 03/08/2019

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf

SERRANO, Isabel. **Armadilha para pássaros vermelhos**. Belo Horizonte: Artigrat, 1991.

SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. *In*: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. (Org.). **Espírito Santo um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo – 1950/1990. **Revista de História e estudos culturais**. v. 6, n.4, Uberlândia: 2009. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/ZIP21/ARTIGO_10_Maria_da_Penha_Smarzaró_Siqueira.zip

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: O caso da Grande Vitória – 1950-1980**. 2. ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

TOSCANO, V. N. *et al.* A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. *In*: RIBEIRO, L. C. (coord.). **Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrópoles, 2014.

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Núcleo de Estudos Indiciários. **Plano de Segurança Local: Diagnostico Histórico e Sociológico**. UFES, 2007.

WACQUANT, Loïc JD. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

WENDLING, Thayssa Caroline Marques. Guerra das Malvinas: uma análise da política externa Argentina à luz do realismo neoclássico. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 16, n. 31, p. 98-118, 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In* SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZANOTELLI, Cláudio. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, v. 1, n. 1, p. 29-40, 2000. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1161>

APÊNDICE A**MODELO DE FORMULÁRIO PARA REGISTRO DA ENTREVISTA****UMA “NOVA BAHIA”:**

**A HISTÓRIA DO BAIRRO ADALBERTO SIMÃO NADER EM GUARAPARI
(1970-1990).**

ENTREVISTA

27/02/2018

Nome do entrevistado:	Idade:
COMUNIDADE: Bairro Adalberto Simão Nader – Guarapari/ES	
ENTREVISTADOR: Lucas Francisco Neto	
Obs.:	
ENTREVISTA	
APÓS A ENTREVISTA	
Autorizo colocar meu nome nas entrevistas ()SIM ()NÃO	
Autorizo a publicação de fotos minhas tiradas durante a entrevista ()SIM ()NÃO	
Autorizo a colocar meu nome nas fotos publicadas ()SIM ()NÃO	
Autorizo a publicar a entrevista respeitando as partes cortadas e as observações feitas ()SIM ()NÃO	
Autorizo a disponibilizar a entrevista transcrita para futuras consultas por outros pesquisadores ()SIM ()NÃO	
Autorizo a disponibilizar o áudio das entrevistas para futuras pesquisas ()SIM ()NÃO	

ENTREVISTADO

TESTEMUNHA (Caso necessário)

ENTREVISTADOR

APÊNDICE B

MODELO DE TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO PARA PUBLICAÇÃO DA ENTREVISTA

(Local, data)

Destinatário,

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para leitura (data(a)o) para (entidade e pessoas) usá-la com as limitações relacionada a seguir.

Da mesma forma, estendo os limites a terceiros, ficando vinculado o controle à (instituição), que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos sob a parte não relacionada, o que faço também aos meus descendentes, subscrevo a presente.

Limites:

- 1) de partes (citar claramente as partes que não podem ser ouvidas, indicando inclusive se elas devem ser apagadas da cópia original ou apenas colocadas a público).
- 2) de prazos (citando se há limitação de tempo para sua liberação – um ou mais anos desde a data da gravação – ou se apenas deve ser colocada a público após a morte do entrevistado).
- 3) de pessoas ou grupos que não devem ter acesso às gravações.

(nome e assinatura do colaborador).